



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E DIFERENÇAS REGIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Rosycler Cristina Santos Simão

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. Rodolfo Hoffmann.

*Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por **Rosycler Cristina Santos Simão** em 13/02/2009 e orientada pelo **Prof. Dr. Rodolfo Hoffmann**.*

CPG, 13 / 02 / 2009

A handwritten signature in black ink, reading "Rodolfo Hoffmann", is written over a horizontal line.

Campinas, 2009

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

Si42d	Simão, Rosyler Cristina Santos. Distribuição da renda e diferenças regionais no estado de São Paulo / Rosyler Cristina Santos Simão. – Campinas, SP : [s.n.], 2009. Orientador : Rodolfo Hoffmann. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Renda – Distribuição –São Paulo (Estado). I. Hoffmann, Rodolfo, 1942- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.
	09-007-BIE

Título em Inglês: Income distribution and regional differences in the State of São Paulo, Brazil

Keywords : Income distribution – São Paulo (State)

Área de concentração : Desenvolvimento Economico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação : Doutor em Desenvolvimento Economico

Banca examinadora : Prof. Dr. Rodolfo Hoffmann

Prof. Dr. Claudio Schuller Maciel

Prof. Dr. Luiz Guilherme Dacar da Silva Scorzafave

Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota

Profa. Dra. Ana Lucia Kassouf

Data da defesa: 13-02-2009

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento economico

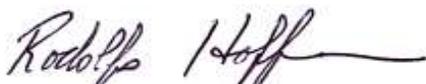
Tese de Doutorado

Aluno: ROSYCLER CRISTINA SANTOS SIMÃO

“Distribuição da Renda e Diferenças Regionais no Estado de São Paulo“

Defendida em 13 / 02 / 2009

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. RODOLFO HÖFFMANN
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. CLAUDIO SCHÜLLER MACIEL
IE / UNICAMP



Prof. Dr. LUIZ GUILHERME DACAR DA SILVA SCORZAFACE
USP / Ribeirão Preto



Prof. Dr. FERNANDO CEZAR DE MACEDO MOTA
IE / UNICAMP



Profa. Dra. ANA LUCIA KASSOUF
ESALQ / USP

DEDICO...

Com muito amor e carinho

Ao meu marido, Evandro

e aos meus pais, Geraldo e Imaculada

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de realizar meu sonho de cursar o doutorado e por ter restaurado minhas forças para enfrentar as dificuldades encontradas durante o curso.

Ao meu marido Evandro, pela paciência, pelo apoio, amor, compreensão e estímulo nesta fase tão importante e difícil das nossas vidas.

Aos meus pais Geraldo e Imaculada, pelos ensinamentos da vida, especialmente o amor. O amor entre pais e filhos representa um ensinamento único e insubstituível.

A meus irmãos Rodrigo e Ronise, sempre presentes com um sorriso amigo.

Aos mestres do Instituto de Economia da UNICAMP, especialmente ao Prof. Rodolfo Hoffmann pelo exemplo de seriedade, competência e dedicação à vida acadêmica.

Aos professores Luiz Guilherme Dacar da Silva Scorzafave e Claudio Schuler Maciel pelos valiosos comentários no exame de qualificação.

A minha avó, tios, tias, primo(a)s, sogro, sogra, cunhado(a)s, enfim a toda família, meu muito obrigado por me amarem.

Aos poucos e verdadeiros amigos que conquistei na infância em Ipatinga, depois na graduação em Viçosa, em seguida durante o mestrado em Piracicaba e os mais recentes em Ribeirão Preto.

Aos colegas e funcionários do Instituto de Economia da Unicamp e, em particular os do Núcleo de Economia Agrícola (NEA), por terem criado um ambiente propício para o desenvolvimento da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E QUADROS	XIII
LISTA DE FIGURAS	XIX
RESUMO	XXI
ABSTRACT	XXIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA	5
1.1 Desigualdade brasileira	5
1.1.1 Desigualdade no Brasil em comparação com outros países do mundo.....	5
1.1.2 Desigualdade brasileira em comparação com outros países da América Latina.....	7
1.1.3 Evolução da desigualdade de renda no Brasil.....	8
1.2. As características da economia paulista	13
CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
2.1 Base de dados	21
2.2 Declaração de rendimentos nas pesquisas domiciliares.....	24
2.3 Correção dos dados nas amostras dos Censos Demográficos de 1991 e 2000	25
2.4 Deflacionamento dos rendimentos nominais	27
2.5 Limitações dos dados	29
2.6. Qual distribuição?	35
CAPÍTULO 3 – A DESIGUALDADE PAULISTA EM 1991 E 2000	37
3.1 Distribuição da renda domiciliar <i>per capita</i>	39

3.2 Distribuição do rendimento das pessoas ocupadas e do rendimento das pessoas ocupadas na indústria de transformação	45
3.2.1 Número de pessoas ocupadas na indústria de transformação	46
3.2.2 Características das pessoas ocupadas na indústria de transformação	50
3.2.3 Distribuição do rendimento do trabalho principal dos ocupados em todos os setores e dos ocupados na indústria de transformação	55
3.3 Visão Geral sobre as mudanças na distribuição da renda em SP	61
CAPÍTULO 4 – DESIGUALDADE INTER-REGIONAL E INTRA-REGIONAL, DE ACORDO COM OS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1991 E 2000	65
4.1 Desigualdade de renda entre as regiões paulistas.....	65
4.1.1 Os índices de T e L de Theil: medidas decomponíveis.....	65
4.1.2. Desigualdade entre as regiões paulistas nas distribuições de renda.....	67
4.2 Desigualdade dentro das regiões paulistas	72
4.2.1 Decomposição do índice de Gini	72
4.2.2 Análise da desigualdade da distribuição da renda em SP com base na decomposição do índice de Gini	75
4.2.2.1 São Paulo.....	79
4.2.2.2 Mudanças na desigualdade dentro das regiões paulistas.....	83
4.3. Visão geral sobre a desigualdade inter-regional e intra-regional paulista.....	88
CAPÍTULO 5 – A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA PAULISTA, DE ACORDO COM AS PNADS DE 1990 A 2007	91
5.1. Desigualdade de renda no Estado de São Paulo.....	91
5.2. Desigualdade regional paulista.....	95
CAPÍTULO 6 - DETERMINANTES DO RENDIMENTO DAS PESSOAS OCUPADAS	101
6.1 O modelo das equações de rendimento	101
6.2 As equações de rendimento.....	105

CONCLUSÕES	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXOS	127
Anexo A. Características geográficas e demográficas de São Paulo	127
A.1 Aspectos geográficos.....	127
A.2 Aspectos Demográficos.....	130
Anexo B. Apêndice Estatístico: dados dos Censos Demográficos	133
Anexo C. Apêndice Estatístico: dados da PNAD	146

LISTA DE TABELAS E QUADROS

	Página
Tabela 1.1.- Concentração de renda no Brasil em 1960 e 1970.....	09
Tabela 1.2.- Indústria de transformação, participação regional no Valor de transformação industrial (%).	16
Quadro 2.1.- Temas investigados no Censo Demográfico – 1991 e 2000.....	22
Tabela 2.1.- Multiplicador estimado em 2000.....	27
Quadro 2.2.- Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)	28
Quadro 2.3.- Cálculo do deflator.....	28
Tabela 2.2.- Número de domicílios alugados, número de domicílios particulares permanentes e razão entre as duas categorias, 1991 e 2000	30
Tabela 2.3.- Distribuição das pessoas na amostra com 10 anos ou mais de idade em estratos de rendimento de todas as fontes, considerando apenas rendimento positivo (maior que zero).....	32
Tabela. 2.4.- Rendimentos imputados no Censo Demográfico 2000.....	34
Tabela 3.1.- Número de domicílios, na amostra e na população de acordo com os dados da amostras dos Censos de 1991 e 2000.....	38
Tabela 3.2.- Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes como pensionista, empregado(a) doméstico(a) e parentes de empregado(a) doméstico(a) e o nº de pessoas ocupadas como empregado(a) doméstico(a).....	39
Tabela 3.3.- Estatísticas relativas à distribuição do rendimento domiciliar per capita em SP, em 1991 e 2000.....	42
Tabela 3.4.- Distribuição do rendimento domiciliar per capita, nas mesorregiões paulistas, 1991 e 2000: T de Theil (T), percentagem da renda correspondente aos 50% mais pobres (50 ⁻) e aos 10% mais ricos (10 ⁺).....	45
Tabela 3.5.- Pessoas com rendimento positivo (maior que zero) no trabalho principal, ocupadas em atividades primária, secundária e terciária nas 15 mesorregiões, 1991 e 2000.....	47

	Página
Tabela 3.6.- Pessoas ocupadas com rendimento positivo no trabalho principal (maior que zero), segundo a atividade econômica, 1991 e 2000.....	48
Tabela 3.7.- Número de pessoas ocupadas nos três setores da economia e na indústria de transformação, 1991 e 2000.....	50
Tabela 3.8.- Escolaridade, horas trabalhadas e idade média das pessoas ocupadas na indústria de transformação, em SP e nas mesorregiões paulistas, 1991 e 2000.....	52
Tabela 3.9.- Pessoas ocupadas nas mesorregiões paulistas, conforme sua posição na ocupação, 1991 e 2000.....	53
Tabela 3.10.- Escolaridade das pessoas ocupada na indústria de transformação em SP e nas mesorregiões paulistas, 1991 e 2000	54
Tabela 3.11.- Principais características da distribuição do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas em todos os setores nas mesorregiões de São Paulo, 1991 e 2000.....	56
Tabela 3.12.- Pessoas ocupadas com rendimento positivo no trabalho principal nos setores de atividade, 1991 e 2000.....	57
Quadro 3.1.- Posição das 5 mesorregiões mais desiguais em SP, em 1991 e 2000.....	59
Tabela 3.13.- Principais características da distribuição do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas na indústria de transformação em SP e nas mesorregiões, 1991 e 2000.....	60
Tabela 3.14.- Diferencial de remuneração entre a RMSP e as demais 14 mesorregiões paulistas	64
Tabela 4.1.- Distribuição da renda domiciliar per capita , em SP, considerando a divisão do Estado em 15 mesorregiões: decomposição do T de Theil (T) nas parcelas referentes à desigualdade entre as 15 mesorregiões e dentro delas.....	67
Tabela 4.2.- Distribuição da renda do trabalho principal entre pessoas ocupadas com rendimento, em SP: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referentes à desigualdade entre as 15 mesorregiões e dentro delas.....	68
Tabela 4.3.- Distribuição da renda do trabalho principal entre pessoas ocupadas com rendimento nos 3 setores, em SP: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referentes à desigualdade entre as 15 mesorregiões e dentro delas.....	69

	Página
Quadro 4.1.- A Medida T da desigualdade inter-regional.....	70
Tabela 4.4.- Decomposição do índice de T de Theil da distribuição de renda do trabalho principal de pessoas ocupadas em SP conforme seis categorias (duas regiões e três setores), 1991 e 2000	71
Tabela 4.5.- Distribuição da renda do trabalho principal entre pessoas ocupadas na indústria de transformação com rendimento, em SP, considerando a divisão do Estado em 15 mesorregiões: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referentes à desigualdade entre as 15 mesorregiões e dentro delas, em 1991 e 2000.....	71
Tabela 4.6.- Participação (φ_h) de cada parcela na renda total e razões de concentração (C_h) relativas ao índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, São Paulo, 1991 e 2000.....	77
Tabela 4.7.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini, em SP, 1991 e 2000.....	80
Tabela 4.8.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini. Ribeirão Preto, 1991 e 2000	84
Tabela 4.9.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini. Campinas e Piracicaba, 1991 e 2000	85
Tabela 4.10.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini. MAMEPA, 1991 e 2000.....	85
Tabela 4.11.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini. Vale do Paraíba, 1991 e 2000.....	85
Tabela 4.12.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini. Demais mesorregiões, 1991 e 2000	86

	Página
Tabela 4.13.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini. RMSP, 1991 e 2000	86
Tabela 4.14.- Efeito percentual de cada do rendimento na mudança do índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita em São Paulo e nas regiões paulistas, e o valor dessa mudança (ΔG) no período de 1991-2000	88
Tabela 6.1.- Equações de rendimento para pessoas ocupadas em São Paulo, considerando o rendimento do trabalho principal para toda economia, de acordo com os Censos Demográficos de 1991 e 2000. Modelo 1 – com variáveis binárias para distinguir 18 níveis de escolaridade e Modelo 2 – considerando uma função em forma de poligonal	108
Tabela 6.2.- Coeficiente para as 17 binárias da escolaridade do Modelo 1.....	109
Tabela 6.3.- Contribuição marginal de cada fator (variável ou conjunto de categorias) para a soma de quadrados de regressão, com os modelos 1 e 2, em porcentagem	112
Quadro A.1.- Mesorregiões e Regiões Administrativas	129
Tabela A.1.- Número de municípios nas mesorregiões paulistas	130
Tabela A.2.- População das mesorregiões paulistas, 1991 e 2000.....	131
Tabela B.1.- Características das pessoas que possuem rendimento superior a 9.000.000, valores nominais do Censo Demográfico de 1991.....	133
Tabela B.2.- Característica das pessoas com rendimentos no valor de R\$ 100.000 ou mais (valores em reais de 2000), Censo Demográfico de 1991	138
Tabela B.3.- Características das pessoas com rendimentos no valor de R\$ 100.000 ou mais - Censo Demográfico 2000	140
Tabela B.4.- Participação percentual dos componentes no rendimento domiciliar per capita em São Paulo e nas 15 mesorregiões paulistas, de acordo com a amostra do censo de 2000.	144
Tabela B.5.- Renda média domiciliar per capita das 15 mesorregiões paulistas, 1991 e 2000.....	145
Tabela B.6.- Índice de Gini das 15 mesorregiões paulistas, 1991 e 2000.....	145

	Página
Tabela C.1.- Valor da renda média para as distribuições: da renda domiciliar per capita (RDPC), rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE) e empregados na indústria (PEI), São Paulo 1990 a 2007.....	146
Tabela C.2.- Índice de Gini para as distribuições: do rendimento domiciliar per capita(RDPC), do rendimento dos ocupados, do rendimento dos empregados e dos empregados na indústria, São Paulo, 1990 a 2007	146
Tabela C.3.- Índice T de Theil para as distribuições: do rendimento domiciliar per capita(RDPC), do rendimento dos ocupados, do rendimento dos empregados e dos empregados na indústria de transformação, São Paulo, 1990 a 2007.....	147
Tabela C.4.- Índice T de Theil para as distribuições do: rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE), rendimento de todos os trabalhos dos empregados na indústria (PEI), RMSP e região não metropolitana, 1990 a 2007.....	147
Tabela C.5.- Valor da renda média para as distribuições: do rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE) e empregados na indústria (PEI), RMSP e Região não metropolitana, 1990-2007.	148
Tabela C.6.- Distribuição da renda de todos os trabalhos entre pessoas ocupadas com rendimento, em São Paulo: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referente à desigualdade entre a RMSP e região não metropolitana de São Paulo, 1990-2007	149
Tabela C.7.- Distribuição da renda de todos os trabalhos entre empregados com rendimento, em São Paulo: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referente à desigualdade entre a RMSP e região não metropolitana de São Paulo, 1990–2007.....	150
Tabela C.8.- Distribuição da renda de todos os trabalhos entre empregados na indústria com rendimento, em São Paulo: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referente à desigualdade entre a RMSP e região não metropolitana de São Paulo, 1990-2007.....	151

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1.1.- Índice de Gini de 127 países	06
Figura 1.2.- Os 10 maiores Produtos Internos Brutos do mundo, em dólares com paridade de poder de compra em 2006.....	07
Figura 1.3.- Razão entre 10% superiores e os 40% inferiores dos países da América Latina	08
Figura 1.4.- Evolução temporal da desigualdade de renda familiar per capita no Brasil.....	11
Figura 1.5.- Participação relativa de SP no PIB industrial, serviços, do comércio e agropecuária, 1980 a 2004.....	16
Figura 3.1.- Participação dos componentes do rendimento domiciliar per capita em SP e nas suas mesorregiões, em 1991 e 2000	40
Figura 3.2.- Renda média domiciliar per capita das 15 mesorregiões paulistas, 1991 e 2000	43
Figura 3.3.- Índice de Gini das 15 mesorregiões paulistas, 1991 e 2000.....	44
Figura 3.4.- Variação percentual do índice de Gini para as distribuições: a) do rendimento domiciliar per capita (RDPC), b) rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas (POC) e c) do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas na indústria de transformação (POCTR)	62
Figura 3.5.- Variação percentual da renda média para as distribuições: a) do rendimento domiciliar per capita (RDPC), b) rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas (POC) e c) do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas na indústria de transformação (POCTR)	63
Figura 4.1.- Curva de concentração de cada componente da renda domiciliar per capita, em SP, Painel A - Censo Demográfico de 1991 e Painel B - Censo Demográfico de 2000.....	76

	Página
Figura 5.1.- Evolução da renda domiciliar per capita média – Brasil e São Paulo, 1990 a 2007.....	92
Figura 5.2.- Taxa de crescimento anual da renda domiciliar per capita média entre 1990 a 2007	92
Figura 5.3.- Evolução da renda média para o rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE) e empregados na indústria (PEI), São Paulo, de 1990 a 2007.....	93
Figura 5.4.- Medidas de desigualdade de 1990 a 2007 para as distribuições: do rendimento domiciliar per capita (RDPC), do rendimento dos ocupados, do rendimento dos empregados (POE) e dos empregados na indústria (PEI)	94
Figura 5.5.- Evolução temporal do T de Theil para a região metropolitana de São Paulo (RMSP) e região não metropolitana, 1990 a 2007 nas distribuições: rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE), rendimento de todos os trabalhos dos empregados na indústria (PEI)	95
Figura 5.6.- Proporção da população metropolitana no total e proporção da renda metropolitana no total nas distribuições: rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE), rendimento de todos os trabalhos dos empregados na indústria (PEI), 1990 a 2007.....	97
Figura 5.7.- Razão da renda média da RMSP e da região não metropolitana para as distribuições: do rendimento dos ocupados, do rendimento dos empregados (POE) e dos empregados na indústria (PEI), 1992-2007.....	98
Figura 5.8.- Participação da desigualdade entre duas regiões na desigualdade no Estado de São Paulo, decomposição do T e L de Theil, 1990 a 2007, São Paulo.....	99
Figura 6.1.- A estimativa de "y" em função da escolaridade para os modelos 1 e 2..	111
Figura A.1.- As mesorregiões geográficas do Estado de São Paulo.....	127
Figura A.2.- Regiões Administrativas de São Paulo	128
Figura A.3.- Crescimento percentual da população nas mesorregiões paulistas e no Estado, 1991 e 2000	131

RESUMO

A partir da década de 1970, ocorreu um processo de desconcentração da indústria no estado de São Paulo que beneficiou as regiões do interior do Estado, especialmente as regiões administrativas de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Baixada Santista, que é denominado pela literatura regional de “interiorização do desenvolvimento”. Dentro deste contexto regional, essa pesquisa analisa a distribuição de renda no Estado de São Paulo a partir da década de 1990, considerando dois aspectos: a desigualdade inter-regional e intra-regional. Outro objetivo do presente trabalho é estimar os efeitos dos fatores determinantes do rendimento no mercado de trabalho paulista, entre 1991 e 2000. De acordo com os Censos Demográficos de 1991 e 2000, os resultados da decomposição dos índices de T e L de Theil por regiões revelam que a desigualdade de renda entre regiões sofreu um declínio e, em grande parte, essa redução é uma consequência da desconcentração produtiva sobre o mercado de trabalho do Estado. Entretanto, o principal componente da desigualdade paulista é o intra-regional. Os resultados da decomposição do índice de Gini mostram que dentro das regiões paulistas o rendimento gerado pelo setor terciário é o principal responsável pela desigualdade total. Usando dados da PNAD no período 1990-2007 é constatada uma tendência de queda da desigualdade paulista e também se observa uma tendência de redução da desigualdade inter-regional. Quanto aos fatores que determinam o rendimento entre os ocupados, destaca-se o fato de que, entre 1991 e 2000 a taxa de retorno para cada ano adicional de educação formal aumenta entre os trabalhadores mais qualificados (a partir de 10 anos de escolaridade) e diminui para trabalhadores menos qualificados (com menos de 10 anos de escolaridade).

ABSTRACT

From the 1970s on, a process of decentralization of industry took place in the State of São Paulo, to the benefit of the interior regions of the State, in particular the administrative regions of *Campinas, Sorocaba, São José dos Campos* and *Baixada Santista*. This process was called in the literature "interiorization of development." Within such regional context, this research examines the distribution of income in the State of São Paulo since 1990, considering two aspects: inter-regional and intra-regional inequality. A further objective of this study is to estimate the effects of the determinants of income in the labor market of the State of São Paulo, in 1991 and 2000. Based on data of the Demographic Censuses of 1991 and 2000, the results of the decomposition of the Theil T and L indices by regions show that the inequality of income between regions declined and, to a large extent, this decline is consequence of the decreasing concentration of production and employment in the metropolitan area of the state. However, the main component of the State's income inequality is the inequality within its regions. The results of the decomposition of the Gini index show that, within the regions of the State of São Paulo, income generated in the tertiary sector is the main responsible for total inequality. Data from the National Household Survey (PNAD) for the period 1990-2007 show a trend of decreasing inequality in the State as well as a trend of inequality reduction between its regions. Regarding the factors that determine the earnings of the workers, it is shown that between 1991 and 2000 the rate of return for each additional year of education increases among the more skilled workers (with 10 years of schooling or more), but decreases for less skilled workers (under 10 years of schooling).

INTRODUÇÃO

A distribuição de renda no Brasil é tema que está constantemente em pauta, uma vez que o Brasil ocupa uma posição de destaque negativo por possuir um dos mais elevados graus de desigualdade do mundo. Segundo IPEA (2006), ao longo das últimas quatro décadas, a pesquisa sobre desigualdade de renda no Brasil foi intensa. No entanto, diversas lacunas ainda precisam ser preenchidas para que haja um aprimoramento da mensuração da desigualdade e o entendimento de seus determinantes. Um dos temas ainda pouco investigados é o efeito da mudança na localização espacial da indústria sobre a desigualdade de renda.

No Brasil, o crescimento industrial a partir da década de 1930 foi acompanhado por um aumento significativo da concentração econômica no país, especialmente no Estado de São Paulo (SP), que viria atingir seu ponto culminante em 1970. Cano (1985) sublinha que as maiores taxas de crescimento industrial paulista foram responsáveis pelo aumento da concentração industrial de São Paulo, cuja participação no produto industrial do país cresceu de 32% em 1919 para 58% em 1970.

A partir da década de 1970 iniciou-se um processo de desconcentração produtiva, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com o destino locacional da indústria aumentando para outros estados brasileiros ou para regiões do interior dentro do próprio Estado. Entre 1970 e 2003 há uma acentuada perda de participação da RMSP no valor de transformação industrial (VTI) do país, a qual cai de 43,5% em 1970 para 16,8% em 2003. Entretanto, as regiões do interior aumentaram sua participação no VTI nacional de 14,7% para 27% no mesmo período (CANO et al, 2007).

O processo de desconcentração interestadual sofreu fortes alterações no período. No primeiro momento (entre 1970 e 1985) ele ocorreu num ambiente de políticas de desenvolvimento nacional e regional, com elevadas taxas de crescimento da economia. Na década de 80 (especialmente a partir da segunda metade da década de 80) a desconcentração produtiva ocorreu num ambiente de baixo crescimento econômico (crescimento da economia foi menor comparado à década anterior), com diversos planos de estabilização para controlar a

elevada inflação. Na década de 1990, o Brasil vivenciou intensas transformações estruturais com abertura comercial, associada com avanços tecnológicos, privatizações e estabilidade de preços.

Diante desse contexto, o Estado de São Paulo é o lócus privilegiado para estudar as relações entre a desconcentração da produção e a distribuição de renda. A hipótese do trabalho é que a desconcentração produtiva teve efeitos sobre a distribuição de renda do Estado, pois, segundo Atkinson & Bourguignon (2000), é difícil pensar questões econômicas sem conseqüências distributivas.

Neste estudo, a análise temporal da distribuição de renda é feita a partir de 1990 e as fontes de dados utilizadas são os Censos Demográficos de 1991 e 2000 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Embora o objeto principal de nosso estudo seja a relação colocada acima, procura-se também realizar um detalhado estudo sobre a desigualdade de renda paulista e de suas regiões. A unidade básica de observação adotada neste trabalho são as 15 mesorregiões geográficas definidas pelo IBGE, conforme ilustra o mapa no anexo A.

Além da abordagem regional sobre a desigualdade paulista, o outro objetivo do trabalho é estimar os efeitos dos fatores determinantes do rendimento, considerando a renda dos ocupados, através de equações de rendimento.

Este trabalho divide-se em seis capítulos, além dessa introdução e da seção de conclusões.

O primeiro capítulo é dividido em duas seções principais. Primeiramente, apresentamos uma breve revisão de literatura sobre a desigualdade de renda no Brasil, fazendo uma comparação da desigualdade brasileira com outros países do mundo e sua evolução desde 1960 até 2007. Na segunda parte discutimos as características da economia paulista, já assinalando a mudança da presença das atividades industriais da área da capital para o interior do Estado.

O segundo capítulo descreve a base de dados utilizada na pesquisa, além de questões metodológicas como: deflacionamento dos rendimentos, correção dos dados e as limitações das bases de dados utilizadas.

No terceiro capítulo são analisados, sob vários ângulos, os dados sobre a distribuição de renda do Estado de São Paulo obtidos nos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Inicialmente é analisada a distribuição do rendimento domiciliar per capita. A mesma análise é repetida

considerando apenas as pessoas ocupadas. Em seguida é examinada a distribuição da renda entre pessoas ocupadas na indústria de transformação.

O quarto capítulo se propõe a analisar o impacto da desconcentração produtiva paulista sobre a distribuição de renda do Estado. Para isto decomposmos as medidas de desigualdade T e L de Theil, destacando os componentes inter-regionais e intra-regionais. Além disso, realizamos a decomposição do índice de Gini, conforme parcelas do rendimento, analisando que fatores intra-regionais determinam a desigualdade.

O quinto capítulo é dedicado à análise dos determinantes dos rendimentos das pessoas ocupadas por meio de estimação de equações de rendimento.

O sexto capítulo analisa a desigualdade de renda de São Paulo, utilizando dados da PNAD, durante o período 1990-2007, destacando a desigualdade inter-regional, considerando a divisão do Estado em região metropolitana e área não-metropolitana.

Capítulo 1 – Revisão de literatura

Este capítulo está dividido em dois itens. O item 1.1 faz uma revisão de literatura sobre a desigualdade brasileira no período de 1960 a 2007, além de apresentar uma comparação da desigualdade do país com a de outros países do mundo. No item 1.2 são analisadas as características econômicas do Estado de São Paulo, especialmente o processo de desconcentração da indústria paulista e o seu processo de interiorização.

1.1 Desigualdade brasileira

Não se pode pensar em desigualdade de renda paulista sem levar em consideração a concentração da renda brasileira. O Brasil chama atenção nas estatísticas internacionais pelo seu grau de desigualdade, figurando entre os mais elevados do mundo.

Segundo IPEA (p.28, 2006), apesar de a desigualdade brasileira, entre 2001 e 2004, ter declinado de forma acentuada e contínua (independentemente da medida utilizada), o país ainda permanece ocupando uma posição de destaque no cenário internacional como um dos países com maior grau de desigualdade de renda no mundo. Mesmo com o ritmo acelerado com que vem caindo, serão necessários mais vinte anos para que o País atinja uma desigualdade similar à média dos países com o mesmo grau de desenvolvimento.

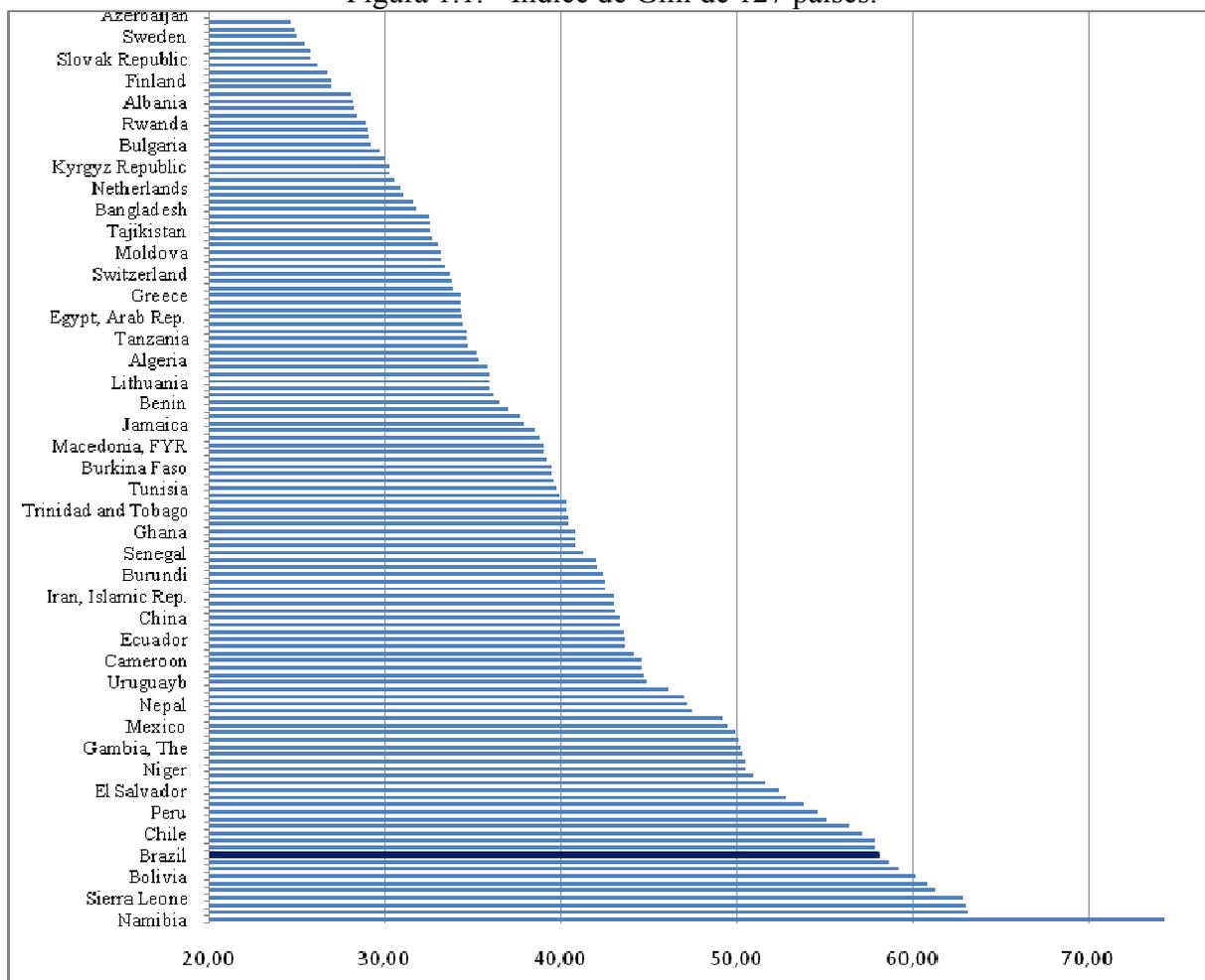
Há uma vasta literatura, baseada em análises empíricas, que descreve a evolução da desigualdade de renda no Brasil (alguns trabalhos também buscam explicar tal evolução). Dessa forma, na tentativa de compreender a questão distributiva brasileira, apresentamos uma breve revisão dos principais trabalhos sobre o tema.

1.1.1 Desigualdade no Brasil em comparação com outros países do mundo

O índice de Gini é uma das medidas mais usuais de desigualdade. Em comparações internacionais, com informações sobre desigualdade de renda de 127 países, o Brasil ocupa a 118ª posição, considerando uma classificação ascendente do coeficiente de Gini, conforme ilustra a Figura 1.1.

De acordo com os dados do gráfico, apenas 9 países são mais desiguais do que o Brasil, sendo eles: Colômbia, Haiti, Bolívia, Swazilândia, África Central, Serra Leoa, Botsuana, Lesotho e Namíbia, todos eles sem expressão econômica mundial.

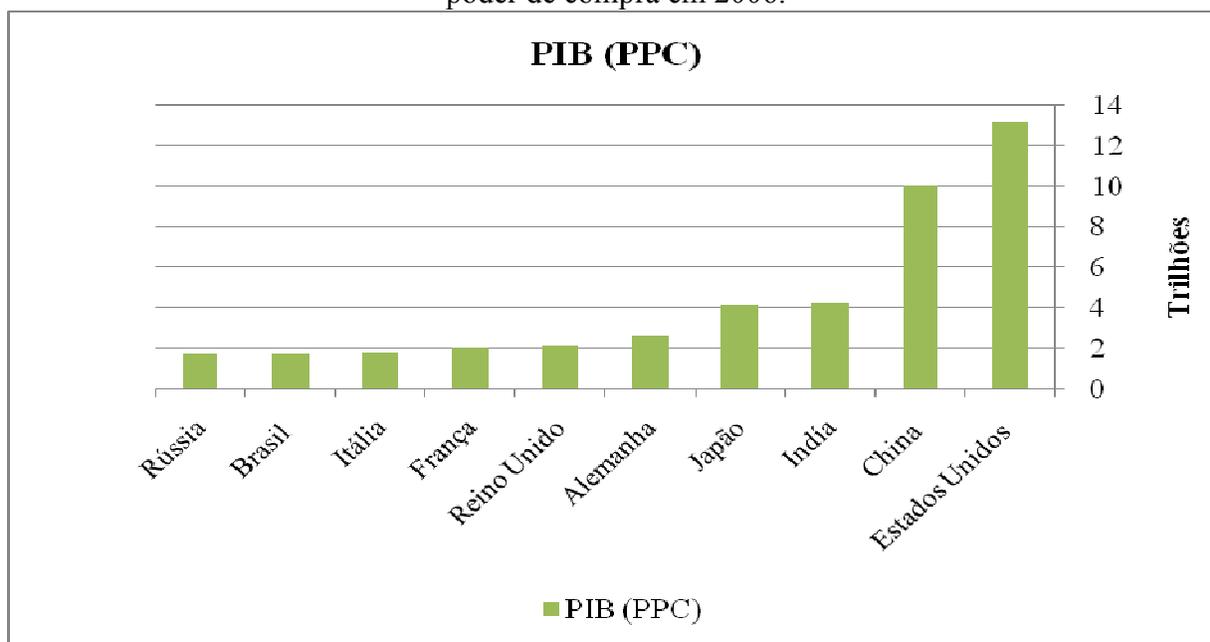
Figura 1.1.- Índice de Gini de 127 países.



Fonte: World Bank (2006)

A economia brasileira está incluída no grupo das 10 maiores economias do mundo (Figura 1.2). Dentro desse grupo de países, o Brasil é o único país que ultrapassa a centésima posição em termos de desigualdade de renda (Figura 1.1). Os demais países pertencentes ao grupo ocupam a seguinte posição em termos de desigualdade: Estados Unidos (75^o), China(86^o), Índia (29^o), Japão (3^o), Alemanha (14^o), Reino Unido (53^o), França (32^o), Itália (51^o) e Rússia (68^o).

Figura 1.2.- Os 10 maiores Produtos Internos Brutos do mundo, em dólares com paridade de poder de compra em 2006.



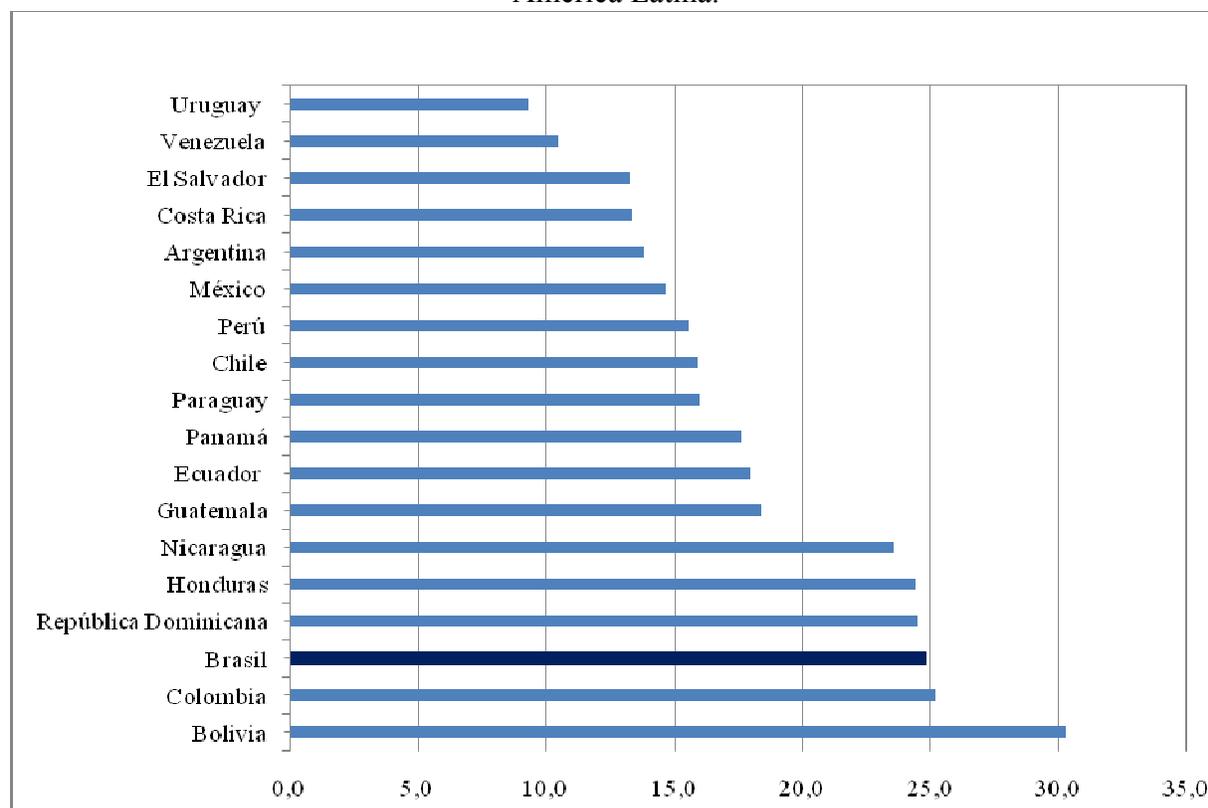
Fonte: World Bank (2007).

1.1.2 Desigualdade brasileira em comparação com outros países da América Latina

Não apenas o Brasil, mas, a maioria dos países latino-americanos são conhecidos por sua elevada concentração de renda. A América Latina é uma das regiões mais desiguais do mundo, sendo que a desigualdade de renda é muito maior dentro dos países do que entre eles. De acordo com Arias e Saavedra (2007), 7% da desigualdade total na região se deve à desigualdade entre os países, contra 39% na África e aproximadamente 72% na Ásia.

A Figura 1.3 mostra a desigualdade de renda entre os países da América Latina, utilizando como indicador de concentração a razão entre as rendas domiciliares per capita média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres. Brasil, Colômbia e Bolívia são os países mais desiguais da região.

Figura 1.3.- Razão entre rendas médias dos 10% superiores e os 40% mais pobres nos países da América Latina.



Fonte: CEPAL - Panorama Social 2007

Notas: ¹⁾ Tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

²⁾ Os dados no gráfico são, em geral, referentes a 2006. Contudo para alguns países as informações são dos seguintes anos: Bolívia (2002), Colômbia (2005), El Salvador (2004), Guatemala (2002), Honduras (2003), Nicarágua (2001), Peru (2003), Paraguai (2005) e Uruguai (2005).

1.1.3 Evolução da desigualdade de renda no Brasil

A distribuição de renda pode ser analisada a partir de dois ângulos: a) distribuição funcional – como se determinam as parcelas na renda global correspondentes aos diversos fatores de produção; b) distribuição pessoal da renda – distribuição da renda entre os indivíduos, onde o interesse recai sobre quanto cada um ganha, independentemente da origem do rendimento (RAMOS; REIS, 1997).

No Brasil, os primeiros dados sobre renda representativa da população nacional foram coletados no Censo Demográfico de 1960. Dessa forma, o tema repartição da renda estourou, no Brasil, a partir do momento em que se divulgaram os dados do Censo de 1970, os quais,

comparados com os do Censo de 1960, demonstraram que a repartição se tinha tornado ainda mais regressiva ao longo dessa década (SINGER, 1975).

Os primeiros trabalhos que mostraram um crescimento da desigualdade na distribuição da renda entre 1960 e 1970 foram: Fishlow (1972), Hoffmann & Duarte (1972) e Langoni (1973). A Tabela 1.1 assinala as medidas de desigualdade encontradas pelos três importantes estudos que contribuíram para o debate distributivo do Brasil no período.

Tabela 1.1.- Concentração de renda no Brasil em 1960 e 1970.

Autores	Índice de Gini	
	1960	1970
Hoffmann e Duarte ⁽¹⁾	0,504	0,594
Fishlow ⁽²⁾	0,59	0,63
Langoni ⁽³⁾	0,4999	0,5684

Fonte: Hoffmann e Duarte (1972), Fishlow (1972) e Langoni (1973).

⁽¹⁾ Entre as pessoas com 10 anos ou mais de idade que declararam, nos Censos, rendimento maior que zero.

⁽²⁾ População Economicamente Ativa.

⁽³⁾ Exclui o pessoal com renda zero.

Diante do aumento da desigualdade constatada empiricamente, surgiram vários trabalhos que ambicionavam explicar tal evolução. Segundo Granda (2002), as principais interpretações para o aumento da desigualdade entre 1960 e 1970 são:

- a) Política Salarial do período → O principal representante dessa corrente foi Fishlow, que atribuía o aumento da desigualdade de renda brasileira à política salarial do governo militar, juntamente com a quebra do poder de barganha dos sindicatos, gerando uma corrosão dos salários dos trabalhadores. Fishlow e seus seguidores consideravam que os instrumentos de política governamental aplicados entre 1964 e 1967 não favoreceram a equidade.
- b) Mercado de trabalho e capital humano → O principal autor da corrente do capital humano foi Langoni, cujo trabalho foi um marco de referência no debate. De acordo com essa teoria, a deterioração na distribuição de renda no país é resultado das altas taxas de crescimento da economia brasileira no período, principalmente no setor industrial, que provocaram desequilíbrios no mercado de trabalho decorrentes de uma expansão acelerada da demanda por mão de obra qualificada. Assim, na presença de

uma oferta relativamente inelástica a curto prazo, ampliaram-se os diferenciais de renda entre grupos de trabalhadores.

Atualmente, revisando essas duas principais correntes explicativas, pode-se dizer que ambos os argumentos são válidos para o período. Contudo, também é importante destacar que outros fatores institucionais e sociais foram responsáveis por esse processo de concentração da renda brasileira.

A década de 80, marcada pela forte recessão econômica, também vivenciou uma elevação quase continua da desigualdade de renda (até 1989). Segundo Bonelli e Sedlacek (1991), analisando a distribuição pessoal da renda dos indivíduos com rendimento positivo, a partir dos dados das PNADs¹, nota-se que o índice de concentração apresentou uma tendência crescente durante a década. As dificuldades econômicas e a inflação acelerada do período contribuíram para aumentar ainda mais a desigualdade da distribuição da renda do país.

Segundo Barros et al. (2000), nas décadas de 80 e 90, o maior declínio no grau de desigualdade encontra-se entre os anos de 1989 e 1992. De acordo com o autor não há evidência de que o Plano Real tenha produzido qualquer impacto significativo sobre a redução no grau de desigualdade, uma vez que nos anos posteriores ao Plano a desigualdade é estável e similar ao valor observado em 1993.

Hoffmann (2002) constata que entre 1993 e 2001 houve uma substancial redução da desigualdade da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas cujo rendimento de todas as fontes é positivo. Entretanto, a redução da desigualdade no período torna-se quase desprezível quando é analisada a distribuição do rendimento familiar per capita.

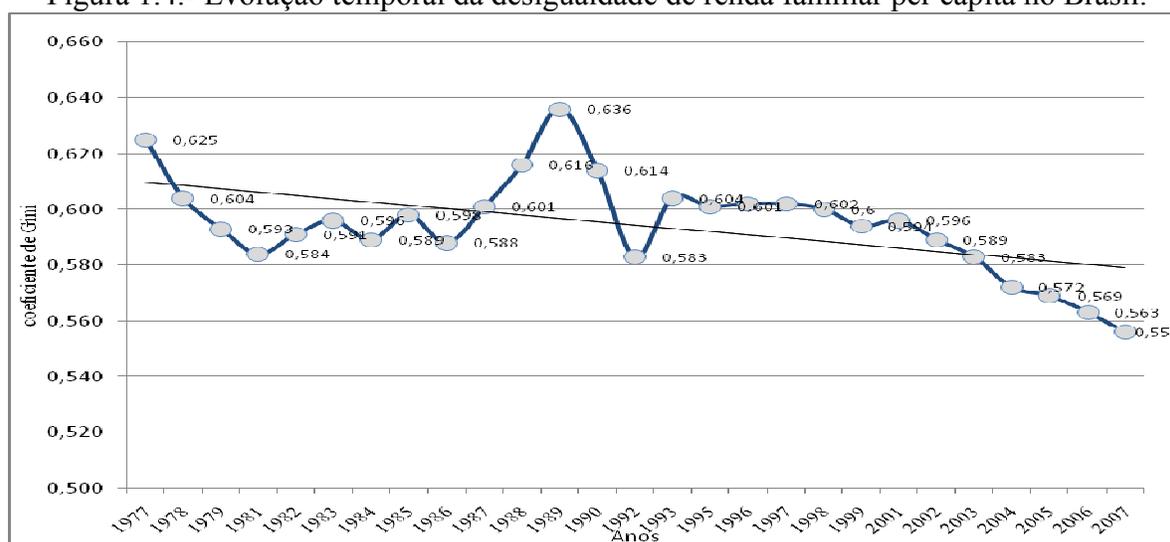
Em suma, desde a publicação dos dados censitários de 60 e 70, os indicadores que mensuram a desigualdade de renda no Brasil são acompanhados ao longo desses 40 anos. Eles mostram que foi estabelecida na sociedade brasileira uma elevada desigualdade que até o final dos anos 90 apresentava uma grande resistência para sua redução.

¹ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral, até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971 os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. A PNAD é a principal pesquisa sobre rendimentos no Brasil

Nesse início de século, de acordo com os dados da PNAD, houve uma redução considerável na desigualdade brasileira. O índice de Gini da renda familiar per capita passa de 0,596 em 2001 para 0,556 em 2007. Em 2001 ele encontrava-se próximo à média dos últimos trinta anos, mas em 2007 assume o menor valor registrado no período (Figura 1.4).

De acordo com Hoffmann (2006a), a redução da desigualdade nos últimos anos pode parecer pequena, mas cabe assinalar que o valor absoluto de sua intensidade anual é semelhante à do crescimento de 8 pontos percentuais do índice de Gini do rendimento da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil na década de 1960, que mereceu grande destaque na literatura sobre distribuição de renda e no debate político.

Figura 1.4.- Evolução temporal da desigualdade de renda familiar per capita no Brasil.



Fonte: Ipeadata (2008)

Diante da constatação da redução da desigualdade, surgem opiniões divergentes a respeito dos determinantes e políticas que causaram essa queda. Segundo Dedecca (2006), de um lado, há um conjunto de estudos que associa o movimento virtuoso de redução da desigualdade às políticas públicas de transferência de renda e de educação, minimizando o papel do crescimento para o seu avanço. Por outro lado, há aqueles que acreditam que a queda da desigualdade depende principalmente do desempenho da atividade econômica, isto é, para manter o processo de queda da desigualdade deve ser estabelecido no país uma trajetória de crescimento sustentado.

Paralelamente ao processo de medição da desigualdade brasileira foi sendo criada uma extensa literatura acerca das razões que contribuíram e contribuem para a elevada desigualdade de renda no país. Essas explicações são fundamentadas nos seguintes fatores: históricos, institucionais, conjunturais, a composição da força de trabalho, segmentação de mercado de trabalho, informalidade, efeitos setoriais, efeitos regionais, discriminação e outros. Mas, a importância relativa dos vários determinantes da desigualdade brasileira está longe de ser consensual entre os pesquisadores e são cercados de controvérsias (MENEZEZ-FILHO et al, 2000).

Granda (2002) argumenta que a análise da distribuição de renda brasileira tem se concentrado especialmente no mercado do trabalho, prevalecendo a teoria de capital do humano, destacando-se a educação como o principal determinante do rendimento das pessoas e da sua desigualdade. Para o autor, embora a análise da teoria do capital humano tenha uma grande importância na explicação da desigualdade de renda no Brasil, outros aspectos sobre o tema também precisam ser destacados, cabendo mencionar os seguintes:

a) O caráter regressivo do sistema tributário brasileiro ⇒ Um importante aspecto para o entendimento da elevada concentração de renda é o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro. O trabalho de Hoffmann et al. (2006), usando dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) para o período 1995-1996 e 2002-2003, mostra que os tributos diretos são progressivos e os tributos indiretos regressivos. Dado o grande peso dos tributos indiretos no total de tributos, estes também se mostram predominantemente regressivos.

b) Concentração Imobiliária ⇒ Outra fonte de desigualdade, diz respeito à detenção de riqueza imobiliária. Em outras palavras, a concentração de estoque de imóveis acaba por gerar uma concentração de renda proveniente do aluguel dos mesmos. Conforme é explicitado mais adiante (capítulo 4), a parcela da renda domiciliar per capita proveniente de alugueis é altamente regressiva.

c) Concentração agrária ⇒ Outra fonte de desigualdade de renda é a desigualdade de acesso à terra. Ney e Hoffmann (2004), com base na PNAD de 2001, mostram que o capital físico (posição na ocupação e área do empreendimento agrícola) é a variável mais importante

para explicar a conformação da renda na agricultura. Isso mostra a importância de políticas a favor da redução da desigualdade na distribuição da posse da terra.

d) Juros, spread bancário ⇒ Os juros altos e o elevado spread bancário são variáveis que afetam a distribuição de renda pessoal e funcional. A taxa de juros na economia exerce um importante impacto distributivo, pois quando a taxa de juros de um país é estruturalmente elevada, provavelmente acontece uma redistribuição de renda em favor do setor financeiro. É importante ressaltar que há uma enorme dificuldade em estudar o efeito dos juros sobre a distribuição de renda, uma vez que as pesquisas domiciliares no país captam de maneira precária esse tipo de rendimento. Maiores detalhes sobre esse tema são apresentados no capítulo 2, na seção sobre limitação dos dados.

Nas últimas décadas, a pesquisa sobre desigualdade de renda no Brasil foi intensa, conforme mostramos nessa breve revisão de literatura. No entanto, diversas lacunas ainda precisam ser preenchidas para que possamos aprimorar cada vez a compreensão sobre o assunto. Neste sentido, o presente trabalho é desenvolvido esperando contribuir para o debate.

1.2. As características da economia paulista

São Paulo tem origem no ano de 1532, quando o português Martim Afonso de Souza criou oficialmente a capitania de São Vicente no litoral paulista.

O Estado paulista foi um dos principais beneficiários das condições e fatores que favoreceram a emergência do processo de industrialização no Brasil. Entre as diversas razões que buscam explicar o processo de industrialização paulista, em primeiro lugar, destaca-se o fato de ser no Estado de São Paulo que se expandiu a cafeeira. Segundo Matteo (2007, p. 40):

Não é possível dissociar a industrialização paulista do desenvolvimento da atividade cafeeira no Estado: a acumulação do capital, as condições técnicas, a existência de mão de obra e uma rede urbana estruturada a partir da economia cafeeira forneceram os elementos indispensáveis ao processo de industrialização de São Paulo.

De acordo com Canabrava (2005), a experiência do cultivo do café na região de Campinas formou nesse município novo e importante pólo de disseminação da lavoura para toda a província, que determinou a instalação de uma ampla rede de transportes, ligando a capital ao interior e a outros Estados.

A substituição da mão de obra escrava pela assalariada, no século XIX, que caracteriza a cafeicultura paulista, também é outro determinante para o desenvolvimento industrial de São Paulo. A mão de obra assalariada na atividade cafeeira foi formada através de uma forte corrente migratória européia. Esses imigrantes ampliaram o mercado interno não somente pelo aumento numérico da população, como pela introdução de novos hábitos de consumo. Além disso, ajudaram a fundar e desenvolver boa parte das indústrias instaladas em São Paulo no início do século XX, pois trouxeram com eles a tradição manufatureira européia e forneceram grande parte da mão de obra necessária, sendo que muitos deles eram operários qualificados e artesãos em suas pátrias de origem (PEREIRA, 1967).

A estruturação da rede urbana paulista também encontra sua origem no café, pois à medida que a atividade cafeeira se desenvolvia, uma série de atividades urbanas eram criadas (indústrias, bancos, escritórios, armazéns, oficinas de estrada de ferro, comércio, importação e outros), gerando uma rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços.

Enfim, a partir da cultura do café foram sendo criadas as bases para a formação industrial paulista. Segundo Cano (1998), a formação industrial de São Paulo está vinculada pesadamente ao complexo cafeeiro desenvolvido no Estado no século XIX, uma vez que entre meados do século XIX até a década de 1930 a cafeicultura era a principal atividade econômica da região.

Até as duas primeiras décadas do século XX, a indústria mais importante era a têxtil e o parque industrial paulista era ainda diminuto em termos da complexidade dos bens industriais que produzia. Entretanto, na década de 1930 a indústria do Estado recebeu fortes estímulos para se desenvolver.

Segundo Saes e Nozoe (2006), a crise de 1929 e a Grande Depressão dos anos trinta levaram ao estrangulamento externo da economia brasileira. Durante a crise, o volume de divisas gerado pelas exportações era insuficiente para cobrir as importações essenciais e os compromissos financeiros do país, causando uma desvalorização da moeda nacional. A consequência foi o encarecimento do produto importado, comparativamente ao similar nacional, favorecendo a substituição de importações.

Assim, dada a impossibilidade da demanda ser atendida por importações, devido ao seu elevado preço, uma parcela crescente dela passou a ser suprida pela produção nacional de manufaturados.

Pelo fato de São Paulo, na época, já possuir uma indústria manufatureira diversificada, desenvolvida paralelamente à atividade nuclear da cafeicultura, essa unidade da federação estava apta a assumir o papel de conduzir predominantemente o novo padrão de acumulação brasileira (industrial) e integrar o mercado nacional (CANO, 1998).

Essa liderança paulista no desenvolvimento capitalista brasileiro se acentuou nas décadas seguintes, consolidando esse Estado como principal responsável pela riqueza e dinamismo do país. Segundo Negri (1996, p. 66):

após 1939, a indústria paulista seguiria ampliando-se num ritmo superior ao do resto do país: empregando 546,3 mil pessoas em 1949, quando concentrava 48,9% do valor da transformação industrial (VTI) brasileira, números que passariam em 1956 para 723,5 mil pessoas e 52,2% do VTI.

Na década de 50, quando foi criado e executado o Plano de Metas pelo governo Juscelino Kubitschek, a industrialização brasileira foi caracterizada pela introdução de novos setores. O crescimento industrial foi acelerado através da implantação do setor de bens de consumo duráveis e da indústria pesada. São Paulo recebeu um grande volume de investimentos gerados pelo Plano de Metas, aprofundando ainda mais a concentração no Estado, principalmente na grande São Paulo (CAVANI, 2006).

O processo de industrialização nessa fase também significou o fortalecimento de uma sociedade urbana industrial, com forte migração com destino às cidades paulistas, com destaque para a Grande São Paulo e sua consolidação como metrópole.

Até final da década de 60 houve uma progressiva concentração da indústria nos limites da capital do Estado. Entretanto, a partir dos anos 70, iniciou-se um processo de desconcentração da indústria no país. Entre 1970 e 2003 a participação de São Paulo na produção industrial nacional foi reduzida de 58,2% para 43,8% do VTI² da indústria de transformação do país (Tabela 1.2).

² Valor da transformação industrial (VTI) é uma medida que pode ser utilizada para mensurar o processo de concentração ou desconcentração da indústria de transformação.

Tabela 1.2.- Indústria de transformação; participação regional no valor da transformação industrial (VTI), (%).

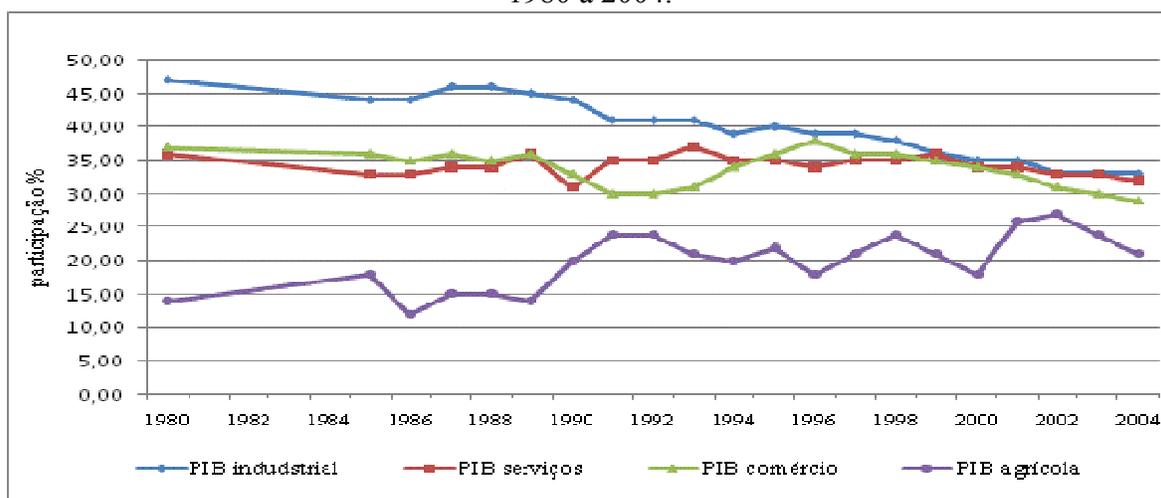
Área	1970	1980	1985	1989	1998	2003
Brasil, exclusive ESP	41,8	46,6	48,1	49,3	50,2	56,2
São Paulo	58,2	53,4	51,9	50,7	49,8	43,8
RMSP	43,5	33,6	29,4	28,7	24,6	16,8
Interior	14,7	19,8	22,5	22,0	25,2	27,0

Fonte: Cano et al. (2007).

A Figura 1.5 mostra a queda de participação de São Paulo no PIB nacional, especialmente no setor industrial. Entre os anos de 1991 e 1995 a participação do Estado no PIB industrial se mantém estabilizada, com queda significativa a partir de 1996. Já no PIB de serviços a participação do Estado se mantém com certa regularidade, enquanto no PIB agrícola há um aumento da sua participação de 1986 a 1992, se mantendo a partir daí.

Nascimento (2008), utilizando-se de dados do PIB industrial, de serviços, comercial e agrícola, per capita em cada Estado, para os anos de 1989 a 2004, mostra que houve um processo de desconcentração geográfica da indústria na década de 90, com esta tendência se estendendo até o ano de 2004. Este período foi marcado pelo acirramento do fenômeno conhecido como guerra fiscal. Na pesquisa o autor utiliza os índices de Gini, T de Theil e L de Theil que evidenciam um processo contínuo de desconcentração industrial a partir de 1989.

Figura 1.5.- Participação relativa de SP no PIB industrial, serviços, do comércio e agropecuário, 1980 a 2004.



Fonte: Nascimento (2008).

Segundo Guimarães Neto (apud MATTEO, 2007), a desconcentração da indústria paulista seguiu em duas direções: a) um direcionamento da atividade para outros Estados, onde as principais regiões brasileiras passaram a apresentar crescimento no valor de transformação da indústria (VTI) superior ao de São Paulo e b) direcionamento da desconcentração para outras regiões do próprio Estado de São Paulo.

Dessa forma, a perda de participação de São Paulo no VTI nacional da indústria de transformação está, em grande medida, centrada na acentuada perda de participação da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), conforme mostra a Tabela 1.2. Desde 1970, o interior do Estado vem aumentando seu peso na indústria nacional, subindo de 14,7% em 1970 para cerca de 27% em 2003, compensando em parte a perda de participação da RMSP.

O crescimento da indústria de transformação no interior do Estado é conhecido como “*interiorização da indústria paulista*” e teve fortes impactos nas regiões administrativas (RAs) de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos. Atualmente, o interior do Estado de São Paulo é a segunda maior aglomeração industrial do país.

Negri (1996) explica os principais determinantes do processo de interiorização da indústria paulista:

a) Políticas restritivas à área metropolitana ⇒ Desde a criação das regiões metropolitanas, através da lei complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, criou-se um novo aparato institucional, de âmbito federal e estadual, relativo à proteção ambiental, ao parcelamento do solo, ao zoneamento industrial e à proteção dos mananciais das áreas metropolitanas, em especial a de São Paulo. Essa legislação, que ao longo do tempo foi sendo modificada e aperfeiçoada, constituiu-se em fator inibidor de ampliação de fábricas e instalação de novas unidades industriais que pudessem agravar a poluição ambiental da RMSP.

b) Políticas de interiorização do desenvolvimento ⇒ Tendo o apoio do governo federal, adotou-se no âmbito do governo estadual uma série de programas visando o desenvolvimento urbano e regional de SP, como o Programa de Cidades Médias, Programa de Interiorização do Desenvolvimento (PROINDE) e Políticas de Descentralização Industrial que consistiam em programas de investimentos em infra-estrutura econômica e social no interior do estado (ampliação da malha viária estadual, rede de saneamento básico, pavimentação asfáltica das principais vias

públicas municipais, obras de pontes e viadutos, construção de escolas e financiamento para construção de núcleos habitacionais). Além disso, as prefeituras instituíram políticas para atrair novas instalações industriais, utilizando-se de instrumentos de incentivos a essas novas indústrias, como isenção parcial ou total de tributos municipais, doação ou concessão de áreas a preços subsidiados e execução de infra-estrutura.

O governo federal participou, direta e indiretamente, dessa política de interiorização da indústria em São Paulo. Indiretamente, através dos investimentos em comunicações, resolvendo as questões relativas à telefonia, através da ampliação da cobertura no estado. Diretamente, com alocação de recursos de financiamento para ampliação da malha viária estadual e de aval para financiamentos internacionais na área de transporte e energia.

c) Política agrícola federal ⇒ De 1967 até o final da década de 1980, tanto a agricultura como a agroindústria brasileira passaram por transformações quantitativas e qualitativas que ampliaram e diversificaram sua produção. Com a introdução da política de incentivos e subsídios às exportações e com o intenso processo de agroindustrialização, o Brasil procurou rapidamente conquistar maiores espaços junto ao mercado internacional de produtos agrícolas transformados. Para responder às proposições da política federal de aumento das exportações, principalmente agroindustriais, o estado paulista, que contava com a mais moderna e mecanizada agricultura do país, lidera o processo de agroindustrialização e de expansão de suas exportações. Um dos espaços onde tais transformações ocorreram mais rapidamente foi o interior do estado, ou seja, a expansão e diversificação da agropecuária paulista constituem-se num importante determinante de aprofundamento do processo de interiorização industrial.

d) Proálcool ⇒ Instituído pelo governo federal em 1974, o Programa Nacional do Alcool teve impactos positivos na indústria do interior do estado. A indústria brasileira produtora de equipamentos para o parque sucro-alcooleiro, localizada no interior de São Paulo, era capaz de atender a toda a demanda nacional sem precisar recorrer às importações. Assim, quase todas as destilarias de álcool instaladas no país foram produzidas no interior de São Paulo.

e) Os investimentos estatais no setor produtivo e no desenvolvimento de ciência e tecnologia ⇒ As construções das Refinarias do Planalto Paulista (REPLAN) em Paulínia, na região de Campinas, iniciada em 1969, e Henrique Lage, em São José dos Campos, no final da

década de 1970, provocando efeitos em cadeia nas respectivas indústrias regionais, especialmente em diversos sub-ramos da indústria química e de matéria plástica.

Ainda na esfera do setor produtivo estatal, deve ser mencionada a implantação, em 1969, da EMBRAER, em São José dos Campos, consolidando nessa região um complexo tecnológico e industrial dos setores de materiais bélicos e aeroespaciais bastante moderno.

É importante destacar outros empreendimentos estatais na área de pesquisas e desenvolvimento tecnológico, que vão ser implantados, gradativamente, na região de Campinas, proporcionando a instalação de empresas modernas nos setores de eletrônica, informática e telecomunicações, entre outros, contribuindo para o processo de modernização da interiorização industrial de São Paulo.

f) As deseconomias de aglomeração e demais fatores locais ⇒ Entre os principais itens de deseconomias de aglomerações tem-se o sistema de transportes de carga e de passageiros, incluindo-se a infra-estrutura viária; o sistema de abastecimento de água e de coleta de esgoto; a deterioração dos principais indicadores da qualidade de vida; aumento dos índices de criminalidade e a especulação imobiliária. O conjunto desses fatores leva muitos empresários a buscarem alternativas locais, optando por núcleos urbanos dotados de infra-estrutura econômica e social mais adequada e, preferencialmente, nas proximidades das principais fontes fornecedoras de matérias-primas e das vias de acesso à própria área metropolitana. Em função dos fatores listados, houve um processo de instalação de plantas industriais em diversos centros urbanos interiorizados, especialmente filiais de empresas, mantendo unidades fabris na RMSP e no interior.

O aumento da interiorização da atividade econômica contribuiu para a consolidação do processo de urbanização e ampliou a importância do setor terciário na economia paulista, principalmente como gerador de emprego e renda.

Sem dúvida, São Paulo é o principal pólo econômico do país. No Estado estão concentrados grande parte dos recursos humanos, produtivos, tecnológicos, financeiros, culturais, hospitalares e educacionais do Brasil, caracterizando-se como o espaço mais integrado e desenvolvido do cenário nacional.

A indústria paulista é a mais pujante e moderna do território brasileiro (com exceção da extrativa). Ela concentra parcela significativa da produção de grupos tecnologicamente mais complexos.

A atividade agropecuária é também a maior do país, baseada principalmente nas culturas de cana de açúcar e laranja. Este setor passou por intenso progresso tecnológico, com fortes aumentos de mecanização na colheita, uso de produtos químicos, introdução de novos cultivares e integração das cadeias de produção agrícola com as agroindústrias (GONÇALVES et al, 2007).

O Estado caracteriza-se economicamente não apenas por ser o principal pólo produtivo industrial do país ou por ter a atividade agropecuária e agroindustrial mais moderna, mas também por possuir a mais ampla rede de comércio e de serviços do Brasil, incluindo o principal centro financeiro e os principais centros de pesquisa e ensino do país, mas passando também pelas atividades de comércio e de serviços mais informais e menos qualificadas, isto é, um setor caracterizado pela heterogeneidade (MATOS et al, 2007).

A infra-estrutura paulista (rede de transportes, energia, telecomunicações, recursos hídricos, meios informacionais e outros) é de boa qualidade, com uma abrangência excepcional. São Paulo possui uma extensa rede rodoviária, e não há município paulista pelo qual não passe uma rodovia pavimentada (SEADE, 2007).

Segundo dados do IBGE, o Estado de São Paulo respondia, em 2005, por 33,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Todo este dinamismo econômico nos setores primário, secundário e terciário ampara-se numa sólida estrutura de ciência e tecnologia, que desenvolve pesquisa e forma pessoal qualificado. O território paulista possui o maior e mais robusto sistema de ciência, tecnologia e inovação do cenário nacional, abrigando uma rede de institutos de pesquisa reconhecidos internacionalmente.

Capítulo 2 – Procedimentos metodológicos

2.1 Base de dados

Para a obtenção dos resultados, são utilizadas as seguintes bases de dados: a) amostras dos Censos Demográficos de 1991 e de 2000; b) Pesquisas nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1990 a 2007.

A PNAD é uma pesquisa domiciliar de caráter amostral criada no Brasil em 1967. O objetivo central dessa pesquisa era suprir a falta de informações básicas sobre a população durante os períodos intercensitários. A partir de 1981 a PNAD passou a ser realizada regularmente todos os anos, exceto em 1994 e nos anos censitários de 1991 e 2000 (ROCHA, 2002).

No Brasil, o Censo Demográfico foi implantado no final do Império, passando a ser realizado com regularidade a partir do período republicano. A partir do Censo de 1960, introduziu-se a amostragem, permitindo uma ampliação significativa do escopo temático investigado. Desde então, parcela da população passou a responder um questionário mais detalhado, além do questionário básico. Na população selecionada por amostragem são coletados dados sobre idade, sexo, relações de parentesco, rendimento e características domiciliares (JANNUZZI, 2006).

Além da abrangência temática, outro aspecto que torna o Censo uma fonte importante de informação é sua cobertura nacional e ampla capacidade de desagregação geográfica. O recenseamento cobre a totalidade do território e fornece dados desagregados para grandes regiões, unidades federativas, mesorregiões, microrregiões, municípios e distritos. Diferentemente, a PNAD permite informações apenas para o Brasil, grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas³.

³ As regiões metropolitanas brasileiras são: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

O Censo Demográfico de 1991 tem como data de referência a noite de 31 de agosto para 1º de setembro de 1991. No Censo Demográfico de 2000, a investigação dos domicílios e das pessoas residentes teve como data de referência o dia 1º de agosto de 2000 (IBGE, 1996, 2002).

Os quesitos pesquisados nesses dois Censos são bastante semelhantes, permitindo realizar comparações entre eles (Quadro 2.1).

Quadro 2.1.- Temas investigados no Censo Demográfico, 1991 e 2000.

Temas	Quesitos
Características pessoais	Sexo; idade; cor/raça; deficiências físicas; deficiências mentais e religião
Família	Nupcialidade; condição na família ou relação de parentesco, estado conjugal e fecundidade
Migração	Nacionalidade; naturalidade; migrações intramunicipais, intermunicipais e internacionais, motivo da migração, etc.
Instrução	Alfabetização; anos de estudo; frequência à escola ou creche; curso e série concluídos
Trabalho	Ocupado; procura de trabalho; tipo de ocupação; posição na ocupação; horas trabalhadas; tipo de atividade; ocupação secundária; quantidade de ocupações por pessoa; vínculo de trabalho público; tamanho do estabelecimento e contribuinte da previdência oficial.
Rendimento	Trabalho principal; demais trabalhos; alugueis; pensão alimentícia, mesada, doação; rendimento de renda mínima, bolsa escola ou seguro desemprego; aposentadorias ou pensões; outros rendimentos.
Características dos domicílios ¹⁾	Espécie do domicílio (particular permanente, improvisado e coletivo), tipo do domicílio; número de cômodos, condição de propriedade; abastecimento de água; esgotamento sanitário; banheiros; destino do lixo; iluminação elétrica; aparelhos domésticos (rádio, geladeira ou freezer, máquina de lavar, forno microondas, computador, televisores e ar condicionado); linha telefônica e automóveis para uso particular.

Fonte: Censos Demográficos (1991 e 2000).

Nota: ¹⁾ Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal na data de referência do Censo.

Deddeca e Rosandiski (2003) chamam a atenção para o fato de que no Censo Demográfico de 2000 ocorreram mudanças metodológicas em certas variáveis coletadas pelo questionário da amostra, causando certas turbulências na comparação dos resultados dos

microdados de 2000 com aqueles produzidos pelo Censo de 1991. Os autores citam as seguintes modificações metodológicas apresentadas no Censo de 2000:

- Alteração na identificação da responsabilidade da organização domiciliar e familiar. Até 1991, buscava-se identificar qual membro da família era o chefe do domicílio e da família. Diversos pesquisadores apontaram que essa conduta induzia uma declaração em favor do membro em idade ativa do sexo masculino. Por esta razão, foi adotado outro procedimento no Censo de 2000, passando a determinar não mais o chefe do domicílio, mas a pessoa responsável.
- Outra alteração é sobre o período de referência para a condição de ocupação. A tradição dos Censos Demográficos era de adotar o período de 12 meses, porém, no Censo de 2000, passou-se a considerar a semana de referência.
- Inovações foram introduzidas na obtenção de informações sobre a condição de ocupação. Em 1991, um único quesito investigava a questão. Em 2000, ela se encontra desdobrada em mais de um quesito.
- Houve mudanças nas classificações de ocupações e atividades. O Censo de 2000 passa a usar a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). As novas classificações melhoram o conhecimento da ocupação e do setor de atividade onde o trabalho se realiza, entretanto, criam alguma dificuldade para comparar esses dados com aqueles produzidos em 1991. Para reduzir as dificuldades de comparação, a Comissão Nacional de Classificações (CONCLA)⁴ disponibiliza dicionários de conversão para classificar as atividades ou as ocupações do Censo de 1991 conforme a nova classificação estabelecida no Censo de 2000.

Neste estudo, os dados sobre ocupação e atividade, que passaram por mudanças metodológicas, são utilizados. Dessa forma, no próximo capítulo, quando classificamos os ocupados do Censo de 1991 por atividade nos setores primário, secundário e terciário, adotamos o dicionário de conversão disponível no site da CONCLA. Quanto à alteração do período de captação para definir os ocupados (no Censo de 1991 esse período era de 12 meses e no Censo de

⁴ É um órgão colegiado, instituído com o objetivo de estabelecer e monitorar as normas e a padronização do sistema de classificações usadas no Sistema Nacional Estatístico. Foi criada pelo Decreto 1264 de 11 outubro de 1995.

2000 passou a ser de uma semana), trata-se de uma limitação que deve ser levada em conta na análise dos resultados.

2.2 Declaração de rendimentos nas pesquisas domiciliares

Como o rendimento é a principal variável analisada neste estudo, é importante fornecer detalhes a seu respeito.

Segundo Maia (2006), tanto o Censo Demográfico quanto a PNAD distinguem três fontes principais de rendimento das pessoas com 10 anos ou mais de idade: a) rendimento do trabalho principal, b) rendimento de outros trabalhos e c) outras fontes de rendimentos (aposentadorias, pensão alimentícia, fundo de pensão, aluguel, doação, juros de caderneta de poupança, dividendos e outros).

No Censo de 1991, o rendimento total do indivíduo é resultado da soma de quatro categorias de rendimento: a) da ocupação principal; b) de outras ocupações⁵; c) aposentadoria ou pensão e d) outros rendimentos (aluguéis, arrendamento, doações, pensão alimentícia, capital etc⁶). Todos os rendimentos correspondem à importância bruta recebida no mês de agosto de 1991, em cruzeiros (Cr\$).

Nos dados censitários de 2000, o rendimento total de cada pessoa tem como referência o mês de julho de 2000, expresso em reais (R\$) e é derivado de sete categorias: a) trabalho principal, b) demais trabalhos, c) aposentadorias e pensões; d) aluguel, e) pensão alimentícia, mesada ou doação paga por pessoa de outro domicílio; f) renda mínima, bolsa escola, seguro desemprego e outros rendimentos de programas oficiais de auxílio; g) outros rendimentos, incluindo abono para permanência em serviço, pensão paga integralmente por seguradora ou entidade de previdência privada aberta, juros de aplicações financeiras, dividendos, juros de renda fixa etc.

⁵ Para as pessoas que exerceram outra(s) ocupação(ões) além da ocupação habitual.

⁶ Rendimento fixo proveniente de: a) locação, sublocação, arrendamento, ou subarrendamento, venda de direito de uso de imóveis, veículos, máquinas e outros bens móveis; b) salário família; c) pensão alimentícia (espontânea ou judicial); d) abono permanência; e) complementação do salário ou da pensão proveniente de fundos; f) quantias regularmente recebidas de doação ou mesada, sem contrapartida de serviço prestado, proveniente de pessoa não moradora no domicílio pesquisado; g) a média dos últimos 12 meses, corrigidos monetariamente, de lucros auferidos pelo proprietário ou sócio de sociedades limitadas quando, pela propriedade das ações, seja o mesmo distribuído sob a forma de dividendos ou de novas ações; h) rendimentos derivados de aplicação em caderneta de poupança, letras de câmbio, letras imobiliárias, títulos da dívida pública, depósitos a prazo, debêntures, ações, etc.

O IBGE define rendimento(s) do trabalho (s) como⁷:

- a) Remuneração Bruta: Pagamento da pessoa empregada, inclusive o salário-família e os descontos correspondentes ao INSS, imposto de renda, faltas etc; exclusive o décimo-terceiro salário, a gratificação de férias e a participação nos lucros paga pelo empregador.
- b) Retirada: O ganho (rendimento bruto menos os gastos efetuados com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, compra de equipamentos, matéria-prima etc.) da pessoa que explorava um empreendimento como conta própria ou empregadora.

Note-se que, de acordo com a definição dada acima, o rendimento do trabalho é algo que pode estar incluindo o lucro do empreendimento. Neste sentido, é importante não confundir o rendimento do trabalho do IBGE com o significado dessa expressão em teoria econômica, especialmente nas escolas de pensamento clássico e marxista. É possível separar o rendimento dos empregados (assalariados), mas, mesmo assim não se obtém um montante que corresponda à idéia clássico - marxista de remuneração do trabalho, bastando lembrar que, no total de rendimentos de empregados estão incluídos os salários dos altos executivos das grandes empresas, sendo eles tão ou mais “representantes do capital” que os proprietários do capital (HOFFMANN; SIMÃO, 2005).

2.3 Correção dos dados nas amostras dos Censos Demográficos de 1991 e 2000

Na manipulação dos dados sobre rendimento (1991 e 2000) detectamos problemas na amostra, exigindo que alguns dados fossem corrigidos ou descartados.

Primeiro, para registrar o rendimento das pessoas no Censo 2000, há 6 dígitos disponíveis. Porém, há um domicílio com a seguinte declaração de rendimentos: aluguel (R\$ 500.000), outros rendimentos (R\$ 500.000) e aposentadorias (R\$ 640), cujo valor total é R\$ 1.000.640 (composto de 7 dígitos), mas foi registrado com o valor de R\$ 999.998 (o maior valor possível, já que 999.999 é usado para indicar sem declaração). Provavelmente, o digitador, devido à limitação do tamanho da variável, registrou a renda total máxima permitida, embora não fosse o valor

⁷Essa informação encontra-se na Documentação dos Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000. Maiores detalhes ver IBGE (2002, p. 51).

verdadeiro do rendimento. É importante que no próximo Censo o IBGE disponibilize mais algarismos para o registro do rendimento.

Segundo, no Censo de 1991, as quatro variáveis de rendimento abrangem os seguintes valores: a) 0 - sem rendimento; b) 0.000.001 a 9.999.997 - valor do rendimento e c) 9.999.999 - sem declaração. Nas quatro categorias de rendimento a maior renda declarada é 9.999.997. O número de observações dessa natureza é: a) 60 no trabalho principal; b) 8 em outras ocupações; c) 2 em aposentadorias ou pensões; d) 22 em outros rendimentos. A Tabela B.1 em anexo apresenta uma lista das observações cujos valores de rendimento são superiores a 9.000.000, com algumas características (sexo, idade, escolaridade, posição na ocupação e ocupação) das pessoas que possuem esse valor de rendimento.

Os valores de rendimento mostrados na Tabela B.1 (superiores a 9.000.000) são duvidosos quanto a sua veracidade, pois dificilmente as pessoas declaram um valor como, por exemplo, 9.999.997. A renda declarada é, possivelmente, maior do que a registrada, mas, devido à limitação no tamanho da variável (quantidade de dígitos disponíveis para o rendimento) o digitador colocou o valor máximo permitido. Sabendo que o Censo 2000 possibilitou o registro de rendimentos reais mais elevados, tomamos a decisão de estimar valores maiores de renda no Censo de 1991. Esse ajuste nos dados faz com que as medidas de desigualdade para o ano de 1991 estimadas nos próximos capítulos sejam ligeiramente mais elevadas, isto é, há um menor nível de subestimação das medidas de desigualdade. Por exemplo, o índice de Gini da renda domiciliar per capita do Estado sem o ajuste é 0,554 e após o ajuste é 0,556⁸ (Ver, Tabela 3.2).

As seguintes etapas são realizadas para ajustar os dados da amostra de 1991:

- a) Para que a variável outros rendimentos do Censo de 1991 seja compatível com a de mesma denominação no Censo 2000, é feito um somatório de três variáveis presentes na amostra de 2000 (outros rendimentos; aluguel e pensão alimentícia, mesada, doação).
- b) Na categoria trabalho principal (1991) são excluídas 37 observações que apresentam rendimentos superiores a 9.000.000, com ocupações incompatíveis com o valor do rendimento declarado, como por exemplo, pedreiro, auxiliar administrativo, empregado doméstico, mecânico, carpinteiro e outros.

⁸ Todas as estimações baseadas no Censo de 1991 nos próximos capítulos são feitas usando as rendas corrigidas.

- c) Cálculo do valor correspondente à maior renda declarada em 1991 (9.999.997), em moeda de julho-agosto de 2000, que é R\$ 48.162,56.
- d) Seleção das rendas superiores a R\$ 48.162,56 no Censo de 2000, nas três categorias de rendimento (rendimento do trabalho principal, outras ocupações, outros rendimentos⁹) e o cálculo da renda média desses conjuntos de pessoas;
- e) As rendas médias encontradas são usadas para determinar os multiplicadores que permitem estimar as rendas correspondentes em 1991. Os multiplicadores são definidos pela razão de cada renda média e o valor R\$ 48.162,56 (ver Tabela 2.2);
- f) Todas as rendas superiores a 9.000.000 em 1991 são transformadas em 10.000.000 e logo depois multiplicada pelos respectivos multiplicadores das categorias.

Tabela 2.1.- Multiplicador estimado em 2000.

Categoria	Média dos rendimentos superiores a R\$ 48.162,56	Multiplicador $\frac{\mu}{48.162,56}$
Trabalho principal	99.475,80	2,07
Demais trabalhos	99.011,09	2,06
Outros rendimentos	138.597,19	2,88

Fonte: elaboração própria.

2.4 Deflacionamento dos rendimentos nominais

A renda do indivíduo está associada com a capacidade que ele tem de consumir bens e serviços que geram satisfação e bem estar. Como o valor da unidade monetária não se mantém constante, ao longo do tempo, para permitir a comparação de rendas em diferentes momentos é necessário realizar um ajuste, isto é, deflacioná-las utilizando um índice de preços. Índice de preços é um número que reflete o crescimento dos preços de um conjunto de bens, servindo para medir a taxa de inflação e deflacionar séries monetárias ou nominais. Há vários índices de preços, cada um deles utilizando uma cesta de bens diferentes. No Brasil, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) costuma ser o índice mais indicado para o deflacionamento do rendimento

⁹ Na amostra do Censo 2000 não há rendimentos de aposentadorias e pensões superiores a R\$ 48.162,16. As duas observações com valores superiores a 9.000.000 para aposentadorias e pensões no censo de 1991 são excluídas da amostra.

das pessoas, por apresentar a maior abrangência nacional e medir com maior precisão o poder de compra das famílias relativamente pobres. O quadro 2.2 mostra algumas informações a respeito desse índice.

Quadro 2.2.- Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Abrangência geográfica	Regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, além de Brasília e o município de Goiânia.
População	Família com chefes assalariados e rendimento mensal entre 1 e 8 salários mínimos.
Período da coleta	Dia 1 a 30 do mês de referência
Data limite da divulgação	Dia 15 do mês seguinte ao de referência
Objetivos	Produzido pelo IBGE desde março de 1979, como medida de correção do poder de compra dos salários.

Fonte: Feijó et al. (2003).

Para tornar comparáveis as rendas declaradas nos dois Censos Demográficos analisados, os rendimentos de 1991 são expressos em reais de 2000, utilizando como deflator a média geométrica do INPC¹⁰ de dois meses consecutivos (o Quadro 2.3 apresenta o cálculo).

Quadro 2.3. Cálculo do deflator

Valores do INPC - Série disponível no IPEADATA:	
Agosto de 1991 →	a = 0,1406671295351
Setembro de 1991 →	b = 0,1626419998971
Julho de 2000 →	c = 1628,90
Agosto de 2000 →	d = 1648,61
$\text{Deflator} = \frac{1,2225}{2750} \times \sqrt{\frac{c \times d}{a \times b}}$	
Deflator = 4,816257, onde:	
2750 é a taxa de conversão de cruzeiro real para real (Cr\$/R\$) e 1,2225 (<i>carry-over</i>) é um percentual adicional à variação reportada pelo INPC, a partir de julho de 1994.	
Em 1991 → cruzeiro;	
28/07/1993 → cruzeiro real = 1000 cruzeiros;	
30/03/1994 → Real	
O rendimento do Censo de 1991 é multiplicado por 4,816257/1000 para ser comparado com valores do Censo de 2000.	

Fonte: Elaboração própria, a partir de Corseuil e Foguel (2002).

¹⁰ Dados coletados na série disponível no IPEADATA.

Procedimento análogo foi adotado para determinar o deflator referente aos rendimentos provenientes dos microdados das PNADs, utilizado no capítulo 5.

2.5 Limitações dos dados

As informações sobre renda fornecidas nas pesquisas domiciliares (Censos e PNADs) apresentam algumas limitações que precisam ser consideradas na análise dos resultados apresentados, sendo as principais:

a) O rendimento obtido no Censo é referente apenas à renda monetária e ao pagamento em espécie. Não é informado o valor da produção para o autoconsumo e nem a parcela de pagamento efetuada em benefícios, que podem representar uma parcela significativa da renda das pessoas ocupadas. Isso leva a subestimar principalmente o ganho dos mais pobres (NEY, 2006).

b) Os dados sobre rendimento não consideram o valor de aluguel da casa própria. Se considerarmos duas famílias de mesmo tamanho e com o mesmo rendimento familiar, uma vivendo em casa própria e a outra em casa alugada, é claro que a primeira família possui uma renda real maior. Assim, para uma comparação correta entre o nível de renda das duas famílias seria necessário acrescentar aos rendimentos da família com casa própria o valor de aluguel da residência. A Tabela 2.2 mostra o número de domicílios classificados como alugados e a razão entre o número de domicílios alugados e o total de domicílios. Verifica-se que, no ano 2000, cerca de 18% dos domicílios paulistas são alugados, enquanto em 1991 essa proporção é aproximadamente 22%.

Tabela 2.2.- Número de domicílios alugados, número de domicílios particulares permanentes e razão entre as duas categorias, 1991 e 2000.

Mesorregiões e Estado	Nº de domicílios alugados (A)		Nº de domicílios particulares (B)		$\frac{A}{B}$	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
S. J. do Rio Preto	60.423	75.962	331.732	425.103	18,21	17,87
Ribeirão Preto	96.789	109.187	459.182	591.178	21,08	18,47
Araçatuba	24.290	27.790	147.814	183.684	16,43	15,13
Bauru	50.906	57.086	282.754	368.661	18,00	15,48
Araraquara	30.297	34.275	154.742	204.107	19,58	16,79
Piracicaba	53.321	57.423	254.511	338.627	20,95	16,96
Campinas	137.558	159.501	678.568	918.362	20,27	17,37
P. Prudente	31.128	34.326	191.388	231.361	16,26	14,84
Marília	17.892	17.876	93.298	118.144	19,18	15,13
Assis	20.880	23.327	117.945	148.282	17,70	15,73
Itapetininga	23.472	26.906	155.556	200.253	15,09	13,44
MAMEPA	81.144	95.376	438.159	610.924	18,52	15,61
V. do Paraíba	77.275	86.730	398.495	534.488	19,39	16,23
Litoral Sul Paulista	8.637	11.835	77.442	112.891	11,15	10,48
RMSP	1.092.100	1.022.249	4.258.665	5.372.533	25,64	19,03
São Paulo	1.806.111	1.839.847	8.040.252	10.358.598	22,46	17,76

Fonte: elaboração própria.

Nota: Essas informações estão disponíveis apenas para domicílios particulares permanentes.

c) Muitos executivos de empresas e funcionários altamente qualificados no Brasil recebem importantes benefícios em espécie. Esses benefícios representam uma parcela significativa do consumo do indivíduo e sua família, como por exemplo, automóvel com todas as despesas cobertas pela empresa, seguros, despesas de telefonia móvel, pagamento de escolas para os filhos etc., significando que a renda do indivíduo é superior à declarada (HOFFMANN, 1998).

d) Há uma subestimação da renda total, causada pela subdeclaração das rendas altas. Os relativamente ricos tendem a subdeclarar suas rendas. O grau de subestimação varia conforme a natureza do rendimento, sendo menor para os rendimentos do trabalho formal e os oriundos da seguridade social e maior no caso de rendimentos do capital (ROCHA, 2002). O rendimento declarado por todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade no Censo Demográfico de 2000 (R\$ 196.243 milhões, valores anuais)¹¹ corresponde a 57,6% do Produto Interno Bruto¹² (PIB) a

¹¹ R\$ 16.353.558.208, valores mensais.

¹² A estimativa do PIB a custo de fatores e a preços básicos é igual à soma dos setores: agropecuária, indústria e serviços, valores em R\$ de 2000. Dados disponíveis no site www.ipeadata.gov.br.

custo de fatores¹³ paulista (R\$ 340.575 milhões) obtido nas contas regionais, indicando a subestimação do rendimento.

Comparando os rendimentos da PNAD com o Censo, Pochmann et al. (2004) mostram que o Censo Demográfico apresenta uma captação mais apurada dos estratos mais ricos da sociedade, com estimativas dos rendimentos individuais médios do último centésimo da população significativamente superiores. Como afirmam os autores (2004, p. 14),

...antes de mais nada, quando se considera o estrato dos indivíduos que estão no centil superior da distribuição de renda de cada unidade da federação brasileira, verifica-se que uma das principais fontes das informações aqui utilizadas, o Censo (de 2000), apresenta uma captação mais apurada das rendas deste estrato que, por exemplo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (de 2001, mas devidamente deflacionada pelo IGP – DI da Fundação Getúlio Vargas – FGV). Em quase todas as unidades federativas, as rendas captadas são maiores na primeira fonte de informações.

A divisão das pessoas em estratos de rendimento de todas as fontes nos Censos Demográficos e PNAD 2001 é apresentada na Tabela 2.3. No Censo Demográfico, há observações com valores de rendimento que ultrapassam R\$ 100.000. Por outro lado, na PNAD 2001 (pós ano censitário) o maior valor de renda captado é R\$ 50.000 em moeda corrente. Uma possível explicação para tal fato reside no número consideravelmente superior de observações captado no Censo em relação à PNAD, contribuindo para apuração de rendimentos mais elevados.

¹³ Se computarmos o produto pela ótica do valor adicionado, não contabilizamos os impostos indiretos em nossa medida de produto. Isto gera a medida do produto a custo de fatores.

Tabela 2.3.- Distribuição das pessoas na amostra com 10 anos ou mais de idade em estratos de rendimento de todas as fontes, considerando apenas rendimento positivo (maior que zero).

Estratos de renda (R\$) ⁽¹⁾	Número na amostra				PNAD 2001	
	1991		2000		N ^o	%
	N ^o	%	N ^o	%		
Mais de 0 a 151	249.383	15,58	326.888	16,15	1.575	6,89
Mais de 151 a 500	733.200	45,80	896.224	44,28	11.955	52,29
Mais de 500 a 1.000	348.045	21,74	437.764	21,63	5.104	22,32
Mais de 1.000 a 5.000	249.768	15,60	330.243	16,32	3.948	17,27
Mais de 5.000 a 10.000	15.402	0,96	25.171	1,24	224	0,98
Mais de 10.000 a 50.000	4.910	0,31	7.361	0,36	58	0,25
Mais de 50.000 menos de 100.000	79	0,005	184	0,01	-	-
100.000 ou mais	40	0,002	112	0,01	-	-
Total	1.600.899	100	2.023.947	100	22.864	100

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Na PNAD 2001, há 44.449 observações para o Estado de São Paulo. As seguintes exclusões são realizadas: pessoas com rendimento igual a zero, pessoas com idade ignorada, e pessoas sem declaração de rendimento.

⁽¹⁾ Em R\$ de julho-agosto/2000 (o rendimento da PNAD de 2001 foi multiplicado por 0,917925).

Em anexo, as Tabelas B.2 e B.3 mostram algumas características das observações do último estrato de rendimento dos Censos Demográficos analisados. Na amostra de 2000 há 112 pessoas com rendimento no valor de R\$ 100 mil ou mais, representando uma população de 1.070 pessoas. O rendimento médio dessa população é aproximadamente R\$ 207.000. A maioria delas são do sexo masculino, com 12 anos de estudo e 50 anos de idade, em média, tendo uma forte presença de empregadores cujo cargo é dirigente de empresa.

Em 1991, o rendimento médio do último estrato de renda é R\$ 143 mil, após o ajuste feito nos dados. As características das pessoas que estão nessa faixa de renda são: idade e escolaridade média, respectivamente, 55 anos e 12 anos de estudo, predominando pessoas classificadas como empregadores ligadas às atividades mais variadas como serviços de alimentação, atividades agrícolas, pecuárias e industriais, ocupando cargos de comerciante, gerente, empresários, criador de gado etc.

Uma das principais limitações, amplamente mencionada nos estudos sobre distribuição pessoal da renda brasileira, diz respeito ao fato de a base de dados utilizada captar mal os rendimentos provenientes de ativos (rendimentos do capital). Segundo Salm (2007, p.288 - 290):

...informações disponíveis sobre os rendimentos do trabalho são muito mais abundantes e confiáveis do que as relativas às demais fontes de renda. Independentemente do como ou do porquê, o fato é que hoje, ao se falar em distribuição da renda, a expressão vem

quase que automaticamente associada à distribuição pessoal e, mais especificamente, à distribuição dos rendimentos do trabalho. Isso ocorre inclusive em países como o Brasil, onde observamos, nas últimas décadas profundas alterações (para menos) da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional. Como já mencionado, essa é uma crítica recorrente aos estudos de distribuição de renda. (...) não é fácil aceitar sem maior fundamentação, especialmente no caso de juros, que esses possam ser considerados irrelevantes para explicar os movimentos da desigualdade.

É importante ressaltar que a afirmativa do autor de perda de participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional é baseada na versão do Sistema de Contas Nacionais do país (SCN) anterior à versão atualizada a partir de março de 2007. Nessa nova versão divulgada pelo IBGE, com base em 2000, as participações dos rendimentos do capital e do trabalho mantiveram-se praticamente estáveis no período 2000-2005¹⁴.

e) Alguns entrevistados se recusam a informar seus rendimentos. Isso pode ser devido à desconfiança em relação aos propósitos da pesquisa. E esse fato tem aumentado a preocupação dos pesquisadores em elaborar técnicas estatísticas de imputação de renda dos moradores (MAIA, 2006).

No Censo de 1991, as quatro categorias de rendimento pesquisadas possuem rendimentos sem declaração, ou seja, na amostra os percentuais de rendimento sem declaração são: 0,68% no rendimento do trabalho principal, 0,05% no rendimento de outras ocupações, 0,06% de aposentadorias ou pensões e 0,01% para outros rendimentos. Em 2000 nenhuma observação foi registrada com rendimento não declarado, uma vez que, caso necessário, os rendimentos eram imputados. De acordo com IBGE (2002), as variáveis de rendimento foram imputadas com o uso da técnica de árvore de regressão. Inicialmente, os moradores foram estratificados com respeito aos seus rendimentos. Para isso foram usadas variáveis presentes no questionário da amostra e outras delas derivadas. Em seguida, para cada morador que não declarou rendimento foi determinado o estrato onde se encontrava e seu rendimento foi imputado pelo rendimento de um morador presente no mesmo estrato selecionado.

¹⁴ Maiores detalhes ver Hoffmann e Ney (2008).

A Tabela 2.4 mostra o número de rendas imputadas nas sete categorias de rendimento do Censo Demográfico 2000 e a correspondente renda média, em duas situações: a primeira, sem excluir as rendas imputadas e a segunda excluindo tais rendas.

Tabela 2.4.- Rendimentos imputados no Censo Demográfico 2000.

Categorias de rendimento	Nº de observações		Renda média	
	C/ rendimento positivo	Rendimento positivo imputado	$\mu_1^{(1)}$	$\mu_2^{(2)}$
Trabalho principal	1.602.874	35.198	868,27	866,78
Demais trabalhos	40.957	42	874,44	874,64
Aposentadorias/ pensões	447.489	14.420	508,78	509,94
Aluguel	88.895	624	658,35	659,42
Pensão alimentícia ⁽³⁾	60.546	426	320,68	320,52
Renda mínima ⁽⁴⁾	19.550	2.010	225,22	225,13
Outros	32.409	242	861,07	862,38

Elaboração própria.

⁽¹⁾ Incluindo rendas imputadas.

⁽²⁾ Excluindo rendas imputadas.

⁽³⁾ rendimento de pensão alimentícia, mesada, doação.

⁽⁴⁾ rendimento renda mínima, bolsa escola, seguro desemprego.

f) No ano de 1992, pós ano censitário, a desigualdade medida pela PNAD foi um valor excepcionalmente baixo, conforme revela a Figura 1.4, no capítulo 1. Essa desigualdade é atípica para a série histórica, pois, o índice de Gini caiu fortemente e não há explicações sólidas na literatura para essa queda brusca, em um período recessivo da economia brasileira (Governo Collor). A comparação da desigualdade medida por meio da PNAD de 1992 com a desigualdade avaliada com base nos dados do Censo de 1991 é limitada pela natureza distinta dos levantamentos. Mas é bastante provável que 1991, da mesma maneira que 1992, seja um ano atípico na série de dados sobre a distribuição de renda no Brasil. Assim sendo, é necessário uma certa cautela ao comparar os resultados de 1991 e 2000, tendo em vista o caráter atípico de 1992.

Enfim, apesar das limitações mencionadas, sem dúvida, a PNAD e o Censo brasileiro constituem as principais fontes de informação disponíveis sobre desigualdade, sendo internacionalmente reconhecidas como fontes de dados de excelente qualidade.

2.6. Qual distribuição?

Para a mensuração da desigualdade da distribuição da renda é necessário especificar qual será a renda considerada e qual é a população analisada. De acordo com Hoffmann (2000), se o pesquisador está interessado no mercado de trabalho, é apropriado analisar a distribuição da renda entre as pessoas economicamente ativas. Por outro lado, se o objetivo principal da análise é o nível de vida das pessoas, é mais apropriado considerar todas as pessoas classificadas conforme seu rendimento familiar *per capita* ou domiciliar *per capita*, uma vez que o nível de consumo de uma pessoa não é determinado apenas pela sua renda pessoal, mas pela renda da família à qual pertence.

Embora a distribuição do rendimento familiar ou domiciliar *per capita*¹⁵ seja amplamente utilizada para analisar o nível de bem-estar da população, alguns autores sugerem o uso de uma escala de adulto equivalente que levasse em consideração as diferentes exigências de consumo de cada integrante da família. Segundo Maia (2006), a técnica usada nesse caso é estabelecer as necessidades de consumo de um particular integrante familiar segundo sexo e idade como uma porcentagem de um padrão individual, usualmente um adulto do sexo masculino. Entretanto, os gastos de consumo de homens e mulheres variam demasiadamente em função das especificidades sociais e dos diferentes estágios de crescimento da pessoa. Assim, o elevado grau de arbitrariedade nas ponderações adotadas acaba sendo um forte empecilho à difusão da técnica.

O próximo capítulo analisa três tipos de distribuição de renda: a) distribuição da renda domiciliar *per capita*, b) do rendimento das pessoas ocupadas, c) do rendimento dos ocupados na indústria de transformação.

Em função da importância histórica da indústria de transformação para o Estado, é analisado separadamente o rendimento do trabalho principal dos ocupados neste setor. A análise das três distribuições indicará o comportamento da desigualdade entre a população total, no mercado de trabalho e mais especificamente no mercado de trabalho da indústria de transformação.

¹⁵ O rendimento familiar ou domiciliar *per capita* é igual ao rendimento total da família ou do domicílio dividido pelo número de componentes da família ou do domicílio.

Já foi colocado anteriormente que no primeiro momento a indústria paulista passou a se expandir mais do que a média brasileira, aumentando gradativamente o grau de concentração, especialmente na RMSP. A partir dos anos 1970 iniciou-se um processo de desconcentração da indústria no país, que teve dois tipos de direcionamento. Um direcionamento da atividade industrial paulista para outros estados do país e outro da RMSP para outras regiões dentro do próprio Estado. Essas transformações, com certeza, provocaram mudanças no mercado de trabalho da região, especialmente na atividade industrial. Dessa forma, considerando esse contexto histórico paulista é importante uma análise da distribuição do rendimento dos ocupados na indústria de transformação.

Capítulo 3 – A desigualdade paulista em 1991 e 2000

O indicador mais amplamente utilizado para representar o grau de desenvolvimento de uma região é a renda per capita, mas as deficiências desse procedimento são evidentes, principalmente quando não se complementa a análise com outros indicadores. Entre esses outros indicadores surge imediatamente a distribuição de renda, pois sendo a renda per capita um valor médio, é muito desejável que haja também informação sobre a desigualdade da distribuição.

Neste capítulo será analisada a desigualdade da distribuição da renda no Estado de São Paulo em 1991 e 2000, dando destaque para a desigualdade entre e dentro das mesorregiões do Estado. Ao examinar as várias medidas de posição da distribuição apresentadas abaixo, é necessário admitir que o valor verdadeiro possa ser maior, dada a tendência geral de subdeclaração dos rendimentos discutida no capítulo anterior.

A Tabela 3.1 mostra o número de domicílios e de pessoas na amostra e o correspondente número de domicílios e pessoas na população, após a ponderação de cada observação pelo respectivo peso. Do total de domicílios presentes na amostra, a maioria está classificada na categoria de particular permanente (98,1% em 1991 e 97,3% em 2000).

Tabela 3.1.- Número de domicílios, na amostra e na população de acordo com os dados das amostras dos Censos de 1991 e 2000.

Mesorregiões e São Paulo	Domicílios					Pessoas				
	Amostra		População			Amostra		População		
	1991	2000	1991	2000	cresc. %	1991	2000	1991	2000	cresc. %
S. José Rio Preto	46.139	60.990	336.768	431.194	28,04	172.211	204.813	1.242.883	1.421.152	14,34
Ribeirão Preto	53.286	67.930	471.152	600.400	27,43	204.746	240.585	1.806.475	2.104.682	16,51
Araçatuba	18.602	22.924	150.134	189.013	25,90	72.170	78.194	577.610	635.539	10,03
Bauru	35.215	46.354	292.695	381.909	30,48	136.323	161.451	1.118.828	1.309.726	17,06
Araraquara	17.585	24.002	157.979	207.141	31,12	68.255	84.782	609.306	719.326	18,06
Piracicaba	28.667	36.801	259.395	344.580	32,84	111.113	130.208	1.008.882	1.218.951	20,82
Campinas	72.878	97.740	694.723	937.023	34,88	283.251	345.232	2.680.848	3.271.634	22,04
P. Prudente	22.985	30.890	195.877	241.087	23,08	88.789	104.871	749.942	803.871	7,19
Marília	11.538	14.702	96.215	122.422	27,24	44.809	50.514	372.752	418.121	12,17
Assis	15.727	20.633	120.251	151.107	25,66	60.500	71.459	459.112	517.504	12,72
Itapetininga	18.224	24.647	159.192	205.542	29,12	73.822	91.564	642.999	748.748	16,45
MAMEPA ⁽¹⁾	48.386	67.687	452.889	625.968	38,22	190.479	248.840	1.775.990	2.251.083	26,75
Vale do Paraíba	44.241	59.685	411.680	546.545	32,76	178.686	220.461	1.651.594	1.992.110	20,62
Litoral Sul	10.105	14.707	79.683	115.902	45,45	44.027	56.706	324.286	424.736	30,98
RMSP	435.793	547.462	4.389.491	5.464.912	24,50	1.651.288	1.948.537	16.567.317	19.198.273	15,88
São Paulo	879.371	1.137.154	8.268.124	10.564.745	27,78	3.380.469	4.038.217	31.588.825	37.035.456	17,24

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000.

⁽¹⁾ Macro Metropolitana Paulista.

3.1 Distribuição da renda domiciliar *per capita*

Na distribuição da renda domiciliar *per capita* são utilizados exclusivamente os domicílios particulares permanentes. Como pessoas do domicílio são incluídas a pessoa de referência, o cônjuge, filhos, outros parentes e agregados, mas não são incluídos moradores dos domicílios classificados como pensionistas, empregado doméstico ou parentes de empregado doméstico. A Tabela 3.2 mostra o número de pessoas classificadas nessas três categorias. Em 1991, 14 % das pessoas ocupadas como empregado doméstico residiam no domicílio em que trabalhavam. Em 2000, a proporção de empregadas domésticas vivendo no local de trabalho cai significativamente, passando a ser de 6%.

Tabela 3.2.- Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes como pensionista, empregado(a) doméstico(a) e parentes de empregado(a) doméstico(a) e o número de pessoas ocupadas como empregado(a) doméstico(a).

Ano	Pessoas cuja condição no domicílio é						Total de empregado doméstico
	Pensionista		Empregado doméstico		Parente de empregado doméstico		
	Amostra	População	Amostra	População	Amostra	População	População
1991	3.736	36.691	12.230	122.768	1.062	10.566	874.792
2000	4.260	41.091	7.028	68.238	487	4.603	1.199.278

Fonte: Elaboração própria.

A renda domiciliar *per capita* (d) é somatório da gerada no mercado de trabalho (w) e da renda proveniente de outras fontes (π)¹⁶ das pessoas do domicílio, dividido pelo número de moradores do domicílio (n):

$$d = \frac{\sum_i (w_i + \pi_i)}{n} \quad (1)$$

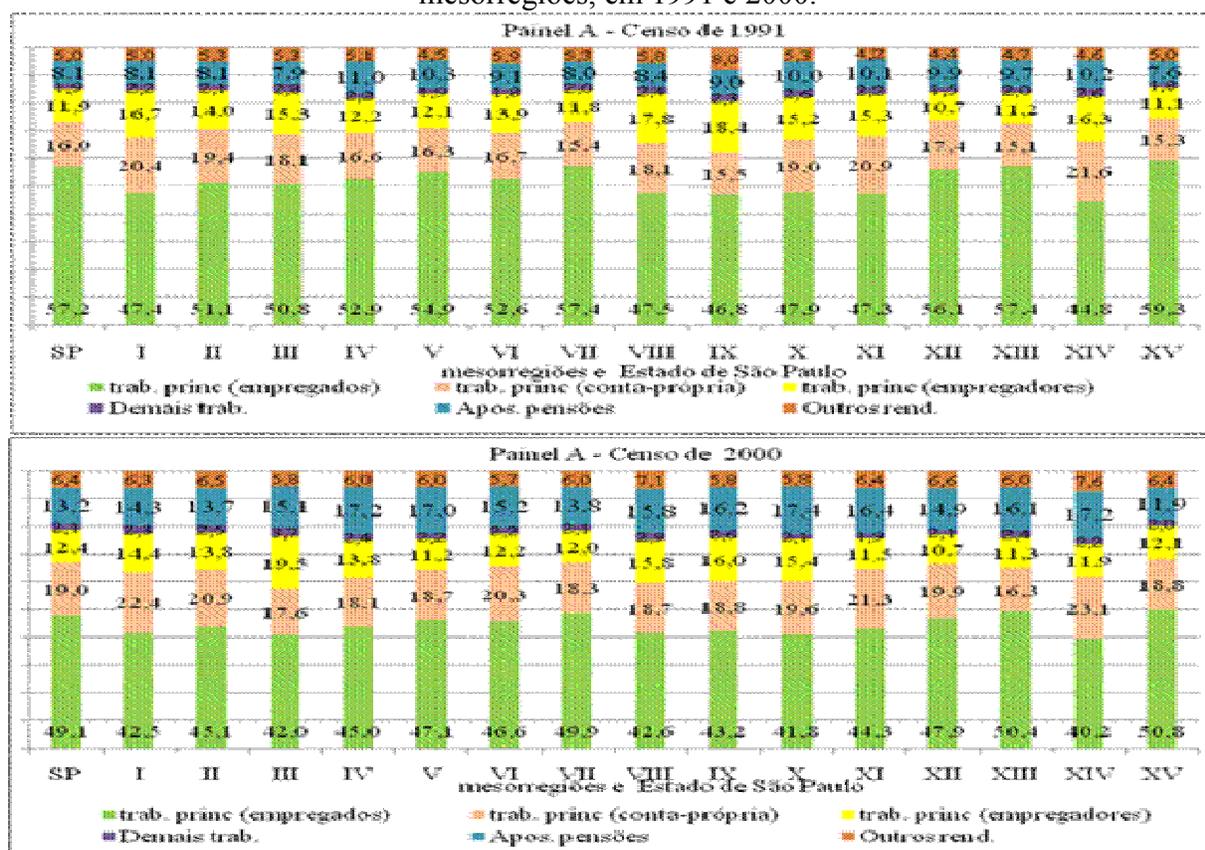
A Figura 3.1 mostra, para São Paulo e para suas 15 mesorregiões, a porcentagem de cada parcela no rendimento domiciliar per capita, destacando como o rendimento do trabalho principal¹⁷ é apropriado pelas três categorias de posição na ocupação: empregado, conta própria

¹⁶ Outras fontes de rendimento correspondem às seguintes categorias: aposentadorias, pensões, aluguéis; pensão alimentícia, mesada e outros tipos de rendimento.

¹⁷ Segundo a definição do IBGE (Ver seção 2.2).

e empregadores. Em 1991, no Estado, os empregados são 75,2% do número de pessoas ocupadas e seu rendimento corresponde a 57,2% do total; por outro lado, os empregadores são 4,5% do número total de ocupados e participam com 11,2% no rendimento total. Em 2000, os percentuais de empregados e empregadores em relação ao total de ocupados são 75,2% e 3,5%, com participações de 49,1% e 12,4% na renda total, respectivamente. A mesorregião do Litoral Sul detém a maior participação de rendimento dos conta própria na renda domiciliar, enquanto Marília possui a maior participação de rendimento de empregadores. Observa-se que apenas a participação do rendimento dos empregados cai em todas as mesorregiões no período.¹⁸

Figura 3.1.- Participação dos componentes do rendimento domiciliar per capita em SP e nas suas mesorregiões, em 1991 e 2000.



Fonte: Elaboração própria.

Nota: I- São José do Rio Preto, II- Ribeirão Preto, III- Araçatuba, IV- Bauru, V- Araraquara, VI- Piracicaba, VII - Campinas, VIII - Presidente Prudente, IX- Marília, X- Assis, XI- Itapetininga, XII- MAMEPA, XIII- Vale do Paraíba, XIV- Litoral Sul, XV- RMSP.

¹⁸ Ver no anexo a Tabela B.4, que mostra a participação dos tipos de rendimento na renda domiciliar per capita em São Paulo e nas mesorregiões.

A Tabela 3.3 apresenta as principais características do rendimento domiciliar *per capita* paulista, de acordo com os Censos Demográficos de 1991 e 2000.

O rendimento *per capita* médio no Estado cresceu 16,4% entre os dois anos analisados, correspondendo a um crescimento anual de 1,7%. Este valor é um reflexo do desempenho da economia brasileira no período, uma vez que durante o período 1991-2000 o país teve uma taxa de crescimento média de 2,7% ao ano, de modo que a taxa de crescimento do PIB *per capita* foi apenas de 1,2% ao ano.

A tabela mostra os valores dos decis, dos quartis e do 95^o e 99^o percentis. Note-se que a mediana, em 1991, correspondia 54% da média, e que em 2000 esse valor passa a ser de 51% da média. Em São Paulo, o 3^o quartil, em 1991 e 2000, é pouco maior do que a média, indicando que pouco mais de um quarto da população tem rendimento acima da média.

Além disso, de acordo com os dados, em 1991, pessoas com rendimento domiciliar *per capita* maior ou igual a R\$ 1.204,06 fazem parte do vigésimo mais rico da população, apropriando-se de 31,8% da renda total. No ano de 2000, o grupo de pessoas que fazem parte do vigésimo mais rico tem renda igual ou superior a R\$ 1.500,00 e apropria-se de 34,5% da renda total.

Embora não haja um índice de desigualdade seguramente melhor que os outros, o mais utilizado é o coeficiente de Gini. Ele foi proposto por Corrado Gini em 1914 e sua construção é baseada numa curva denominada curva de Lorenz, a qual é obtida a partir da ordenação das pessoas segundo o seu nível de renda. O índice varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição. Explicações detalhadas sobre essa medida podem ser encontradas em Hoffmann (1998).

De acordo com essa medida, entre 1991 e 2000 o grau de desigualdade de renda em São Paulo cresceu 6,5%, passando de 0,556 para 0,593. No Brasil, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, no mesmo período a desigualdade aumentou 3,4%, passando de 0,604 para 0,624¹⁹. Para São Paulo, o Atlas, estima um índice de Gini de 0,560, em

¹⁹ A Fundação João Pinheiro (FJP), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criaram o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Ele é um banco de dados com informações sócio-econômicos relevantes dos 5.507 municípios brasileiros e das 27 unidades da federação, baseados nos microdados dos censos de 1991 e de 2000 do IBGE.

1991, e 0,590, em 2000. Apesar de o índice de Gini paulista estar abaixo do nacional, ainda é extremamente elevado quando comparado a padrões internacionais.

O índice de *T* de Theil também indica o aumento da desigualdade de renda no Estado. De acordo com esse índice, a desigualdade aumentou 16,8%. A diferença ocorre porque o índice de Gini tem maior sensibilidade a transferências regressivas em torno das medidas de tendência central, como moda e mediana. O índice *T* de Theil, por sua vez, é relativamente mais sensível a modificações na cauda superior da distribuição da renda.

Tabela 3.3.- Estatísticas relativas à distribuição do rendimento domiciliar per capita no Estado de São Paulo, em 1991 e 2000.

Estatísticas	1991	2000	Variação (%)
Nº de pessoas (1000)	30.765	36.605	18,98
Nº de domicílios (1000)	7.943	10.359	30,42
Pessoas/ domicílio	3,87	3,53	-8,79
Renda média ⁽¹⁾	380,95	443,47	16,41
Percentil ⁽¹⁾ 10	64,22	60,40	-5,95
25	115,59	119,00	2,95
40	168,57	175,00	3,81
50 (mediana)	208,70	225,00	7,81
60	263,29	287,50	9,20
75	399,75	450,00	12,57
80	481,63	540,00	12,12
90	784,36	944,00	20,35
95	1.204,06	1.500,00	24,58
99	2.873,70	3.500,00	21,79
% da renda apropriada pelos			
40% mais pobres	10,13	8,64	-14,71
50% mais pobres	15,05	13,12	-12,82
20% mais ricos	60,29	63,56	5,42
10% mais ricos	44,47	47,69	7,24
5% mais ricos	31,79	34,48	8,46
1% mais ricos	13,58	14,92	9,87
Índice de Gini	0,556	0,593	6,65
T de Theil	0,653	0,763	16,85

Fonte: dados da pesquisa.

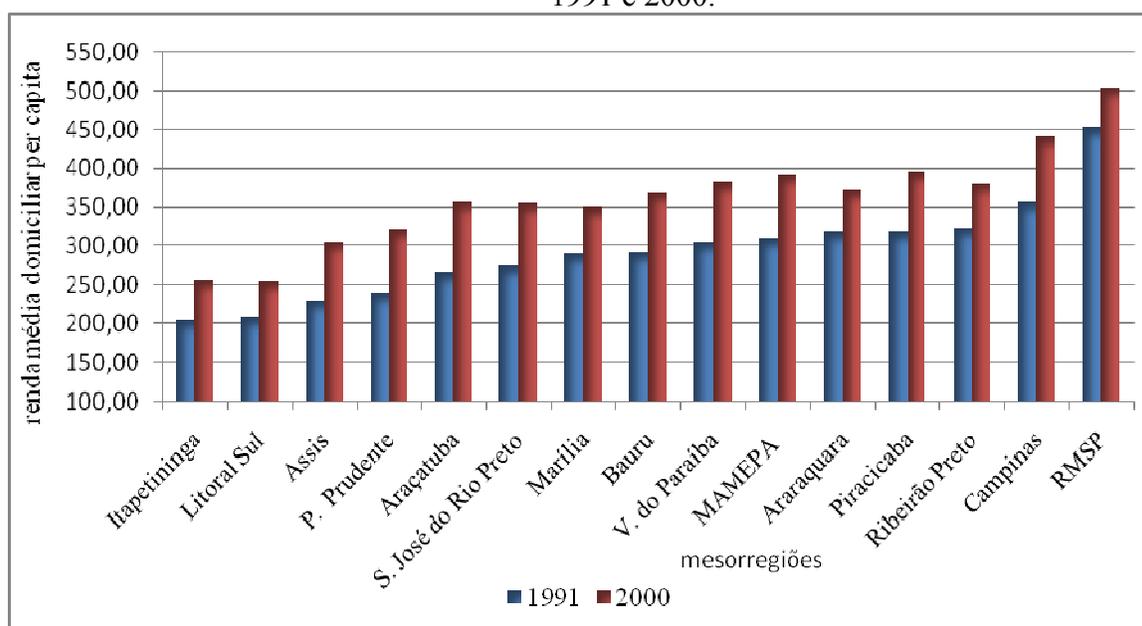
⁽¹⁾ Em R\$ de julho-agosto/2000.

Marcondes Pinto (2007) também realizou um trabalho sobre a desigualdade paulista, utilizando dados do Censo Demográfico de 1991 e 2000, considerando a variável rendimento mensal domiciliar per capita. Os valores encontrados pelo autor para os índices de Gini nos dois

anos foram de 0,56178 e 0,58822. Entretanto, gostaríamos de alertar para o fato de que a renda domiciliar per capita foi definida de maneira inapropriada, uma vez que não foram excluídos os moradores dos domicílios classificados como pensionistas, empregados domésticos ou parentes de empregado doméstico. É prática comum na literatura sobre distribuição de renda definir a renda domiciliar como o somatório das rendas individuais dos moradores do domicílio, excluindo moradores de tais categorias.

Na análise regional, nota-se que o rendimento médio *per capita* aumentou nas 15 mesorregiões paulistas entre 1991 e 2000. As regiões que apresentaram maior crescimento na renda *per capita* média foram: Assis, Presidente Prudente e Araçatuba, ultrapassando 30%. A região mais rica e desenvolvida do Estado apresentou o menor crescimento (11,6%) no período (Figura 3.2).

Figura 3.2.- Renda média domiciliar *per capita* das 15 mesorregiões paulistas, 1991 e 2000.



Fonte: Elaboração própria.

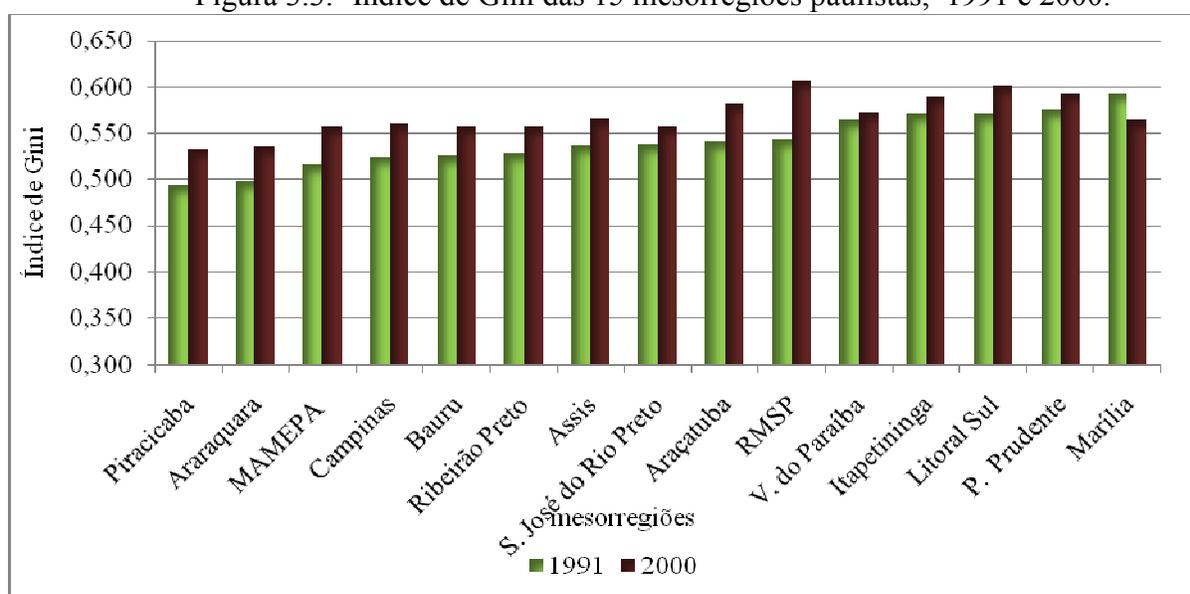
Nota: Ver Tabela B.5, no apêndice estatístico.

Ao analisar a desigualdade nas mesorregiões paulistas, por meio do índice de Gini, observa-se, na Figura 3.3, em 1991, que Marília, seguida por Presidente Prudente, Litoral Sul e Itapetininga são as regiões com maior desigualdade. Por outro lado, Piracicaba, Araraquara, Macro Metropolitana Paulista (MAMEPA) e Campinas são as regiões com menor desigualdade.

Em 2000, ocorre uma mudança nessa classificação, uma vez que as regiões com maior desigualdade são: RMSP, Litoral Sul, Presidente Prudente e Itapetininga e com menor desigualdade são: Piracicaba, Araraquara, MAMEPA e Bauru.

A desigualdade na RMSP aumentou substancialmente (11,6%) em relação às demais regiões (as 14 mesorregiões tiveram um crescimento médio da desigualdade de 5,2%), passando a ser a região mais desigual do Estado²⁰. É importante mencionar que apenas a região de Marília apresentou redução no índice de Gini no período.

Figura 3.3.- Índice de Gini das 15 mesorregiões paulistas, 1991 e 2000.



Fonte: Elaboração própria.

Nota: Ver Tabela B.6, no apêndice estatístico.

A Tabela 3.4 mostra a desigualdade do rendimento domiciliar *per capita* das mesorregiões obtida através do cálculo do índice *T* de Theil, a percentagem da renda correspondente aos 50% mais pobres (50^-) e aos 10% mais ricos, e a proporção de domicílios com rendimento nulo. Não é apresentado o valor do *L* de Theil, pois na amostra há domicílios com rendimento declarado igual a zero e esse índice tende ao infinito quando a renda de um domicílio é zero. De acordo com o *T* de Theil, a desigualdade apresentou redução em duas regiões (Marília e Vale do

²⁰ Classificação das regiões pelo índice de Gini (do menor para o maior) em 1991: Piracicaba, Araraquara, MAMEPA, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Assis, São José do Rio Preto, Araçatuba, RMSP, Vale do Paraíba, Itapetininga, Litoral Sul Paulista, Presidente Prudente e Marília. Em 2000, a classificação passa a ser: Piracicaba, Araraquara, MAMEPA, Bauru, Ribeirão Preto, S. José do Rio Preto, Campinas, Marília, Assis, Vale do Paraíba, Araçatuba, Itapetininga, Presidente Prudente, Litoral Sul Paulista, RMSP.

Paraíba). No ano de 1991, as pessoas que se encontram entre os 10% mais ricos, nas mesorregiões, se apropriam de aproximadamente 44% da renda total, enquanto os 50% mais pobres detêm cerca de 16% da renda. Em 2000, a apropriação da renda pelos 10 % mais ricos é ainda maior, aproximadamente 46%, e os 50% mais pobres passam a ficar com 15% da renda total.

Tabela 3.4.- Distribuição do rendimento domiciliar per capita, nas mesorregiões paulistas, 1991 e 2000: T de Theil (T), percentagem da renda correspondente aos 50% mais pobres (50^-) e aos 10% mais ricos (10^+).

Mesorregiões	T de Theil		50^-		10^+		% de pessoas rendimento igual a zero	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
S. J. do Rio Preto	0,649	0,703	16,38	15,40	43,73	45,31	0,36	1,71
Ribeirão Preto	0,624	0,682	17,17	15,36	43,42	45,20	0,43	1,84
Araçatuba	0,646	0,926	16,50	14,66	44,74	48,87	0,44	1,79
Bauru	0,593	0,700	16,83	15,15	42,18	44,78	0,43	1,64
Araraquara	0,517	0,586	18,56	16,1	40,28	42,60	0,44	1,71
Piracicaba	0,523	0,584	18,85	16,28	39,89	42,39	0,35	1,69
Campinas	0,574	0,655	16,95	14,89	42,09	44,86	0,64	2,30
P. Prudente	0,776	0,829	14,66	13,63	47,63	48,79	0,42	2,65
Marília	0,882	0,690	13,90	14,91	49,87	45,85	0,39	1,56
Assis	0,620	0,687	16,46	15,44	43,68	45,21	0,33	1,69
Itapetininga	0,725	0,735	14,23	13,16	45,81	47,01	0,65	4,02
MAMEPA	0,555	0,660	17,19	15,12	40,74	44,4	0,99	2,47
V. do Paraíba	0,722	0,703	14,59	13,80	45,24	45,14	1,16	2,85
Litoral Sul	0,696	0,749	14,29	12,06	45,92	47,23	1,47	5,58
RMSP	0,635	0,794	15,06	12,20	43,95	48,67	1,82	3,95

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Distribuição do rendimento das pessoas ocupadas e do rendimento das pessoas ocupadas na indústria de transformação

No item anterior, mostramos a elevada participação da remuneração do trabalho principal, especialmente o rendimento do trabalho de empregados, na renda total dos domicílios. Portanto, não é surpreendente que o funcionamento do mercado de trabalho tem um importante papel para explicar a desigualdade brasileira, e conseqüentemente a paulista. Neste sentido, nesta seção são analisadas duas distribuições: do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas em todos os setores (com declaração de atividade) e do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas na indústria de transformação.

Cabe ressaltar que nas duas distribuições são excluídas da amostra todas as pessoas sem atividade declarada ou com atividade mal definida e aquelas vinculadas às atividades relacionadas a organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais. Além disso, estamos considerando apenas pessoas com rendimento positivo (maior que zero).

3.2.1 Número de pessoas ocupadas na indústria de transformação

Segundo Cano (2007), as atividades econômicas podem ser agregadas e classificadas, de acordo com o grau de processamento e elaboração de seus produtos, em três setores produtivos:

- a) Setor primário: engloba as atividades que estão em contato direto com a natureza e cuja produção se caracteriza como de bens primários. Dele fazem parte: agricultura, pesca, silvicultura, pecuária e exploração florestal.
- b) Setor secundário: compreende a modificação ou a transformação de bens, por meio de processos físicos ou químicos. Dela fazem parte: indústria extrativa, indústria de transformação ou manufatureira, indústria da construção civil e serviços industriais de utilidade pública (produção e distribuição de eletricidade, gás e água). As atividades da indústria manufatureira são, freqüentemente, desenvolvidas em plantas industriais e fábricas, utilizando máquinas movidas por energia motriz e outros equipamentos para manipulação de materiais. É também considerada como atividade industrial a produção manual e artesanal, inclusive quando desenvolvida em domicílios, assim como a venda direta ao consumidor de produtos de produção própria, como, por exemplo, os ateliês de costura. Além da transformação, a renovação e a reconstituição de produtos são, geralmente, consideradas como atividades da indústria (IBGE, 2007).
- c) Setor terciário: também chamado setor de serviços, não compreende a produção física propriamente dita, mas sim a prestação de serviços: atividades comerciais, de transportes, alimentação, seguros, serviços financeiros, educação, saúde, atividades recreativas e culturais, serviços governamentais e outros.

No Censo Demográfico é pesquisado o setor de atividade, isto é, a finalidade do negócio, empresa ou entidade em que a pessoa trabalhava²¹ no período de referência, ou a natureza da

²¹ A atividade econômica declarada no trabalho principal.

atividade exercida para a pessoa que trabalhava por conta própria (IBGE, 2002). No Censo de 1991 foi utilizada uma Classificação de Setor de Atividade diferente da adotada pelo Censo de 2000. No último foi usada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Conforme já assinalado, as atividades do Censo de 1991 foram classificadas de acordo com a tabela²² “CNAE–Domiciliar–correspondências CNAE e PNAD/CD91”.

A Tabela 3.5 mostra o número de pessoas ocupadas no trabalho principal nas 15 mesorregiões paulistas, dividindo os setores de atividade em primário, secundário e terciário. Entre 1991 e 2000, o número de pessoas ocupadas com rendimento, em São Paulo, cresceu 14,7%, que corresponde a uma taxa de 1,5% ao ano, sendo o setor de serviços o principal responsável pela geração de postos de trabalho. Os ocupados na indústria de transformação estão no grupo de pessoas vinculadas às atividades secundárias. Em 1991, 75% dos ocupados no setor secundário trabalhavam na indústria de transformação e em 2000 essa participação cai para 70% do total.

Tabela 3.5.- Pessoas com rendimento positivo (maior que zero) no trabalho principal, ocupadas em atividades primária, secundária e terciária nas 15 mesorregiões, 1991 e 2000.

Mesorregiões	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário		Total	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
S. J. do Rio Preto	122.515	95.907	134.024	145.507	279.607	356.327	536.146	597.741
Rib. Preto	133.170	121.398	241.188	228.791	394.611	529.323	768.968	879.511
Araçatuba	44.247	35.384	78.163	78.526	121.115	150.614	243.526	264.524
Bauru	83.836	69.943	137.616	149.997	237.545	312.694	458.998	532.634
Araraquara	47.545	40.420	88.353	86.815	121.158	165.397	257.056	292.632
Piracicaba	48.175	36.368	163.151	172.827	213.880	292.985	425.207	502.180
Campinas	108.216	95.732	445.242	432.447	582.157	820.159	1.135.616	1.348.337
P. Prudente	68.165	53.851	68.036	63.032	166.025	195.403	302.226	312.286
Marília	30.524	25.192	38.399	40.169	85.751	104.803	154.675	170.164
Assis	46.160	38.206	44.122	48.139	93.570	116.996	183.851	203.341
Itapetininga	67.149	51.304	60.791	68.223	105.343	140.511	233.282	260.038
MAMEPA	65.207	54.526	289.151	299.194	327.171	515.731	681.528	869.451
V. Paraíba	40.665	29.194	216.502	220.194	351.376	496.425	608.543	745.813
Litoral Sul	24.621	19.336	25.603	27.473	58.932	86.949	109.155	133.757
RMSP	65.904	41.208	2.535.686	2.019.548	4.035.326	5.429.537	6.636.916	7.490.293
Total	996.099	807.969	4.566.027	4.080.880	7.173.567	9.713.854	12.735.693	14.602.703

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000.

²² Disponível em <<http://www.ibge.gov/concla>>.

De acordo com a Tabela 3.6, o número de ocupados na indústria de transformação paulista caiu 16,1%. É importante destacar que este fenômeno paulista está ligado ao contexto nacional das transformações no mercado de trabalho na década de 90.

O avanço tecnológico no período é apontado como o principal motivo de eliminação de postos de trabalho na indústria de transformação, que permitiu aumento de produtividade com estabilidade ou queda no nível de emprego, isto é, parte do declínio do emprego na indústria pode ser atribuído à introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, que obrigaram as empresas industriais a reorganizar sua estrutura de emprego, buscando tornar-se mais competitivas, tanto no plano interno, quanto, principalmente, no comércio internacional (CHAHAD, 2003).

Para Rosandiski (2000), nos anos 90 ocorreu um conjunto de mudanças na economia brasileira, tais como abertura comercial, plano de estabilização, privatização, reorganização produtiva e inovações de técnicas organizacionais, que repercutiram nas estruturas ocupacionais, principalmente sobre a indústria de transformação, reduzindo substancialmente o número de pessoas ocupadas neste setor industrial. Em contrapartida, expandiu-se o número de trabalhadores no setor terciário da economia.

Tabela 3.6.- Pessoas ocupadas com rendimento positivo no trabalho principal (maior que zero), segundo a atividade econômica no setor secundário, 1991 e 2000.

Atividades	1991		2000		Variação (%) 1991-2000	
	Nº	%	Nº	%		
1. Primário	996.099	7,82	807.969	5,53	-16,89	
2. Secundário	Extrativa Mineral	45.058	0,35	17.448	0,12	-61,28
	Transformação	3.431.226	26,94	2.876.978	19,70	-16,15
	Construção civil	1.003.477	7,88	1.112.788	7,62	10,89
	Serviços industriais de utilidade pública	86.265	0,68	73.666	0,50	-14,60
3. Terciário	7.173.567	56,33	9.713.854	66,52	35,41	
Total	12.735.693	100	14.602.703	100	14,66	

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000.

Apesar dessa redução da mão de obra na indústria de transformação no Estado de São Paulo, nota-se que algumas regiões do interior tiveram crescimento no número de pessoas ocupadas na indústria transformadora. Esses crescimentos percentuais nas mesorregiões foram de: 9,9% em São José do Rio Preto, 10,4% em Assis, 8,5% em Itapetininga, 8,1% em Bauru e 7,3% em Araçatuba. Por outro lado, as regiões mais industrializadas do Estado, Campinas e

RMSP, apresentaram queda de 6,5% e 26,8% no número de ocupados em tal atividade (Ver, Tabela 3.7).

As catorze mesorregiões que formam o interior paulista aumentaram ligeiramente suas participações de mão de obra na atividade manufatureira, enquanto a RMSP reduziu significativamente sua participação, com queda de 7 pontos percentuais, conforme revela a Tabela 3.7. Tal resultado pode ser associado com o crescimento da indústria de transformação no interior do Estado e sua perda de participação na RMSP.

Ainda com relação à Tabela 3.7, nota-se que na RMSP diminuiu substancialmente a participação dos ocupados na indústria de transformação no total de pessoas ocupadas da região, caindo de 29,9% em 1991 para 19,4% em 2000. Em contrapartida, há um aumento dos ocupados do setor de serviços em relação ao total de ocupados.

Matteo (2007) diz que o aumento da participação do setor de serviços na RMSP, em termos de pessoal ocupado, tem que ser visto à luz das transformações ocorridas nos processos produtivos nos anos 80 e agravadas com a abertura da década de 90. A modernização industrial implicou em uma maior demanda de serviços de telecomunicações, informática, novas tecnologias e outros. Além disso, houve uma terceirização intensa de várias atividades como limpeza, vigilância, atendimento, telemarketing, etc. Neste caso, por exemplo, faxineiros que trabalhavam em uma indústria automobilística deixaram de ser metalúrgicos e passaram para a área de serviços, embora continuem a trabalhar na indústria.

Em suma, a década de 1990 no Brasil foi caracterizada por uma série de transformações econômicas, sociais, demográficas e tecnológicas (a abertura comercial, a reforma do papel do Estado, a estabilidade de preços, o avanço tecnológico, a integração em blocos econômicos e outras). Essas transformações produziram efeitos em todas as regiões e estados brasileiros, especialmente na RMSP. No processo de reestruturação produtiva da região, houve uma redução de participação em setores de tecnologia intensiva em mão-de-obra (têxtil, confecções, couro e calçados, metalurgia, etc.) e ampliação ou manutenção em alguns setores que podem ser identificados como indústria intensiva em conhecimento.

Pelo fato da RMSP ser o pólo mais dinâmico e desenvolvido do país, com a presença de plantas industriais mais complexas (as empresas consideradas de alta tecnologia se encontram fortemente concentradas na RMSP e em seu entorno), ela foi mais fortemente afetada pelas

mudanças no padrão de emprego, como por exemplo, a introdução de tecnologias poupadoras de mão de obra (CHAHAD, 2003; CAIADO 2004).

Tabela 3.7.- Número de pessoas ocupadas nos três setores da economia e na indústria de transformação, 1991 e 2000.

Mesorregiões	1991				2000			
	Número de pessoas ocupadas		Participação %		Número de pessoas ocupadas		Participação %	
	Indústria de transformação (A)	Todos os setores (B)	$\frac{A}{C}$	$\frac{A}{B}$	Indústria de transformação (A)	Todos os setores (B)	$\frac{A}{C}$	$\frac{A}{B}$
S. J. do Rio Preto	88.892	536.146	2,59	16,58	97.691	597.741	3,40	16,34
Rib. Preto	178.890	768.969	5,21	23,26	175.302	879.511	6,09	19,93
Araçatuba	50.923	243.525	1,48	20,91	54.621	264.524	1,90	20,65
Bauru	93.852	458.997	2,74	20,45	101.468	532.634	3,53	19,05
Araraquara	67.607	257.056	1,97	26,30	63.231	292.632	2,20	21,61
Piracicaba	125.936	425.206	3,67	29,62	125.509	502.180	4,36	24,99
Campinas	333.966	1.135.616	9,73	29,41	312.161	1.348.337	10,85	23,15
P. Prudente	39.712	302.226	1,16	13,14	35.104	312.286	1,22	11,24
Marília	26.037	154.675	0,76	16,83	25.498	170.164	0,89	14,98
Assis	27.847	183.852	0,81	15,15	30.745	203.341	1,07	15,12
Itapetininga	39.297	233.282	1,15	16,85	42.649	260.038	1,48	16,40
MAMEPA	217.568	681.529	6,34	31,92	207.798	869.451	7,22	23,90
V. Paraíba	146.287	608.543	4,26	24,04	143.101	745.813	4,97	19,19
Litoral Sul	8.355	109.156	0,24	7,65	7.601	133.757	0,26	5,68
RMSP	1.986.057	6.636.916	57,88	29,92	1.454.500	7.490.293	50,56	19,42
Total (C)	3.431.226	12.735.694	100,00	26,94	2.876.978	14.602.703	100,0	19,70

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000.

3.2.2 Características das pessoas ocupadas na indústria de transformação

Nesta seção são apresentados dados sobre educação, horas semanais de trabalho, idade e outras características dos ocupados na indústria de transformação paulista.

Nas próximas tabelas (3.8, 3.9, e 3.10) algumas observações foram excluídas da amostra: i) pessoas com idade igual a 100 anos ou mais; ii) cor não declarada; iii) aquelas sem informação sobre o nível de escolaridade ou que informaram ter concluído curso de alfabetização de adultos e iv) aquelas que declaram menos de 10 horas de trabalho por semana.

Segundo Ney (2006), a estatística sobre educação é um importante indicador do nível de desenvolvimento de um país ou região, uma vez que essa variável influencia de várias formas a qualidade de vida das pessoas. A educação afeta positivamente o nível de produtividade e renda do trabalho. Além disso, uma população mais educada torna-se capaz de participar de forma mais

ativa da vida social e política do país. Neste, sentido, as Tabelas 3.8 e 3.10 mostram informações a respeito da situação educacional dos trabalhadores da indústria paulista.

O IBGE classifica as pessoas em 18 níveis de escolaridade, de zero (sem instrução ou menos de 1 ano de estudo) a “17 anos ou mais”. Para o cálculo da escolaridade média, admitimos que o valor médio nesse último estrato era de 18 anos de estudo. No Estado, as pessoas ocupadas na indústria de transformação tinham, em 1991, em média, 6,6 anos de estudo. Em 2000, há um pequeno aumento da escolaridade, com valor médio passando para 8 anos de estudo. As regiões Vale do Paraíba e RMSP possuem a maior escolaridade média. Por outro lado, a mesorregião “Litoral Sul” detém a menor média de escolaridade.

O baixo nível educacional paulista é um retrato da situação brasileira. Segundo Menezes-Filho (2001), entre 1977 e 1997 houve uma melhora no nível educacional da população, mas ainda pequeno, quando comparado com processos semelhantes ocorridos em outros países. Atualmente, há um consenso na academia e na esfera governamental da necessidade de melhorar o nível de escolaridade da população brasileira.

Sabemos que cada vez mais a educação torna-se condição necessária para que o trabalhador consiga melhores condições de emprego, principalmente nos setores mais avançados tecnologicamente. Considerando o fato de que no território paulista estão instaladas importantes empresas de alta tecnologia, a educação é um fator chave para a expansão e o crescimento do nível de bem estar da população.

Tabela 3.8.- Escolaridade, horas trabalhadas e idade média das pessoas ocupadas na indústria de transformação em São Paulo e nas mesorregiões paulistas, 1991 e 2000.

Mesorregiões e Estado	1991			2000		
	Escolaridade média	Horas médias trabalhadas	Idade média	Escolaridade média	Horas médias trabalhadas*	Idade média
S. J. do Rio Preto	5,62	44,69	31,22	7,35	45,88	33,79
Ribeirão Preto	5,96	45,07	30,89	7,28	46,31	33,23
Araçatuba	5,95	44,40	29,80	7,53	45,27	32,25
Bauru	6,01	45,48	30,70	7,41	46,02	32,75
Araraquara	6,09	44,76	32,02	7,77	44,99	33,41
Piracicaba	6,32	44,16	31,33	7,82	44,60	33,20
Campinas	6,50	44,04	31,31	8,09	44,63	33,10
P. Prudente	5,54	45,70	31,67	7,34	45,69	34,13
Marília	6,30	43,97	30,76	8,04	44,67	33,40
Assis	5,65	46,11	31,27	7,04	47,06	33,21
Itapetininga	5,60	44,02	30,87	7,11	45,39	31,99
MAMEPA	6,15	43,93	30,71	7,85	44,74	32,56
V. do Paraíba	7,36	43,34	32,49	9,03	44,22	33,64
Litoral Sul	5,49	45,39	33,11	6,85	44,18	35,47
RMSP	6,91	43,53	32,22	8,22	45,07	34,18
Estado	6,56	43,97	31,80	8,02	45,10	33,66

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Nota: No Censo de 1991, o tempo semanal de trabalho máximo declarado é 98 horas. No Censo de 2000, as pessoas com tempo semanal de trabalho que ultrapassa 98 horas semanais são excluídas.

Outro indicador apresentado é o número horas trabalhadas. No Brasil, a Constituição Federal prevê uma jornada de 44 horas semanais, sendo facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva. No Estado paulista a jornada semanal de trabalho média era de 44 horas em 1991 e 45,1 horas em 2000.

No Censo Demográfico as pessoas também são classificadas quanto à posição ocupacional no trabalho, sendo divididas em: empregado, conta própria²³ e empregador. De acordo com a Tabela 3.9, grande parte das pessoas ocupadas na indústria de transformação estão classificadas na categoria de empregados. No estado, em 1991, aproximadamente 90% dos ocupados eram classificados como empregados e no ano de 2000 há uma redução nesta proporção para 85,2%.

²³ Classifica-se como conta própria a pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sem ter empregados, individualmente ou com sócio, com auxílio ou não de trabalhador não-remunerado (IBGE, 2008).

Em 1991, a participação dos conta própria no número de pessoas ocupadas na indústria de transformação é 6,8%, bem abaixo da participação dos conta própria no total de ocupados, que é 17,5%. Em 2000, a participação dos trabalhadores conta própria na indústria de transformação passou para 11,7%, enquanto na população ocupada o percentual aumenta para 19,7%. Segundo Kon (2001), a condição do trabalhador autônomo se associa fortemente as questões conjunturais e à capacidade de cada espaço regional de resolver com maior ou menor adequação às pressões da força de trabalho para a criação de emprego nas empresas. Em períodos de estagnação das atividades econômicas a representatividade dos trabalhadores por conta própria se eleva paralelamente à precarização das condições de remuneração.

Tabela 3.9.- Pessoas ocupadas na indústria de transformação nas mesorregiões paulistas, conforme sua posição na ocupação, 1991 e 2000.

Mesorregiões e Estado	1991			2000		
	% de			% de		
	Empregado	Conta própria	Empregador	Empregado	Conta própria	Empregador
S. J. do Rio Preto	83,12	13,13	3,75	79,70	16,14	4,17
Ribeirão Preto	88,38	8,68	2,95	81,70	14,91	3,40
Araçatuba	87,71	9,54	2,75	86,66	10,41	2,94
Bauru	87,77	9,06	3,17	83,91	12,73	3,35
Araraquara	87,33	9,86	2,82	84,85	12,27	2,89
Piracicaba	90,16	6,72	3,12	85,56	10,92	3,52
Campinas	91,99	5,39	2,62	87,27	9,52	3,21
P. Prudente	83,03	13,39	3,58	77,79	17,96	4,25
Marília	86,39	10,68	2,94	81,59	13,95	4,46
Assis	85,14	11,59	3,27	81,71	13,94	4,35
Itapetininga	86,95	10,27	2,78	83,86	13,04	3,09
MAMEPA	93,06	4,76	2,18	88,25	9,33	2,42
V. do Paraíba	91,30	6,79	1,91	87,60	10,10	2,30
Litoral Sul	78,09	16,72	5,19	63,57	32,57	3,86
RMSP	91,05	6,14	2,81	85,33	11,55	3,12
Estado	90,43	6,78	2,79	85,19	11,67	3,15

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Quanto ao perfil demográfico dos trabalhadores em atividades manufatureiras, predominam as seguintes características: a) gênero masculino, b) idade média de 31,8 anos em 1991 e 33,7 anos em 2000, c) aproximadamente 90% deles têm idade compreendida entre 18 e 65 anos e, d) a maioria é branco.

Observa-se, na Tabela 3.10, que aproximadamente 70% das pessoas ocupadas na indústria de transformação são do sexo masculino. É importante ressaltar que, apesar do aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, existe uma concentração da atividade feminina em atividades do setor de serviços sociais e em serviços domésticos remunerados e é baixa a

participação da mão de obra feminina no setor industrial. De acordo com Lavinias (2001), por meio de segregação por gênero, as atividades ocupadas majoritariamente por mulheres apresentam piores condições de remuneração e de proteção institucional.

No complexo industrial da região do Vale do Paraíba há larga presença de atividades automotivas, de defesa, petrolífera e aeronáutica com predominância de ocupações masculinas. Dessa forma, uma maior proporção de pessoal ocupado do gênero masculino concentra-se nessa região (acima de 79%).

A Tabela 3.10, também mostra informações sobre a escolaridade das pessoas ocupadas na indústria de transformação em SP e nas suas mesorregiões. Vale do Paraíba, RMSP e Campinas se destacam pelo maior percentual de pessoas ocupadas com 12 anos ou mais de estudo (12 anos de estudo, geralmente, corresponde ao primeiro ano de faculdade). Nas regiões de São José do Rio Preto, Assis, Itapetininga e Litoral Sul cerca de 30% dos ocupados têm menos que 5 anos de estudo, ou seja, não concluíram sequer o ensino fundamental. Quanto à variável cor, nota-se que o Litoral Sul tem a menor proporção de pessoas brancas entre as ocupadas na indústria de transformação.

Tabela 3.10.- Escolaridade das pessoas ocupada na indústria de transformação em SP e nas mesorregiões paulistas, 1991 e 2000.

Mesorregiões e Estado	1991					2000				
	% com escolaridade			%		% com escolaridade			%	
	≤4	≤10	≥12	de homens	de brancos	≤4	≤10	≥12	de homens	de brancos
S. J. do Rio Preto	49,92	86,23	4,20	68,47	78,62	30,64	71,86	6,97	70,00	81,52
Ribeirão Preto	45,71	84,99	5,52	72,72	72,26	28,74	74,56	6,69	71,69	71,77
Araçatuba	43,06	85,61	4,31	65,13	65,79	26,55	71,05	5,95	64,28	70,33
Bauru	45,87	84,34	5,78	72,49	75,86	28,25	72,11	6,96	72,98	77,41
Araraquara	46,40	83,50	6,45	68,64	78,57	26,95	67,76	7,61	70,71	77,94
Piracicaba	44,19	81,98	7,13	75,20	81,75	25,63	68,42	8,42	74,61	80,77
Campinas	41,72	81,26	8,16	72,54	78,75	23,60	65,44	10,29	72,29	78,02
P. Prudente	50,45	85,80	4,40	71,95	62,53	29,48	71,81	6,48	71,14	66,09
Marília	41,43	82,65	6,53	67,67	63,13	23,26	64,86	9,65	70,46	67,09
Assis	49,34	86,46	4,37	72,77	78,72	30,87	75,81	5,44	75,45	80,01
Itapetininga	51,39	86,17	4,39	72,22	80,24	33,42	73,98	6,58	73,34	80,44
MAMEPA	44,12	83,96	6,31	71,75	78,79	24,83	67,65	8,95	73,00	76,45
V. do Paraíba	31,56	74,01	11,14	80,80	77,88	16,31	52,68	14,45	79,21	77,94
Litoral Sul	47,70	87,06	4,49	77,46	61,78	31,76	77,98	5,69	72,09	63,76
RMSP	37,65	76,44	10,57	70,46	65,72	23,00	66,42	13,05	69,84	64,79
Estado	40,11	79,05	8,99	71,42	70,12	24,12	65,20	11,45	71,19	70,91

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

3.2.3 Distribuição do rendimento do trabalho principal dos ocupados em todos os setores e dos ocupados na indústria de transformação

O passo seguinte é analisar as principais características das distribuições do rendimento do trabalho dos ocupados em todos os setores e os ocupados especificamente na indústria de transformação. As mesmas exclusões realizadas na seção anterior também foram adotadas nessa seção (Ver exclusões da página 50).

Na amostra da distribuição do rendimento do trabalho principal dos ocupados há, em 1991, 1.336.943 pessoas que correspondem a 12,6 milhões de ocupados na população. No ano 2000, a amostra possui 1.543.730 observações, representando 14,6 milhões de ocupados.

A Tabela 3.11 mostra o valor dos rendimentos médio e mediano e vários indicadores de desigualdade da distribuição do rendimento do trabalho principal por pessoa ocupada nas 15 mesorregiões paulistas e no Estado. O fato de o rendimento mediano corresponder a aproximadamente 50% do rendimento médio está relacionado à forte assimetria da distribuição da renda. Em São Paulo, em 1991, o rendimento médio era de R\$ 786,41 (em reais de julho-agosto de 2000) e em 2000, passa a ser R\$ 871,76.

O índice de Gini da distribuição do rendimento dos ocupados aumenta de 0,546 em 1991 para 0,556 em 2000. Outros indicadores apresentados na Tabela 3.11 também mostram o aumento da desigualdade entre os ocupados paulistas. A porcentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos se eleva de 44,1% em 1991 para 46,3% em 2000.

Na análise regional, a tabela mostra que determinadas mesorregiões tiveram um crescimento da renda, no período, acentuadamente superior ao Estado. Enquanto a renda média dos ocupados cresceu 10,9% em todo território paulista, certas regiões (São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Assis) tiveram crescimento na renda superiores a 20%.

Não há grandes oscilações do índice de Gini entre as regiões paulistas. As mesorregiões com maior desigualdade, em 1991, eram: Marília, Presidente Prudente, Vale do Paraíba e Itapetininga. Em 2000, há uma alteração nesta classificação e as regiões mais desiguais passam a ser: Presidente Prudente, Litoral Sul Paulista, Araçatuba e RMSP. Diferentemente do que ocorre no Estado paulista, quatro mesorregiões (Presidente Prudente, Marília, Itapetininga e Vale do Paraíba) tiveram redução no coeficiente de Gini. Para o T e o L de Theil, três mesorregiões (Marília, Itapetininga e Vale do Paraíba) reduziram a desigualdade.

Tabela 3.11.- Principais características da distribuição do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas em todos os setores em SP e nas mesorregiões, 1991 e 2000.

Mesorregiões e Estado	Censo de 1991							Censo de 2000						
	Média ⁽¹⁾	Mediana ⁽¹⁾	90 ^o ⁽¹⁾	10 ⁺	G	T	L	Média ⁽¹⁾	Mediana ⁽¹⁾	90 ^o ⁽¹⁾	10 ⁺	G	T	L
S. J. do Rio Preto	538,10	288,98	963,25	45,53	0,548	0,707	0,526	654,70	350,00	1.200	46,75	0,552	0,749	0,539
Ribeirão Preto	639,85	375,67	1.204,06	44,40	0,534	0,671	0,497	701,09	400,00	1.370	45,48	0,540	0,675	0,506
Araçatuba	524,86	288,98	963,25	45,54	0,545	0,680	0,516	618,96	302,00	1.100	48,14	0,559	0,786	0,552
Bauru	573,74	337,14	1.123,63	42,87	0,531	0,615	0,494	674,65	360,00	1.200	45,94	0,546	0,768	0,528
Araraquara	626,08	385,30	1.204,06	41,54	0,508	0,559	0,447	684,03	400,00	1.300	43,84	0,521	0,592	0,469
Piracicaba	628,63	385,30	1.204,06	40,77	0,505	0,540	0,441	739,37	400,00	1.500	42,97	0,519	0,588	0,466
Campinas	709,33	404,57	1.444,88	42,40	0,527	0,577	0,485	827,27	450,00	1.700	44,85	0,538	0,638	0,501
P. Prudente	492,53	240,81	963,25	48,08	0,577	0,786	0,587	607,21	300,00	1.150	48,33	0,575	0,791	0,599
Marília	559,66	266,34	963,25	50,27	0,593	0,911	0,622	645,48	348,00	1.200	46,54	0,551	0,711	0,534
Assis	469,36	250,45	963,25	44,08	0,540	0,656	0,508	582,33	300,00	1.000	46,02	0,546	0,730	0,523
Itapetininga	469,46	240,81	963,25	46,37	0,559	0,775	0,550	553,11	300,00	1.000	45,03	0,542	0,664	0,523
MAMEPA	665,72	385,30	1.415,98	41,23	0,514	0,556	0,460	764,10	400,00	1.500	43,64	0,527	0,608	0,480
V. do Paraíba	690,56	384,48	1.444,88	45,39	0,572	0,736	0,595	774,59	400,00	1.500	44,22	0,546	0,663	0,525
Litoral Sul	504,92	288,98	963,25	44,12	0,541	0,644	0,509	576,74	300,00	1.100	44,33	0,537	0,644	0,503
RMSP	941,88	529,79	1.926,50	42,99	0,532	0,596	0,495	1.018,67	500,00	2.000	45,95	0,556	0,692	0,538
São Paulo	786,41	433,46	1.444,88	44,10	0,546	0,638	0,527	871,76	450,00	1800	46,32	0,556	0,700	0,544

Fonte: Elaboração própria.

⁽¹⁾ Em reais correntes no mês de referência do Censo de 2000.

Sabóia (2001), ao caracterizar a situação do emprego na indústria brasileira, na década de noventa, diz que há uma grande diferenciação na qualidade dos empregos nos diferentes setores industriais, que pode ser ilustrada por meio dos níveis médios de remuneração dos trabalhadores na indústria. Como observa o autor, os rendimentos são mais elevados na extrativa mineral e serviços industriais de utilidade pública e bem menores na construção civil. A indústria de transformação possui um nível intermediário.

Os resultados encontrados na Tabela 3.12 mostram que no Estado paulista, em 1991, o rendimento médio da indústria de transformação é superior ao da indústria extrativa e da construção civil. Por outro lado, em 2000, os rendimentos na indústria extrativa mineral superam os da indústria de transformação. Nos dois anos o rendimento médio mais elevado é dos serviços industriais de utilidade pública.

Tabela 3.12.- Pessoas ocupadas com rendimento positivo no trabalho principal nos setores de atividade, 1991 e 2000.

Atividades	Renda média		Variação	
	1991	2000		
1. Primário	445,34	488,38	9,66	
2. Secundário	Extrativa Mineral	737,73	992,66	34,56
	Indústria de Transformação	787,67	851,53	8,11
	Construção civil	617,48	650,21	5,30
	Serviços industriais de utilidade pública	1.213,42	1.204,66	-0,72
3. Terciário	850,61	932,76	9,66	

Fonte: Elaboração própria.

Nota: em R\$ de julho-agosto de 2000

A Tabela 3.13 apresenta as principais características do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas na indústria de transformação.

No Brasil, a evolução dos rendimentos da indústria, na década de 90, seguiu a tendência geral dos demais setores, com redução no início da década, crescimento a partir de 1993, atingindo o máximo em 1996/97, e caindo em seguida. Em 1999, as remunerações médias retornaram aos níveis observados em 1991 (SABÓIA, 2001).

No estado paulista, em 1991, o rendimento médio dos ocupados na atividade transformadora era de R\$ 787,67 e a mediana era R\$ 481,63. Em 2000, a renda média aumenta para R\$ 851,53 e a mediana cai para R\$ 475,00.

Nota-se que o rendimento médio da indústria de transformação em 1991 era superior ao rendimento dos ocupados em todos os setores, porém, no ano 2000 tal rendimento passa a ser um pouco menor.

Cabe ressaltar que os dados analisados são de um período com um intenso processo de transformação na indústria brasileira, que acarretou mudanças significativas no mercado de trabalho. Amitrano (2002, p.117), estudando a desigualdade salarial na década de 90 na indústria de transformação diz que:

As informações quanto à evolução dos salários médios reais, de acordo com o setor de atividade, o tamanho da firma e a posição na hierarquia de ocupações parecem apontar para uma tendência de esgarçamento na estrutura salarial da indústria de transformação brasileira, entre 1990 e 1998. De fato, a combinação das incertezas macro e microeconômicas, que redundaram no processo de reestruturação produtiva, associados às novas formas de gestão da mão de obra e à automação dos processos de trabalho, tanto nas áreas de produção como nas administrativas, parecem ter dado continuidade ao padrão desigual de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Em 1991, o Vale do Paraíba tinha o mais alto rendimento médio dos ocupados na indústria de transformação. Nesta região, o valor real do rendimento médio por pessoa ocupada era aproximadamente igual a 6 salários mínimos de julho de 2000²⁴. Em 2000, a RMSP tem o maior rendimento médio pago pela indústria de transformação.

Nota-se também que, em 1991, apenas a RMSP e o Vale do Paraíba apresentam rendimentos médio e mediano superiores aos valores correspondentes ao Estado como um todo. Já em 2000, a RMSP, Vale do Paraíba e Campinas têm rendimentos medianos mais altos do que o Estado.

Em 1991, a mesorregião de Araçatuba tem o menor rendimento médio e Presidente Prudente o menor rendimento mediano. No ano de 2000, Araçatuba continua apresentado o menor rendimento médio entre as mesorregiões.

É interessante notar que a desigualdade (medida pelos índices de Gini, T e L de Theil) é sempre menor entre os ocupados da indústria de transformação (Tabela 3.13) do que entre os ocupados em todos os setores (Tabela 3.11).

²⁴ O valor do salário mínimo na semana de referência do Censo de 2000 era de R\$ 151,00.

Com base nas medidas de desigualdade apresentadas na Tabela 3.13, ordenamos as cinco regiões mais desiguais no Estado Paulista, conforme mostra o Quadro 3.1. É interessante observar que nem sempre as diferentes medidas de desigualdade classificam as regiões da mesma maneira. Em 2000, o coeficiente de Gini indica que a RMSP é a região mais desigual do Estado, porém, de acordo com o T de Theil, essa posição é ocupada por Marília e para o L de Theil a região mais desigual é o Litoral Sul. Isso ocorre, conforme já mencionamos em outra oportunidade, porque o T de Theil é mais sensível a modificações na cauda direita da distribuição (note que os 10% mais ricos ficam com 45,3% da renda na RMSP, com 46,4% em Marília e 43,9% no Litoral Sul Paulista), ao passo que o L de Theil reflete mais o que ocorre com os relativamente pobres. Nota-se que, em 2000, do grupo das regiões mais industrializadas paulistas, apenas a RMSP está entre as cinco regiões que apresentam maior desigualdade no rendimento dos ocupados na indústria de transformação.

O Vale do Paraíba, em 1991, segundo o coeficiente de Gini, estava no grupo das 5 regiões com maior concentração da renda do Estado, entretanto, ela reduziu consideravelmente o seu grau de desigualdade no período.

Quadro 3.1.- Posição das 5 mesorregiões mais desiguais em SP, em 1991 e 2000.

Posição	Índice de Gini		T de Theil		L de Theil	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
1 ^o	Litoral Sul	RMSP	P. Prudente	Marília	V. do Paraíba	Litoral Sul
2 ^o	V. do Paraíba	P. Prudente	S. J. do Rio Preto	Rib. Preto	Litoral Sul	Rib. Preto
3 ^o	P. Prudente	Litoral Sul	Assis	Litoral Sul	P. Prudente	Assis
4 ^o	RMSP	Assis	V. do Paraíba	Assis	RMSP	Marília
5 ^o	Assis	Marília	Litoral Sul	Itapetininga	Assis	RMSP

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3.13.- Principais características da distribuição do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas na indústria de transformação em SP e nas mesorregiões, 1991 e 2000.

Mesorregiões e Estado	Censo de 1991							Censo de 2000						
	Média (1)	Mediana (1)	90° percentil (1)	10 ⁺	G	T	L	Média (1)	Mediana (1)	90° percentil (1)	10 ⁺	G	T	L
S. J. Rio Preto	475,07	288,98	770,60	41,17	0,475	0,617	0,393	585,29	350,00	1.000,00	42,23	0,482	0,607	0,412
Rib. Preto	588,62	385,30	963,25	38,22	0,463	0,505	0,371	635,88	400,00	1.000,00	42,42	0,497	0,642	0,430
Araçatuba	416,94	279,34	722,44	39,47	0,454	0,493	0,353	483,21	300,00	755,00	41,84	0,462	0,588	0,389
Bauru	541,86	364,49	963,25	36,95	0,456	0,458	0,358	596,54	380,00	1.000,00	40,06	0,472	0,526	0,399
Araraquara	597,92	433,46	1.059,58	34,81	0,434	0,377	0,324	641,71	400,00	1.100,00	39,63	0,459	0,484	0,364
Piracicaba	621,49	433,46	1.204,06	35,87	0,449	0,402	0,342	727,04	455,00	1.300,00	39,44	0,470	0,515	0,383
Campinas	712,16	457,54	1.444,88	38,15	0,478	0,458	0,392	822,08	500,00	1.500,00	42,13	0,499	0,553	0,423
P. Prudente	413,43	240,81	719,98	44,41	0,508	0,653	0,451	551,96	320,00	960,00	46,73	0,537	0,769	0,539
Marília	461,21	288,98	817,13	40,11	0,473	0,494	0,383	666,26	380,00	1.000,00	46,36	0,522	0,791	0,504
Assis	434,03	287,34	722,44	41,76	0,486	0,611	0,412	576,05	345,00	800,00	46,14	0,521	0,941	0,500
Itapetininga	454,27	288,98	900,64	37,36	0,457	0,425	0,356	565,89	350,00	950,00	41,90	0,480	0,595	0,408
MAMEPA	668,15	433,46	1.348,55	36,46	0,461	0,436	0,361	772,88	480,00	1.500,00	39,33	0,475	0,478	0,383
V. Paraíba	906,32	577,95	1.830,18	40,25	0,521	0,607	0,498	962,67	600,00	2.000,00	37,66	0,493	0,462	0,431
Litoral Sul	484,18	279,34	963,25	43,52	0,531	0,584	0,484	589,37	310,00	1.100,00	43,88	0,526	0,608	0,484
RMSP	899,62	553,87	1.926,50	40,53	0,505	0,534	0,438	979,52	500,00	2.000,00	45,35	0,540	0,684	0,501
São Paulo	787,67	481,63	1.444,88	40,75	0,506	0,542	0,442	851,53	476,00	1600,00	44,41	0,526	0,646	0,478

Fonte: Elaboração própria.

(1) Em reais correntes no mês de referência do Censo de 2000.

3.3 Visão Geral sobre as mudanças na distribuição da renda em SP

As distribuições do rendimento do trabalho principal dos ocupados e dos ocupados na indústria de transformação refletem o que ocorre no mercado de trabalho. No Brasil há uma sólida literatura empírica, dedicada a analisar os fatores que explicam os diferenciais de rendimento entre os trabalhadores. Começando pelo trabalho pioneiro de Langoni (1973) que, utilizando o Censo Demográfico de 1970, ajustou uma equação de rendimento, incluindo variáveis sobre escolaridade, sexo, setor de atividade, região e posição na ocupação, cujo objetivo era determinar a contribuição de cada uma delas para a explicação dos diferenciais de rendimentos entre os ocupados brasileiros.

A distribuição do rendimento domiciliar *per capita* reflete mais apropriadamente as diferenças nas condições de vida das pessoas. Ela é afetada pela composição das famílias (número de crianças, número de pessoas economicamente ativas, número de aposentados, etc) e pela associação entre os componentes do rendimento domiciliar (HOFFMANN, 2006b).

A figura 3.4 mostra a variação percentual do coeficiente de Gini das distribuições: do rendimento domiciliar per capita (RDPC), do rendimento do trabalho principal dos ocupados (POC) e do rendimento do trabalho principal dos ocupados na indústria de transformação (POCTR) para as mesorregiões paulistas e para o Estado como um todo.

As três distribuições, apresentadas neste capítulo, mostram que, de acordo com os dados censitários de 1991 e 2000, a desigualdade de renda aumentou no Estado de São Paulo.

No Estado, o índice de Gini aumentou, 6,5%, 1,8% e 4,0%, respectivamente, nas distribuições: RDPC, POC e POCTR.

Para RDPC, nota-se que a RMSP apresentou o maior crescimento da desigualdade (11,6%). Cabe ressaltar que nesta mesorregião está mais de 50% da população paulista que recebe cerca de 60% do rendimento total do Estado. Assim, o aumento da desigualdade no Estado está, em grande parte, associado ao aumento da desigualdade dessa região.

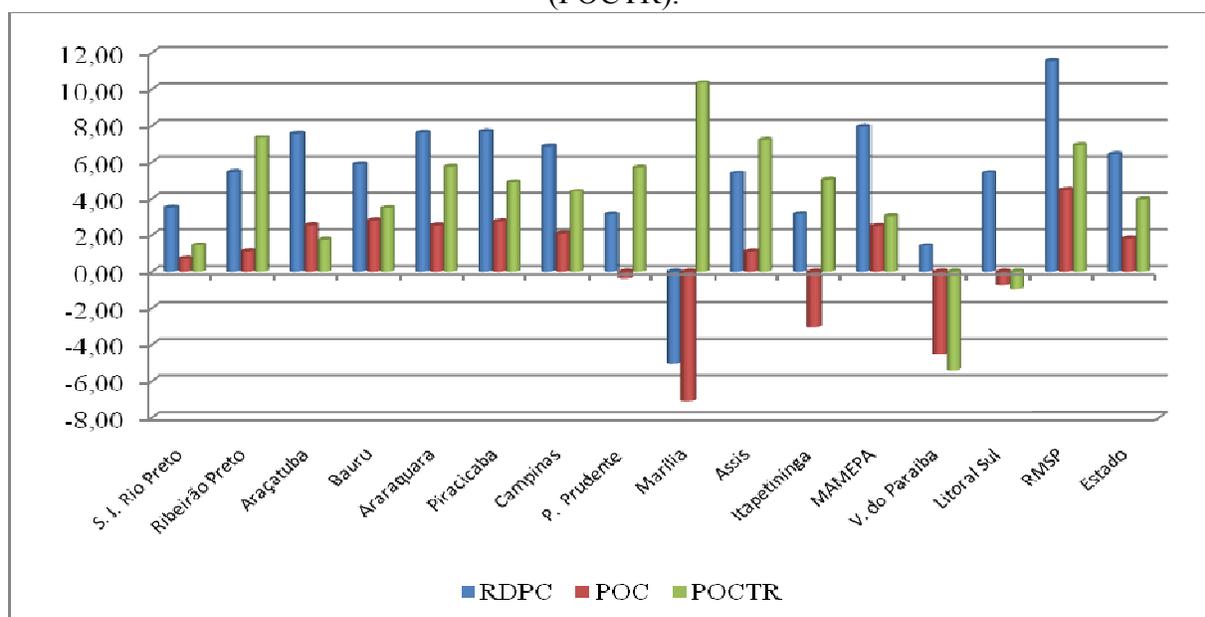
Para POC, novamente, a RMSP apresenta o maior crescimento na desigualdade entre as regiões paulistas (4,51%), porém, menor do que o crescimento percentual do Gini para RDPC.

Quanto à POCTR, observa-se que algumas mesorregiões do interior (Ribeirão Preto e Marília) tiveram crescimento do Gini superior à RMSP.

Além disso, em Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Marília, Assis e Itapetininga o crescimento do índice de Gini entre os ocupados na indústria de transformação superou o crescimento ocorrido nas outras duas distribuições.

Apesar de a desigualdade de rendimento ser menor entre as pessoas ocupadas na indústria de transformação, a diferença de salários entre as ocupações em um mesmo ramo de atividade industrial também é grande, isto é, existem significativas diferenciações entre as remunerações de uma determinada ocupação no mesmo segmento produtivo. Dentro da própria indústria, trabalhadores situados em setores mais competitivos e mais desenvolvidos tecnologicamente, voltados para a economia globalizada, conseguem melhores níveis de remuneração do que aqueles empregados em setores mais tradicionais. Em outras palavras existe grande dispersão salarial tanto dentro dos setores industriais (dispersão intra-setorial), como também entre setores industriais de diferentes níveis de produtividade (dispersão inter-setorial).

Figura 3.4.- Variação percentual do índice de Gini para as distribuições: a) do rendimento domiciliar per capita (RDPC), b) rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas (POC) e c) do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas na indústria de transformação (POCTR).



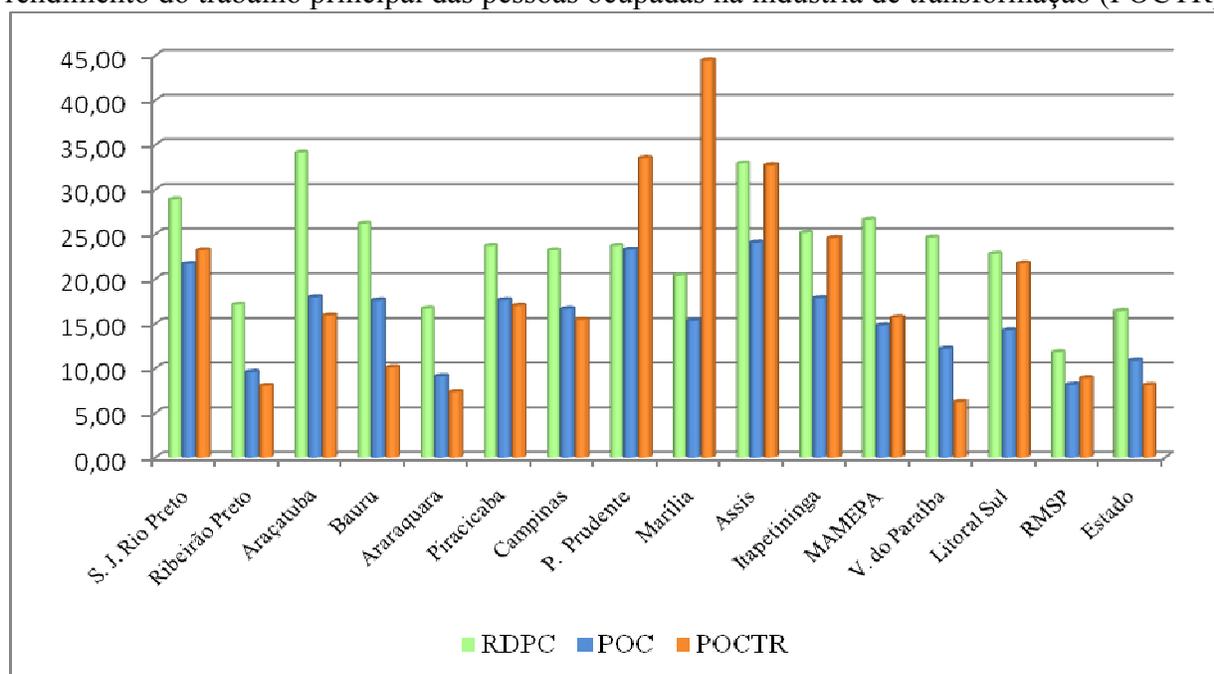
Fonte: Elaboração própria

A Figura 3.5 mostra a variação percentual da renda média das três distribuições analisadas. No Estado, a renda domiciliar per capita média cresceu mais do que o rendimento médio dos ocupados que, por sua vez, cresceu mais do que o rendimento dos ocupados na indústria de transformação.

Para a RDPC, os dados censitários de 1991 e 2000 mostram que a renda média do interior paulista cresceu mais do que a renda média da RMSP (todas as 14 mesorregiões do interior superaram o crescimento da renda média da RMSP).

Esse maior crescimento da renda média do interior contribuiu para que ocorresse uma redução no elevado diferencial de renda entre o interior e a área metropolitana. Em 1991, a renda média na região metropolitana era quase 55% superior à renda média domiciliar *per capita* do interior paulista. No ano 2000, essa diferença passa a ser de aproximadamente 40% (Ver Tabela 3.14). Para as duas outras distribuições analisadas também se observa que em quase todas as regiões do interior houve um crescimento mais intenso da renda média, permitindo também uma redução nos elevados diferenciais de remuneração entre a RMSP e as regiões do interior.

Figura 3.5. Variação percentual da renda média para as distribuições: a) do rendimento domiciliar per capita (RDPC), b) rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas (POC) e c) do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas na indústria de transformação (POCTR).



Fonte: Elaboração própria

Tabela 3.14.- Diferencial de remuneração entre a RMSP e as demais 14 mesorregiões paulistas.

Mesorregiões	RDPC		POC		POCTR	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
S. J. Rio Preto	61,01	70,48	57,13	64,27	52,81	59,75
Ribeirão Preto	71,76	75,34	67,93	68,82	65,43	64,92
Araçatuba	58,97	70,75	55,72	60,76	46,35	49,33
Bauru	64,67	73,15	60,91	66,23	60,23	60,90
Araraquara	70,47	73,69	66,47	67,05	66,46	65,51
Piracicaba	70,68	78,37	66,74	72,58	69,08	74,22
Campinas	79,09	87,34	75,31	81,21	79,16	83,93
P. Prudente	53,02	63,72	52,29	59,61	45,96	56,35
Marília	64,29	69,36	59,42	63,36	51,27	68,02
Assis	50,86	60,60	49,83	57,17	48,25	58,81
Itapetininga	45,34	50,86	49,84	54,30	50,50	57,77
MAMEPA	68,52	77,77	70,68	75,01	74,27	78,90
V. do Paraíba	67,68	75,61	73,32	76,04	100,74	98,28
Litoral Sul	45,98	50,61	53,61	56,62	53,82	60,17
RMSP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria

A síntese desse capítulo é que, entre 1991 e 2000, houve um aumento da desigualdade paulista de acordo com as três distribuições analisadas. Em grande parte, esse aumento da desigualdade no Estado está associado com o aumento da desigualdade dentro da RMSP. Verificou-se que houve simultaneamente um processo de redução das disparidades inter-regionais, decorrente, fundamentalmente, do maior crescimento da renda média das regiões do interior, comparativamente à RMSP. Em 1991, o interior paulista abrigava 47,6% da população do Estado, empregava 47,9% dos ocupados e 42,1% dos ocupados na indústria de transformação. Em 2000, o interior passa a concentrar 48,1% da população, é responsável por 48,7% dos ocupados e aumenta significativamente sua participação (49,4%) na população ocupada na indústria de transformação, indicando que no período a desconcentração produtiva favoreceu o desenvolvimento do interior do Estado.

Capítulo 4 – Desigualdade inter-regional e intra-regional, de acordo com os Censos Demográficos de 1991 e 2000

É importante diferenciar a concentração da produção e a concentração da renda. Os trabalhos sobre a economia paulista, geralmente, enfocam a desconcentração da produção. O argumento principal é que a desconcentração produtiva de São Paulo beneficiou as regiões do interior do Estado, especialmente as cidades médias, pois a RMSP perde significativamente participação industrial no período e, em contrapartida, o interior paulista aumenta a sua participação.

Dentro deste contexto, o objetivo do capítulo é analisar, em 1991 e em 2000, o comportamento da desigualdade inter-regional e intra-regional do Estado, buscando associá-las com o processo de desconcentração produtiva.

Entre 1970 e 2000, a participação da área metropolitana de São Paulo na produção industrial brasileira caiu de 43% para aproximadamente 25%. A queda da participação do Estado de São Paulo foi, no entanto, atenuada pelo crescimento de seu interior (DINIZ, 2002, p. 256).

4.1 Desigualdade de renda entre as regiões paulistas

Nessa seção, analisamos a desigualdade inter-regional do Estado, considerando as distribuições do rendimento domiciliar per capita, do trabalho principal nos três setores de atividade e de cada setor (primário, secundário e terciário). Pretende-se investigar se durante o período analisado houve uma redução na desigualdade de renda entre regiões e como os setores de atividade contribuíram para essa desigualdade.

4.1.1 Os índices de T e L de Theil: medidas decomponíveis

Para avaliar a participação da desigualdade entre as mesorregiões paulistas na desigualdade da distribuição da renda no Estado de São Paulo, vamos utilizar as medidas de desigualdade decomponíveis T e L de Theil. Elas podem ser separadas em uma parcela referente às diferenças de renda entre regiões e uma parcela referente à desigualdade dentro das regiões.

As medidas de desigualdade T e L de Theil foram propostas por Henry Theil em 1967.

Considera-se uma população de n pessoas, onde cada uma receba uma fração não negativa da renda, e y_i represente a participação da i -ésima pessoa na renda total ($y_i = x_i/n\mu$).

Então o cálculo do T de Theil é dado pela fórmula

$$T = \sum_{i=1}^n y_i \ln n y_i \quad (1)$$

O valor de T varia de zero (no caso de perfeita igualdade) a $\ln n$ (quando uma única pessoa se apropria de toda a renda).

Já o L de Theil é obtido pela equação:

$$L = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln \frac{1}{n y_i} \quad (2)$$

Se o L de Theil assume o valor mínimo de zero, a distribuição da renda é perfeitamente igualitária ($y_i=1/n$ para todo i). Por outro lado, o valor de L tende ao infinito quando qualquer y_i tende a zero.

Para apresentar as fórmulas relativas à decomposição das medidas de desigualdade T e L de Theil vamos considerar a população paulista dividida em 15 regiões. Sejam π_h e Y_h as frações da população e da renda total, respectivamente, que ficam na h -ésima região, com $h=1, \dots, 15$. Sejam T e L os valores do T de Theil e do L de Theil, respectivamente, para toda a distribuição. Vamos indicar por T_h e L_h os valores dessas medidas de desigualdade dentro da h -ésima região e T_e e L_e as medidas da desigualdade entre as regiões. Sabe-se que são válidas as seguintes expressões (HOFFMANN, 1998):

$$T = T_e + \sum_{h=1}^{15} Y_h T_h \quad (3)$$

$$L = L_e + \sum_{h=1}^{15} \pi_h L_h \quad (4)$$

Note-se que tanto na expressão (3) como na equação (4), o segundo termo do segundo membro é uma média ponderada das medidas de desigualdade dentro dos grupos. Nas duas expressões, a medida da desigualdade entre grupos (T_e e L_e) pode ser interpretada como a desigualdade que seria registrada após eliminar a desigualdade dentro das regiões.

4.1.2. Desigualdade entre as regiões paulistas nas distribuições de renda

De acordo com a Tabela 4.1, a decomposição do T de Theil da distribuição do rendimento domiciliar per capita mostra que em 2000 a desigualdade entre regiões paulistas representa pouco menos de 2% da desigualdade total. Porém, entre 1991 e 2000 observa-se uma redução dessa participação, enquanto a desigualdade intra-regional aumenta sua participação na desigualdade total.

Tabela 4.1.- Distribuição da renda domiciliar per capita, em SP, considerando a divisão do Estado em 15 mesorregiões: decomposição do T de Theil (T) nas parcelas referentes à desigualdade entre as 15 mesorregiões e dentro delas.

Medida de desigualdade	1991	2000
T entre regiões	0,0234	0,0137
T dentro de regiões	0,6299	0,7489
T total	0,6533	0,7626
% entre regiões	3,59	1,80
% dentro de regiões	96,41	98,20

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Não apresentamos a medida L de Theil porque na distribuição domiciliar *per capita* os rendimentos iguais a zero não são excluídos e na presença de renda zero o valor do L de Theil tende ao infinito.

A Tabela 4.2 mostra, para 1991 e 2000, a decomposição das medidas de Theil em parcelas referentes à desigualdade entre as 15 regiões paulistas e dentro das mesorregiões para a distribuição do rendimento do trabalho principal entre pessoas ocupadas.

Nota-se que a desigualdade (tanto para a medida *T* como para a medida *L*) entre as rendas pessoais dentro das mesorregiões cresce. Por outro lado, os dados mostram que a desigualdade entre regiões apresenta redução no período. Em 1991, segundo o T de Theil, na distribuição dos ocupados, a desigualdade entre regiões correspondia a 3,9% da desigualdade total e no ano 2000 esse valor cai para 2,5%. O componente inter-regional da decomposição apresenta uma redução de 28,5% e o componente intra-regional um aumento de 11,4%. Dada a maior relevância da desigualdade intra-regional na disparidade de renda, o efeito do segundo componente prevaleceu, provocando o aumento da desigualdade total. Em outras palavras, o aumento da desigualdade em São Paulo foi devido ao crescimento da desigualdade intra-regional, uma vez que a desigualdade inter-regional foi reduzida no período.

Tabela 4.2.- Distribuição da renda do trabalho principal entre pessoas ocupadas com rendimento, em SP: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referentes à desigualdade entre as 15 mesorregiões e dentro delas, em 1991 e 2000.

Medidas de desigualdade	1991	2000
1. T de Theil		
T entre regiões	0,0246	0,0176
T dentro regiões	0,6132	0,6828
T total	0,6377	0,7004
% entre	3,85	2,51
% dentro	96,15	97,49
2. L de Theil		
L entre regiões	0,0260	0,0184
L dentro de regiões	0,5009	0,5251
L total	0,5269	0,5435
% entre	4,93	3,39
% dentro	95,07	96,61

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 4.3 mostra a decomposição das medidas de Theil em cada setor de atividade (primário, secundário e terciário). A desigualdade inter-regional é muito menor do que o outro componente nos três setores de atividade. O que se observa é que a contribuição da desigualdade de renda entre as regiões paulistas foi declinante nos três setores de atividade no período analisado. O setor primário teve a maior queda da desigualdade inter-regional, seguido pelo setor secundário e o terciário. Em termos percentuais, os componentes inter-regionais da desigualdade dentro dos setores tiveram a seguinte reduções: primário (70,6%), secundário (22,0%) e terciário (26,4%).

Tabela 4.3.- Distribuição da renda do trabalho principal entre pessoas ocupadas com rendimento nos 3 setores, em SP: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referentes à desigualdade entre as 15 mesorregiões e dentro delas.

Medidas de desigualdade	1991			2000		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
1. T de Theil						
T entre regiões	0,0486	0,0209	0,0174	0,0143	0,0163	0,0128
T dentro de regiões	0,9258	0,5110	0,6387	0,9794	0,6208	0,6853
T total	0,9743	0,5319	0,6561	0,9937	0,6371	0,6981
% entre	4,98	3,93	2,64	1,44	2,56	1,83
% dentro	95,01	96,07	97,36	98,56	97,44	98,16
2. L de Theil						
L entre	0,0402	0,0228	0,0183	0,0138	0,0173	0,0133
L dentro	0,5554	0,4066	0,5404	0,5430	0,4432	0,5488
L total	0,5956	0,4293	0,5586	0,5568	0,4606	0,5622
% entre regiões	6,76	5,30	3,27	2,48	3,76	2,37
% dentro regiões	93,24	94,70	96,73	97,52	96,24	97,62

Fonte: Elaboração própria

A terceira decomposição do T de Theil é feita em três níveis, conforme explicitado em Hoffmann (1998, p. 150). A população é dividida conforme dois critérios que, nesse caso, são regiões e setores da economia. Sejam k e m o número de regiões e de setores, respectivamente, dividindo a população em km grupos e cada um deles correspondendo ao h -ésimo setor da i -ésima região. Aqui, a população ocupada paulista é dividida em duas regiões (RMSP e o conjunto das 14 mesorregiões do interior) e 3 setores de atividade (primário, secundário e terciário), formando 6 grupos: i) população ocupada da RMSP do setor primário, ii) população ocupada da RMSP do setor secundário, iii) população ocupada da RMSP do setor terciário, iv) população ocupada do interior paulista do setor primário, v) população ocupada do interior paulista do setor secundário e vi) população ocupada do interior paulista do setor terciário.

Assim, a decomposição do T de Theil em seis grupos dá origem a três parcelas:

- a) Um componente inter-setorial \Rightarrow desigualdade entre os 3 setores de atividade.
- b) Um componente inter-regional dentro dos setores \Rightarrow desigualdade entre as duas áreas dentro de cada setor (primário, secundário e terciário).
- c) Um componente intragrupos \Rightarrow desigualdade dentro das 6 categorias.

Neste caso, o T de Theil total da distribuição é determinado pela desigualdade dentro das 6 categorias (item c) e a desigualdade entre as 6 categorias. Para encontrar a desigualdade entre

as 6 categorias basta somar os itens a e b. Observa-se que o componente da desigualdade inter-regional é uma média ponderada dos índices T referentes à desigualdade entre regiões dentro de cada setor de atividade, conforme mostra o Quadro 4.1.

Quadro 4.1. A medida T da desigualdade inter-regional.

Componente inter - regional dentro dos setores (TEA) para 1991
TEA ₁ (T entre áreas dentro de setor primário) = 0,04 201
TEA ₂ (T entre áreas dentro do setor secundário) = 0,01563
TEA ₃ (T entre áreas dentro do setor terciário) = 0,01549
As participações de cada setor na renda são: 0,04529, 0,34617, 0,60855.
TEA ₁₉₉₁ = 0,04529*TEA ₁ +0,34617*TEA ₂ +0,60855*TEA ₃ =0,01674
Componente inter - regional dentro dos setores (TEA) para 2000
TEA ₁ (T entre áreas dentro de setor primário) = 0,00627
TEA ₂ (T entre áreas dentro do setor secundário) = 0,01150
TEA ₃ (T entre áreas dentro do setor terciário) = 0,01113
As participações de cada setor na renda são: 0,03115, 0,25927, 0,70959.
TEA ₂₀₀₀ = 0,03115*TEA ₁ +0,25927*TEA ₂ +0,70959*TEA ₃ = 0,01108

A decomposição da desigualdade com base na divisão regional e setorial está representada na Tabela 4.4. Os resultados encontrados mostram que o componente de desigualdade dentro dos grupos é muito mais importante na composição da desigualdade de renda, representando cerca de 95% da disparidade da renda. Além disso, pode-se observar que o componente T_{es} é o que menos explica a desigualdade. Este resultado mostra que o componente inter-regional é mais relevante para explicar a desigualdade paulista que o componente inter-setorial.

Também é importante ressaltar que os componentes T_{es} e T_{er} diminuíram no período analisado, sendo que em termos percentuais o componente inter-setorial caiu 13,5% e o componente inter-regional 33,8%.

Entre 1991 e 2000 a desigualdade inter-regional dentro de cada setor caiu 89,7%, 44,9% e 16,2%, respectivamente, nos setores primário, secundário e terciário. Nota-se que a variação relativa da desigualdade entre regiões dentro dos setores primário e secundário é superior ao resultado anterior (Tabela 4.3), indicando que a concentração da renda entre RMSP e interior caiu

mais rapidamente em termos comparativos quando são analisadas todas as regiões conjuntamente.

Tabela 4.4.- Decomposição do índice de T de Theil da distribuição da renda do trabalho principal de pessoas ocupadas em SP conforme seis categorias (duas regiões e três setores), 1991 e 2000.

Componentes da decomposição	1991	2000
Inter-setorial (T_{es})	0,01025	0,00887
Inter-regional dentro dos setores (T_{er})	0,01674	0,01108
Intragrupos (T_{ig})	0,61076	0,68041
T de Theil	0,63775	0,70036

Fonte: Elaboração própria

Para completar os resultados apresentados nessa seção, calcula-se a decomposição em fatores regionais da desigualdade do rendimento das pessoas ocupadas na indústria de transformação (Tabela 4.5).

Entre ocupados na indústria de transformação, a decomposição mostra que houve também uma queda da desigualdade entre regiões nesta população. Dado o peso do setor manufatureiro na atividade secundária paulista, com certeza, a redução da desigualdade inter-regional está, em grande parte, associada com a queda da desigualdade entre regiões dentro deste setor.

Tabela 4.5.- Distribuição da renda do trabalho principal entre pessoas ocupadas na indústria de transformação com rendimento, em SP, considerando a divisão do Estado em 15 mesorregiões: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referentes à desigualdade entre as 15 mesorregiões e dentro delas, 1991 e 2000.

Medidas de desigualdade	1991	2000
1. T de Theil		
T entre	0,0203	0,0181
T dentro	0,5208	0,6281
T total	0,5422	0,6462
% entre	4,30	2,81
% dentro	96,04	97,19
2. L de Theil		
L entre	0,0256	0,0195
L dentro	0,4175	0,4583
L total	0,4419	0,4778
% entre	5,78	4,08
% dentro	94,46	95,92

Fonte: Elaboração própria

4.2 Desigualdade dentro das regiões paulistas

Conforme pôde se observar na seção anterior, no Estado de São Paulo, a desconcentração produtiva não foi capaz de por si só reduzir a desigualdade intra-regional, num contexto de redução da desigualdade inter-regional.

Nesta seção queremos especificamente chamar a atenção para o significativo aumento da desigualdade intra-regional. Neste sentido, o objetivo é analisar quais são os tipos de rendimento responsáveis pelo aumento da desigualdade dentro das regiões, isto é, pretende-se investigar como as parcelas do rendimento domiciliar per capita estão contribuindo para a concentração de renda, especialmente as parcelas do rendimento do trabalho nas atividades primária, secundária e terciária. No caso da atividade secundária optamos, nessa seção, por dividi-la em duas parcelas: rendimento da indústria de transformação e rendimento de outras atividades industriais.

4.2.1 Decomposição do índice de Gini

A decomposição do índice de Gini é a metodologia utilizada para determinar a contribuição de cada parcela que forma o rendimento total para a desigualdade, isto é, a metodologia permite avaliar a contribuição de cada componente da renda para aumentar ou reduzir a concentração de rendimentos.

Este trabalho segue a abordagem metodológica utilizada em Hoffmann (2006b). O autor utiliza a decomposição para analisar a redução na desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil e em cinco regiões brasileiras, entre 1997 e 2004, avaliando a importância que tiveram os programas de transferência de renda, como o bolsa-família, na redução da desigualdade.

Seja X_i o rendimento domiciliar per capita de cada pessoa residente no Estado de São Paulo, excluindo pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos. O rendimento X_i é formado por k parcelas:

$$X_i = \sum_{h=1}^k X_{hi} \quad (5)$$

Se as pessoas estão ordenadas de acordo com o seu rendimento domiciliar per capita, temos

$$X_1 \leq X_2 \leq \dots \leq X_n$$

Com as rendas assim ordenadas, a curva de Lorenz mostra como a proporção acumulada da renda varia em função da proporção acumulada da população. Sendo β a área entre a curva de Lorenz e o eixo das abscissas, sabemos que o índice de Gini é

$$G=1-2\beta \quad (6)$$

Mantida a ordenação das rendas X_i , a curva de concentração da parcela X_{hi} mostra como a proporção acumulada dos X_{hi} varia em função da proporção acumulada da população. Sendo β_h a área entre essa curva e o eixo das abscissas, a razão de concentração da parcela X_{hi} é:

$$C_h = 1 - 2\beta_h \quad (7)$$

Verifica-se que $-1 < C_h < 1$.

A decomposição do índice de Gini depende do conhecimento das razões de concentração (C_h) das k parcelas que compõem o rendimento e das participações de cada parcela na renda total (φ_h).

O índice de Gini de uma distribuição é uma média ponderada das razões de concentração das k parcelas que compõem o rendimento domiciliar *per capita*, de acordo com a seguinte equação:

$$G = \sum_{h=1}^k \varphi_h C_h \quad (8)$$

Quando a razão de concentração de qualquer parcela do rendimento é maior do que o índice de Gini, sua participação na desigualdade é maior do que sua participação no rendimento total.

Vamos considerar, agora, que o mesmo tipo de decomposição do índice de Gini seja feito em dois anos distintos, 1991 e 2000, onde:

$$G_{1991} = \sum_{h=1}^k \varphi_{1991h} C_{1991h} \quad (9)$$

$$G_{2000} = \sum_{h=1}^k \varphi_{2000h} C_{2000h} \quad (10)$$

Então a variação no índice de Gini entre esses dois anos é

$$\Delta G = G_{2000} - G_{1991} = \sum_{h=1}^k (\varphi_{2000h} C_{2000h} - \varphi_{1991h} C_{1991h}) \quad (11)$$

Somando e subtraindo $\varphi_{1991h} C_{2000h}$ e fatorando, obtemos:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_{2000h} \Delta \varphi_h + \varphi_{1991h} \Delta C_h), \quad (12)$$

com $\Delta \varphi_h = \varphi_{2000h} - \varphi_{1991h}$ e $\Delta C_h = C_{2000h} - C_{1991h}$.

Alternativamente, somando e subtraindo $\varphi_{2000h} C_{1991h}$ dentro da expressão entre parênteses em (11) e fatorando, obtemos

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_{1991h} \Delta \varphi_h + \varphi_{2000h} \Delta C_h) \quad (13)$$

As expressões (12) e (13) são duas maneiras possíveis de decompor ΔG . Para evitar a questão de escolher arbitrariamente uma delas, é razoável utilizar a média aritmética das duas:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_h^* \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h) \quad (14)$$

sendo

$$C_h^* = \frac{1}{2} (C_{1991h} + C_{2000h}) \quad (15)$$

$$\text{e } \varphi_h^* = \frac{1}{2} (\varphi_{1991h} + \varphi_{2000h}) \quad (16)$$

A média dos índices de Gini nos dois anos considerados é:

$$G^* = \frac{1}{2} (G_{1991} + G_{2000}) \quad (17)$$

Verifica-se que

$$\sum_{h=1}^k G^* \Delta \varphi_h = G^* \sum_{h=1}^k (\varphi_{2000h} - \varphi_{1991h}) = 0 \quad (18)$$

Então a expressão (14) permanece válida se subairmos a expressão (18) do segundo membro, obtendo

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k [(C_h^* - G^*) \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h] \quad (19)$$

De acordo com a expressão (19), o aumento da participação de uma parcela do rendimento ($\Delta\varphi_h > 0$) contribui para aumentar ou diminuir o índice de Gini, conforme a razão de concentração dessa parcela seja maior ou menor do que o índice de Gini, respectivamente.

Adotando a expressão (19) como decomposição da mudança no índice de Gini, a contribuição total da h -ésima parcela do rendimento para essa mudança é:

$$(\Delta G)_h = (C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^*\Delta C_h \quad (20)$$

e a respectiva contribuição percentual é

$$s_h = \frac{100}{\Delta G} [(C_h^* - G^*)\Delta\varphi + \varphi_h^*\Delta C_h] \quad (21)$$

4.2.2 Análise da desigualdade da distribuição da renda em SP com base na decomposição do índice de Gini

O propósito dessa seção é investigar quais são os principais determinantes da desigualdade em SP e dentro das regiões paulistas.

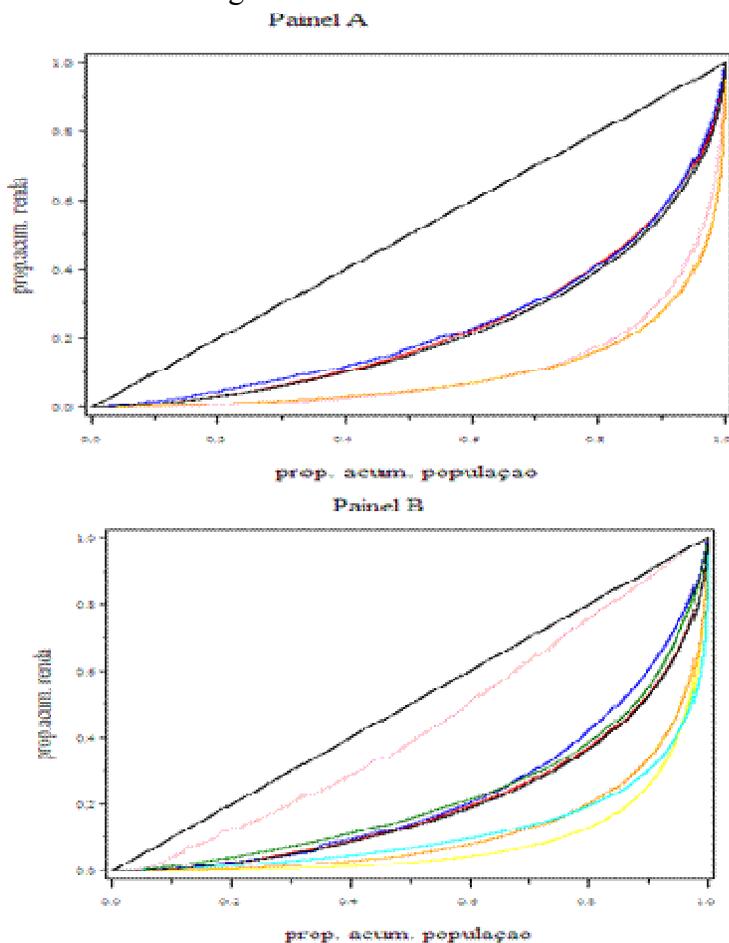
A curva de concentração de cada parcela do rendimento mostra como a proporção acumulada da renda de cada componente cresce em função da proporção acumulada da população. Se uma curva de concentração está abaixo (acima) da curva de Lorenz²⁵, o componente da renda contribui para aumentar (diminuir) a desigualdade (HOFFMANN, 2003).

Utilizando os componentes de rendimento declarados nos Censos, estimamos as curvas de concentração para 1991 e 2000. Na Figura 4.1, pode-se observar as curvas de concentração de cada componente que forma o rendimento domiciliar per capita do Estado de São Paulo. Segundo Soares (2006), se a renda cresce fortemente nos centésimos inferiores esta renda é progressiva ou geradora de igualdade. Se a renda cresce a taxas altas nos centésimos mais altos ela é regressiva ou geradora de desigualdade. No Painel A temos as curvas de concentração para o Censo Demográfico de 1991. Neste painel, a concentração da renda do trabalho e de aposentadorias ou pensões correspondem quase exatamente à concentração da renda domiciliar per capita. A categoria outros rendimentos e rendimento do trabalho secundário são altamente regressivas. No

²⁵ A curva de Lorenz a partir da ordenação das pessoas segundo o nível de renda. As pessoas são dispostas de forma crescente com suas rendas. A curva de Lorenz relaciona a fração acumulada da renda com a fração acumulada da população.

painel B, a única renda significativamente menos concentrada do que a renda total é a de programas de transferência de renda. Na Tabela 4.6 estão as participações (φ_n) de cada parcela na renda total e as razões de concentração relativas ao índice de Gini.

Figura 4.1.- Curva de concentração de cada componente da renda domiciliar per capita, em SP, Painel A - Censo Demográfico de 1991 e Painel B – Censo Demográfico de 2000.



Fonte: Elaboração própria.

Nota: Painel A: rendimento trabalho principal (linha vermelha), rendimento de aposentadorias e pensões (linha azul), demais rendimentos (rosa), outros rendimentos (laranja). Painel B: rendimento trabalho principal (linha vermelha), demais trabalhos (linha amarela), aposentadorias e pensões (linha azul), aluguel (linha laranja), mesada e doações (linha verde), programas de transferência de renda (linha rosa), outros rendimentos (verde água).

Tabela 4.6.- Participação (φ_h) de cada parcela na renda total e razões de concentração (C_h) relativas ao índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, SP, 1991 e 2000.

Parcelas do rendimento	1991		2000	
	φ_h	C_h	φ_h	C_h
Trabalho principal	84,96	0,5397	78,85	0,5857
Demais trabalhos	1,86	0,7832	2,08	0,8277
Aposentadorias e pensões	8,12	0,5242	13,00	0,5456
Aluguel	-	-	3,38	0,7650
Renda mínima ⁽¹⁾	-	-	0,25	0,1408
Pensão alimentícia, mesada, doação	-	-	1,11	0,5478
Outros rendimentos	5,05	0,7979	1,57	0,7648
Total	100	0,5561 ⁽²⁾	100	0,5925 ⁽²⁾

Fonte: Elaboração própria.

⁽¹⁾ renda mínima, bolsa escola e seguro desemprego.

⁽²⁾ Valor do índice de Gini.

Para analisar especificamente o efeito da renda proveniente de atividade nos setores primário, secundário e terciário, o rendimento do trabalho principal, incluindo salários e remuneração de trabalhadores por conta própria e empregadores, foi desagregado nas seguintes categorias:

- a) rendimento do trabalho principal da atividade primária;
- b) rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas na indústria de transformação;
- c) rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas em outras atividades industriais, e
- d) rendimento do trabalho principal no setor terciário²⁶.

As outras fontes de renda estão classificadas da seguinte forma:

- e) rendimento de aposentadorias e pensões, e
- f) demais rendimentos que incluem rendimentos de aluguéis, rendimento de trabalho secundário (demais trabalhos), pensão alimentícia, mesada, doação *etc.*, ou seja, todos os rendimentos que não são contabilizados nos itens anteriores, lembrando que no de Censo 2000 há captação de rendimentos provenientes de programas de transferências de renda e seguro desemprego e no Censo anterior não havia tal categoria.

Para que as tabelas não ficassem demasiadamente extensas, optamos por agregar as 15 mesorregiões em 6 novas regiões. Para realizar esse agrupamento o critério utilizado foi a importância econômica da região, especialmente o seu peso no setor industrial no Estado. De

²⁶ No rendimento do setor terciário, agregamos as atividades mal definidas ou não declaradas. O número de observações de atividades mal definidas ou não declaradas é relativamente pequeno na amostra.

acordo com Cano et al. (2007), o processo de desconcentração regional da indústria paulista beneficiou principalmente as regiões administrativas de Campinas, São José dos Campos, Santos, Ribeirão Preto e Sorocaba. Atualmente, a RMSP em conjunto com as regiões administrativas citadas são as mais industrializadas do Estado, concentrando os setores de maior complexidade. Os autores examinam a realidade industrial das regiões paulistas, baseando-se no valor adicionado fiscal (VAF), fornecido pela Secretaria da Fazenda do Estado, discriminado por região administrativa (RA).

A maioria das fontes de dados estaduais paulistas (Fundação SEADE, Instituto de Economia Agrícola, Secretarias Estaduais *etc.*) utilizam como unidades geográficas as regiões administrativas (Ver no anexo, mapa A.2), que também são em número de 15, da mesma maneira que as mesorregiões, não coincidindo, porém, a divisão geográfica, a não ser de maneira aproximada.

Neste sentido, para criar as 6 novas regiões é realizado um rearranjo nas mesorregiões, usando como modelo a classificação das regiões administrativas (RAs), conforme exposto no Quadro A.1, em anexo. Dessa forma, nessa seção, as mesorregiões são analisadas da seguinte maneira:

1. Mesorregião de Ribeirão Preto ⇒ Corresponde às regiões administrativas de Ribeirão Preto, Franca e Barretos. A RA de Ribeirão Preto aumentou sua participação no valor adicionado fiscal industrial do Estado, passando de 1,2 em 1990 para 2,1 em 2000. Os produtos alimentícios possuem o maior peso na estrutural industrial dessa região. A RA de Franca, em 2000, respondia por 1,3% da indústria de transformação do Estado de São Paulo. Nesta região destaca-se o segmento industrial de couros e calçados, que foi bastante afetado pelas mudanças macroeconômicas (sobrevalorização cambial, abertura comercial e outros) da década de 90. A RA de Barretos, em 1990, tinha participação de 0,5% na indústria de transformação e em 2000 sua participação passa a ser 0,8%. A indústria dessa região é caracterizada pelo beneficiamento de produtos agrícolas, tendo uma base pouca diversificada. Enfim, considerando as três regiões administrativas, podemos inferir que a participação da mesorregião de Ribeirão Preto na indústria de transformação do Estado era 2,9% em 1990 e aproximadamente 4,1% no ano 2000.

2. As mesorregiões de Campinas e Piracicaba ⇒ Correspondem à RA de Campinas. Essa RA, em 1990, respondia por 19,2 % do VAF da indústria de transformação do Estado, e no ano 2000, sua participação passa a ser 23,3% . Sua estrutura industrial é muito diversificada, concentrando elevada participação estadual em quase todos os gêneros.
3. A mesorregião MAMEPA ⇒ Equivale à RA de Sorocaba. A participação no VAF da indústria de transformação do Estado era de 4,9% em 1990 e 5,2% no ano 2000. A RA tem uma estrutura industrial parecida com das regiões de forte aglomeração urbana e industrial, como as metropolitanas.
4. Vale do Paraíba ⇒ Corresponde à RA de São José dos Campos. Essa RA respondia em 1990 por 6,4% do VAF da indústria de transformação do Estado, mais que dobrando sua participação em 2000 (14%). Sua estrutura industrial é muito diversificada em ramos dinâmicos mais intensivos em capital e tecnologia, apresentando grande articulação com os principais centros metropolitanos do país.
5. A mesorregião RMSP ⇒ Equivale à região administrativa RMSP, principal núcleo industrial do país. Essa mesorregião vem perdendo participação no VAF total estadual da indústria de transformação desde 1970, quando tinha 74,7% . Cai para 64,3% em 1980, 58,0% em 1990 e 41,5% em 2000. É o principal pólo industrial do estado e do país, abrigando um conjunto notável de centros estratégicos de relevância nacional.
6. Outras (mesorregiões de São José do Rio Preto, Araçatuba, Bauru, Araraquara, Presidente Prudente, Marília, Assis, Itapetininga e Litoral Sul), que correspondem às demais regiões administrativas não citadas acima. Individualmente, o peso dessas regiões é muito pequeno no total do Estado, daí a decisão de agrupá-las. Em conjunto, respondiam, em 1990, por aproximadamente 6% da indústria de transformação do Estado de São Paulo, e aumentam sua participação para 8% em 2000.

4.2.2.1 São Paulo

A Tabela 4.7 mostra a contribuição do rendimento do trabalho principal para a desigualdade global nos três setores da economia. Ele, em 1991, respondia por quase 85% do rendimento domiciliar paulista, sendo as principais atividades geradoras de renda do trabalho a indústria de transformação (22,9%) e o terciário (52,0%). Em 2000, a participação do

rendimento do trabalho principal na renda domiciliar per capita cai para 78,7%. O rendimento na atividade manufatureira é a parcela que apresenta maior redução na sua participação.

Tabela 4.7.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual no índice de Gini, em SP, 1991 e 2000.

Parcelas do rendimento	1991			2000		
	φ_h	C_h	% de Gini	φ_h	C_h	% de Gini
Trabalho no primário	3,82	0,2642	1,82	2,43	0,2937	1,21
Trabalho na indústria de transformação	22,87	0,4896	20,14	14,98	0,5248	13,26
Trabalho em outras industriais	6,26	0,3449	3,88	5,05	0,3520	3,00
Trabalho no terciário	52,01	0,6055	56,63	56,19	0,6351	60,23
Aposentadorias/ pensões	8,12	0,5241	7,65	12,98	0,5453	11,94
Demais rendimentos	6,92	0,7939	9,88	8,37	0,7332	10,36
Total	100	0,5561	100	100	0,5925	100

Fonte: Elaboração própria

Nota: a última linha da coluna C_h está o valor do índice de Gini do Estado.

A redução da participação da renda do trabalho da indústria de transformação é, em grande medida, uma consequência da perda de participação dos ocupados neste setor. Um dos fatos mais marcantes referentes ao comportamento do mercado de trabalho paulista e brasileiro na década de 90 foi a substancial redução dos empregos industriais. Segundo Ramos e Reis (1997), a capacidade de absorção de mão de obra no setor industrial, especialmente na indústria de transformação, diminuiu consideravelmente na década de 90. O setor industrial, em resposta às mudanças econômicas, buscou uma reestruturação organizacional e produtiva das empresas, passando pelo enxugamento dos quadros de pessoal. Esse processo não faz parte apenas da realidade brasileira, verificando-se que o mesmo ocorreu na União Européia e nos Estados Unidos.

Por outro lado, o setor de serviços foi um importante contrapeso na geração de emprego e renda. Os dados do Censo mostram que no Estado de São Paulo o peso da renda do setor terciário teve um aumento expressivo.

Outra parcela do rendimento que aumentou substancialmente sua participação na renda domiciliar *per capita* foi o rendimento derivado das aposentadorias ou pensões. Em 1991, a participação dessa parcela na renda domiciliar per capita correspondia a 8,1% e no ano 2000 passa a ser de 13,0%. O trabalho de Ferreira (2003), que estuda a desigualdade da distribuição da renda no Brasil no período de 1981 a 2001, mostra que a partir de 1992 o crescimento da

participação do valor das aposentadorias e pensões no rendimento domiciliar per capita foi cada vez mais acentuado.

As razões de concentração dos rendimentos do setor primário, da indústria de transformação e de outras atividades industriais são inferiores ao índice de Gini e contribuem para a redução da desigualdade de rendimentos do Estado.

O rendimento da indústria de transformação, em 1991, dá origem a cerca de 20,1% da desigualdade de renda em SP e no ano de 2000 é responsável por 13,3% da desigualdade. Essa queda de contribuição é consequência da perda de participação da parcela na renda total, uma vez que a razão de concentração aumentou no período analisado.

Os rendimentos do setor primário e de outras atividades industriais apresentam razão de concentração menor do que o índice de Gini e têm contribuição pouco expressiva para a desigualdade global.

Ao rendimento do trabalho no setor terciário corresponde o principal componente da desigualdade no período considerado. Nota-se que, em 1991, o trabalho no setor terciário dá origem a 56,6% das disparidades de renda no Estado. Como sua razão de concentração é, nos dois anos, superior ao valor do índice de Gini, o crescimento de sua participação na renda total contribui para aumentar a desigualdade. No ano 2000, aproximadamente 60% da desigualdade da renda per capita é oriunda desta parcela da renda.

A razão de concentração do rendimento de aposentadorias e pensões é ligeiramente menor que o índice de Gini paulista. Vale ressaltar que além da parcela do rendimento de atividades terciárias, apenas a parcela de rendimento “aposentadorias e pensões” aumenta substancialmente, entre 1991 e 2000, sua contribuição para o índice de Gini paulista. Cabe lembrar que a renda de pensões e aposentadorias aqui analisada inclui as quatro categorias: pensões públicas, pensões privadas, aposentadorias públicas e aposentadorias privadas.

Para o Brasil, o rendimento de aposentadorias e pensões contribui para aumentar a desigualdade total. Hoffmann (2003), utilizando a PNAD de 2001, examina a contribuição das aposentadorias para a desigualdade do rendimento domiciliar per capita e observa que a razão de concentração de aposentadorias e pensões (0,601) é ligeiramente maior do que o índice de Gini (0,594) e substancialmente maior do que a razão de concentração do rendimento do trabalho assalariado (0,547). Para o autor, a grande desigualdade de aposentadorias e pensões decorre da

dualidade do sistema, com tratamento privilegiado para os aposentados e pensionistas do serviço público. Entretanto, essa questão não pode ser analisada mais pormenorizadamente com os dados da PNAD, pois o questionário não discrimina as aposentadorias e pensões de funcionários públicos dos demais.

Soares (2004), ao estudar os fenômenos responsáveis pela queda na desigualdade entre 1995 e 2004, subdivide a categoria aposentadorias e pensões em aposentadorias e pensões indexadas ao salário mínimo e outras pensões e aposentadorias e mostra que as rendas de aposentadorias e pensões indexadas ao salário mínimo são muito importantes e altamente progressivas. Esse tema não será aprofundado no presente estudo, que está focalizado nas mudanças na distribuição da renda do trabalho.

O componente “outros rendimentos” contribui ligeiramente para aumentar a desigualdade paulista. É importante mencionar que esse componente representa a agregação dos outros tipos de renda captados pelo Censo. No ano 2000 há um nova categoria de rendimento referente ao programas oficiais de auxílio (renda mínima, bolsa escola e seguro desemprego). Ao excluirmos essa categoria do componente outros rendimentos, em 2000, a razão de concentração da parcela passa de 0,7332 (Tabela 4.7) para 0,7512, isto é, a contribuição da parcela para a desigualdade aumenta.

Apesar da pequena participação da categoria de rendimento “seguro desemprego e programas de transferência de renda” no rendimento domiciliar per capita no Estado (0,25%)²⁷ no Censo de 2000, os programas de transferência contribuem de maneira não desprezível para reduzir a desigualdade.

Cabe mencionar que os programas de transferência de renda (bolsa-família, programa de erradicação do trabalho infantil, bolsa-escola, bolsa-alimentação, auxílio gás, a maioria dos quais se encontram incorporados ao programa bolsa-família) ampliaram consideravelmente a população alvo no período 2001-2004, principalmente no período 2003-2004 (SOARES, 2006). No Estado de São Paulo havia 1,6 milhões de famílias que recebiam o benefício bolsa-família em novembro de 2008 (MDS, 2008).

²⁷ Ver Tabela 4.6.

4.2.2.2 Mudanças na desigualdade dentro das regiões paulistas

Nesta seção são analisadas as contribuições das parcelas do rendimento domiciliar per capita para as mudanças no índice de Gini em 6 regiões de SP, de acordo com a divisão regional apresentada no início dessa seção.

Os dados das Tabelas 4.8, 4.9, 4.10, 4.11, 4.12 e 4.13 mostram o aumento de participação do rendimento do trabalho no terciário na renda domiciliar per capita nas regiões consideradas.

Enquanto o rendimento do setor terciário aumenta a participação no rendimento total, o rendimento da indústria de transformação reduz sua participação no rendimento domiciliar nas regiões, especialmente na RMSP. Observa-se que, de 1991 a 2000, a participação do rendimento da indústria de transformação, na RMSP, decresce de 24,4% para 14,8%, isto é, uma queda de quase 10% pontos percentuais. A Região MAMEPA tem a segunda maior queda (8,7 pontos percentuais).

A participação do rendimento do setor primário nas regiões de Ribeirão Preto e no grupo demais regiões é substancialmente maior do que no Estado de São Paulo. Em 2000, enquanto a participação da renda agrícola no Estado é 1,2%, naquelas regiões tais participações são de 8,5% e 8,4%. Essa elevada participação do rendimento do setor primário em tais regiões é devida à importância da agropecuária nessas áreas.

A mesorregião de Ribeirão Preto apresenta uma agricultura dinâmica, com elevado padrão tecnológico. É a principal produtora agropecuária do Estado, destacando-se principalmente nas culturas de cana-de-açúcar. Ademais, a expansão da agropecuária corroborou para a expansão das indústrias produtoras de insumos químicos, biológicos, de máquinas e equipamentos agrícolas e da indústria processadora de produtos agrícolas. A região é denominada a capital do agronegócio brasileiro.

Nota-se que a razão de concentração do rendimento do setor terciário cresceu em todas as regiões. Uma das explicações encontradas para a regressividade dessa parcela é a grande heterogeneidade desse setor. Dentro do setor terciário há subsetores que exigem maior nível de escolaridade (telecomunicações, informática, educação etc.) e pagam maiores salários e há

ocupações ligadas a menores níveis de escolaridade (comércio, alimentação, serviços domésticos), que pagam menores remunerações.

Também notável é a diminuição na progressividade do rendimento da indústria de transformação. Nota-se, nas tabelas, que quase todas as regiões apresentaram crescimento na razão de concentração dessa parcela do rendimento (exceto o Vale do Paraíba). Na RMSP, a razão de concentração do rendimento da indústria de transformação aumentou 15%, enquanto no interior do Estado, em média, esse crescimento foi de 4% (exceto o Vale do Paraíba, cuja razão de concentração permaneceu praticamente estável).

Verifica-se que os rendimentos do trabalho nos setores terciário e na indústria de transformação são responsáveis por quase dois terços da desigualdade intra-regional paulista.

As duas outras razões de concentração que compõem o rendimento do trabalho (setores primário e outras atividades industriais) contribuem pouco para a desigualdade global em todas as regiões. As razões de concentração dessas parcelas, entre 1991 e 2000, apresentaram o seguinte comportamento: i) a razão de concentração do setor primário teve redução apenas no Vale do Paraíba e na RMSP; ii) a razão de concentração de outras atividades industriais (indústria da construção civil, serviços industriais de utilidade pública e indústria extrativa) decresceu no Vale do Paraíba e no grupo das demais regiões.

Tabela 4.8.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini. Ribeirão Preto, 1991 e 2000.

Parcelas do rendimento	1991			2000		
	φ_h	C_h	% de Gini	φ_h	C_h	% de Gini
Trabalho no setor primário	11,42	0,3223	6,97	8,49	0,3551	5,41
Trabalho na indústria de transformação	18,11	0,4209	14,44	13,99	0,4428	11,12
Trabalho em outras indústrias	5,96	0,3011	3,40	4,11	0,3402	2,51
Trabalho no setor terciário	49,03	0,6003	55,74	51,09	0,6111	56,07
Aposentadorias ou pensões	8,09	0,5387	8,26	13,46	0,5440	13,15
Demais rendimentos	7,37	0,8012	11,20	8,87	0,7364	11,73
Total	100	0,5281	100	100	0,5568	100

Fonte: Elaboração própria.

Nota: a última linha da coluna C_h está o valor do índice de Gini da região.

Tabela 4.9.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini. Campinas e Piracicaba, 1991 e 2000.

Parcelas do rendimento	1991			2000		
	φ_h	C_h	% de Gini	φ_h	C_h	% de Gini
Trabalho no setor primário	5,27	0,1988	2,03	3,22	0,2280	1,33
Trabalho na indústria de transformação	24,89	0,4356	20,98	18,11	0,4794	15,69
Trabalho em outras indústrias	7,00	0,2985	4,05	5,80	0,3050	3,19
Trabalho no setor terciário	47,20	0,5876	53,66	50,93	0,6114	56,26
Aposentadorias e pensões	8,27	0,5130	8,21	13,96	0,5278	13,31
Demais rendimentos	7,36	0,7781	11,08	7,98	0,7089	10,22
Total	100	0,5169	100	100,00	0,5535	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Nota: a última linha da coluna C_h está o valor do índice de Gini da região.

Tabela 4.10.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini. MAMEPA, 1991 e 2000.

Parcelas do rendimento	1991			2000		
	φ_h	C_h	% de Gini	φ_h	C_h	% de Gini
Trabalho no setor primário	5,21	0,2892	2,92	3,27	0,3587	2,11
Trabalho na indústria de transformação	26,87	0,4491	23,38	18,18	0,4824	15,78
Trabalho em outras indústrias	7,53	0,2878	4,20	6,62	0,3056	3,65
Trabalho no setor terciário	44,54	0,5896	50,88	48,64	0,6099	53,39
Aposentadorias ou pensões	9,91	0,4989	9,58	14,69	0,5257	13,90
Demais rendimentos	5,92	0,7863	9,02	8,60	0,7221	11,17
Total	100	0,5161	100	100,00	0,5556	100

Fonte: Elaboração própria.

Nota: a última linha da coluna C_h está o valor do índice de Gini da região.

Tabela 4.11.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini. Vale do Paraíba, 1991 e 2000.

Parcelas do rendimento	1991			2000		
	φ_h	C_h	% de Gini	φ_h	C_h	% de Gini
Trabalho no setor primário	2,96	0,2815	1,48	1,46	0,1837	0,47
Trabalho na indústria de transformação	26,51	0,5790	27,17	18,16	0,5791	18,35
Trabalho em outras indústrias	7,59	0,3363	4,52	5,92	0,2808	2,90
Trabalho no setor terciário	46,56	0,5935	48,92	50,45	0,6029	53,06
Aposentadorias ou pensões	6,73	0,5247	8,96	15,76	0,5488	15,09
Demais rendimentos	9,66	0,7520	8,97	8,24	0,7048	10,13
Total	100	0,5650	100	100	0,5732	100

Fonte: Elaboração própria.

Nota: a última linha da coluna C_h está o valor do índice de Gini da região.

Tabela 4.12.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini. Demais mesorregiões, 1991 e 2000.

Parcelas do rendimento	1991			2000		
	φ_h	C_h	% de Gini	φ_h	C_h	% de Gini
Trabalho no setor primário	13,14	0,3312	7,93	8,44	0,3538	5,24
Trabalho na indústria de transformação	13,60	0,4535	11,24	11,43	0,4757	9,53
Trabalho outras indústrias	7,24	0,3510	4,63	5,75	0,3340	3,37
Trabalho no setor terciário	49,07	0,6250	55,88	50,00	0,6356	55,75
Aposentadorias ou pensões	9,34	0,5471	9,30	15,80	0,5543	15,37
Demais rendimentos	7,62	0,7935	11,02	8,58	0,7141	10,74
Total	100	0,5488	100	100	0,5701	100

Fonte: Elaboração própria.

Nota: a última linha da coluna C_h está o valor do índice de Gini da região.

Tabela 4.13.- Seis parcelas do rendimento domiciliar per capita: contribuição para o rendimento total (φ_h), razão de concentração (C_h) e participação percentual para o índice de Gini. RMSP, 1991 e 2000

Parcelas do rendimento	1991			2000		
	φ_h	C_h	% de Gini	φ_h	C_h	% de Gini
Trabalho no setor primário	0,90	0,5821	0,94	0,32	0,4865	0,26
Trabalho na indústria de transformação	24,37	0,4685	20,62	14,75	0,5390	13,10
Trabalho outras indústrias	5,59	0,3616	3,76	4,60	0,3832	2,91
Trabalho no setor terciário	54,65	0,5874	57,90	60,30	0,6337	62,94
Aposentadorias ou pensões	7,59	0,5132	7,04	11,68	0,5490	10,56
Demais rendimentos	6,33	0,8014	9,75	8,35	0,7444	10,23
Total	100	0,5538	100	100	0,6070	100

Fonte: Elaboração própria

Nota: a última linha da coluna C_h está o valor do índice de Gini da região.

Na Tabela 4.14 estão as contribuições de cada parcela do rendimento para a variação do índice de Gini entre 1991 e 2000, considerando a divisão das regiões adotadas nessa seção.

No Estado de São Paulo como um todo mais de 49% de aumento da desigualdade está associado ao rendimento do trabalho no setor terciário. Além dele ser o principal fator para a desigualdade paulista é também a razão principal pelo aumento da mesma.

Entre as 6 regiões analisadas, é importante destacar a RMSP. Nessa região, verifica-se que o rendimento do trabalho no setor de serviços representa mais da metade do aumento do índice de Gini, enquanto nas outras regiões esse valor não ultrapassa 40%.

Conforme já mostrado anteriormente, entre as 15 mesorregiões, a RMSP apresenta o maior crescimento do índice de Gini da renda domiciliar per capita. Considerando o peso da

renda e da população da RMSP no total do Estado²⁸, é possível afirmar que o rendimento do trabalho na atividade terciária da região metropolitana é o principal responsável pelo aumento da desigualdade da renda domiciliar per capita no Estado registrada pelos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

A segunda maior contribuição para o aumento da desigualdade paulista é associada ao rendimento do trabalho na indústria de transformação. Além disso, nota-se que apesar da pequena participação do rendimento da atividade primária na renda total do Estado (ver Tabela 4.6), o efeito dessa parcela supera o efeito do rendimento de aposentadorias e pensões, que possui uma participação maior na renda total. O efeito negativo (-5,2%) de “demais rendimentos” significa que essa parcela contribuiu para reduzir a desigualdade em São Paulo.

Na região de Ribeirão Preto o efeito do rendimento de atividade primária é o mais importante, contribuindo com 32,2% do aumento da desigualdade na região, indicando que o crescimento e o fortalecimento da agricultura da região foi acompanhado por uma concentração de renda.

Nota-se, também, que no grupo “demais regiões” a maior parte do aumento do índice de Gini está associado à parcela do rendimento da atividade agrícola. Em tais regiões, a agropecuária é uma importante atividade de geração de renda. As regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba, Bauru, Marília e Assis, que fazem parte do grupo, possuem uma agricultura mista, com pecuária extensiva e agricultura moderna, predominando um padrão tecnológico baixo e médio. As mesorregiões de Presidente Prudente, Itapetininga e Litoral Sul são as áreas mais pobres do Estado, com um padrão tecnológico predominantemente baixo (KAGEYAMA, 2003).

Nas regiões de Campinas/Piracicaba e MAMEPA o efeito do rendimento da indústria de transformação supera as contribuições de outras parcelas do rendimento. Em Campinas/Piracicaba o efeito dessa parcela, como percentagem de ΔG , é 40,1% no período, sendo o maior percentual de contribuição dessa parcela.

De acordo com Cano et al. (2007), Campinas foi a região que mais ganhou no processo de interiorização da indústria paulista, com seu peso relativo sendo menor apenas do que o da

²⁸ A região concentra aproximadamente 50% da população do Estado (em anexo, Tabela A.2).

RMSP. Em virtude de tal fato, podemos afirmar que há uma relação entre a elevada contribuição do rendimento obtido na atividade da indústria de transformação para a desigualdade campineira e o crescimento dessa indústria na região.

Pelo fato de o índice de Gini da mesorregião Vale do Paraíba apresentar uma variação muito pequena durante o período analisado, as contribuições das parcelas ficam instáveis. Em virtude de tal fato, essa mesorregião não consta na tabela 4.14.

Tabela 4.14.- Efeito percentual de cada do rendimento na mudança do índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita em São Paulo e nas regiões paulistas, e o valor dessa mudança (ΔG) no período de 1991-2000.

Parcelas do rendimento	São Paulo	Ribeirão Preto	Campinas	MAMEPA	RMSP	Demais
Trabalho no primário	13,81	32,18	21,41	17,87	-0,59	59,32
Trabalho na indústria de transformação	32,85	28,12	40,12	34,41	39,78	22,71
Trabalho em outras industriais	8,61	21,16	8,79	8,70	5,94	9,99
Trabalho no terciário	49,28	23,38	38,46	30,58	53,22	27,74
Aposentadorias e pensões	0,86	1,78	2,19	5,50	2,69	1,60
Demais rendimentos	-5,21	-6,50	-10,97	3,01	-0,56	-21,43
Total	100	100	100	100	100	100
ΔG	0,0364	0,0287	0,0364	0,0395	0,0532	0,0213

Fonte: Elaboração própria.

4.3. Visão geral sobre a desigualdade inter-regional e intra-regional paulista

Este capítulo traz importantes resultados para o trabalho. Calculando os índices T e L de Theil por regiões, nota-se que o aumento da desigualdade de renda em SP entre 1991 e 2000, de acordo com os dados do Censo, é consequência do aumento da desigualdade dentro das regiões, uma vez que o componente intra-regional é muito mais importante, representando cerca de 95% da desigualdade do rendimento das pessoas ocupadas em SP. Entretanto, apesar da pequena importância do fator inter-regional, é relevante constatar sua redução entre 1991 e 2000.

De maneira geral, os três setores de atividade econômica contribuíram para a redução da desigualdade entre as regiões do Estado, sendo que a contribuição do setor primário superou a do setor secundário e esta superou a do terciário. Além disso, a contribuição do setor secundário para redução da desigualdade inter-regional é, em grande parte, influenciada pela indústria de transformação. Essa indústria é responsável por aproximadamente 70% do rendimento do setor industrial. Assim, a redução 1,4% na desigualdade inter-regional entre os ocupados na indústria é reflexo da queda de 1,5% da desigualdade inter-regional da indústria manufatureira.

Uma explicação plausível para a redução da disparidade de renda entre as regiões paulistas, dentro de um contexto de aumento da desigualdade total, é a desconcentração espacial das atividades produtivas, especialmente aquelas da RMSP que se deslocaram para o interior.

Na análise intra-regional também há importantes conclusões. A primeira delas é que a participação de ocupados na indústria de transformação em relação ao total de ocupados e a participação do rendimento do trabalho desse segmento populacional na renda total caíram praticamente em todas as regiões paulistas, especialmente na RMSP.

Essa queda de participação da indústria de transformação na geração de emprego e renda certamente está associada com a abertura comercial, os avanços tecnológicos, as privatizações e o processo de modernização experimentado pela indústria ao longo da década de 1990, que foi acompanhado por um forte crescimento de produtividade. Segundo Sabóia (2001), o processo de modernização organizacional ocorrido na indústria brasileira durante os anos noventa é, parcialmente, responsável pelo crescimento da produtividade e, conseqüentemente, pela redução do número de empregados na indústria.

Uma das justificativas encontradas para a queda mais expressiva do emprego e da renda industrial na RMSP é que, pelo fato de se tratar do pólo mais dinâmico e desenvolvido do país, com a presença de plantas industriais mais complexas, essa região foi mais fortemente afetada pelas mudanças mencionadas. Além disso, a própria desconcentração produtiva e a tercerização contribuíram para esse resultado.

Paralelamente, houve a expansão do setor de terciário nas regiões, tornando-o o maior empregador de mão-de-obra e gerador de renda. Em 2000, no Estado paulista, quase 67% das pessoas ocupadas trabalhavam no setor terciário e sua participação na renda total elevou-se de 52%, em 1991, para aproximadamente 56% em 2000.

Com a elevação da produtividade na indústria e na agricultura no Estado, o setor terciário foi o principal absorvedor da população economicamente ativa. O crescimento do número de ocupados no setor terciário entre 1991 e 2000 foi de 35,4%, enquanto nos setores primário e secundário houve redução no número de ocupados de 16,9% e 10,6%, respectivamente.

Nesse sentido, o setor terciário pode ser visualizado como indutor do crescimento da economia paulista, atuando conjunta e concomitantemente com o setor secundário. Não se pretende aqui minimizar o papel do setor secundário, pois, com certeza, ele é o responsável pela

base material da produção econômica. Entretanto, com base nos resultados apresentados, divergimos da tese de que o processo de desconcentração produtiva industrial é o principal fator de desenvolvimento do interior do Estado, cabendo ao setor de serviços papel secundário.

Dessa forma, discordamos de Matos et al. (2007, p. 246), citando Meirelles (2003) quando dizem que:

...atribui a importância secundária do setor de serviços na dinâmica econômica ao fato de que os serviços são atividades intangíveis e, portanto, dependentes da produção de bens e de produtos concretos para a sua existência e reprodução. Nesse sentido, são atividades de trabalho indireto, seu processo de valorização dependendo do processo de valorização industrial.

Diante da importância do setor terciário para a economia, chamamos atenção aqui para o fato de que no estado de São Paulo e em suas regiões esse setor é o principal responsável pela desigualdade de renda, conforme mostra a decomposição do índice de Gini. Além disso, o aumento da desigualdade entre 1991 e 2000 está associado ao rendimento do trabalho no setor terciário.

Segundo Sabóia (1992), o setor terciário é bastante heterôgeneo, nele estão incorporados pessoas com os mais distintos níveis de qualificação e produtividade, sendo que a qualidade dos postos de trabalho e dos rendimentos gerados em grande parte dos segmentos que compõem o setor é baixa.

É importante também destacar o fato de que o rendimento da indústria de transformação teve uma contribuição importante para o aumento da desigualdade dentro das regiões paulistas. Isso significa que nem sempre uma desconcentração produtiva implica em melhora da distribuição interpessoal da renda, pois apesar da redução da desigualdade entre regiões, houve aumento da desigualdade na distribuição interpessoal da renda.

Finalizamos este capítulo, esperando ter contribuído para o aprofundamento do conhecimento da realidade regional paulista, fornecendo subsídios aos planejadores que tenham como meta elaborar políticas que minimizem as desigualdades regionais existentes no Estado.

Capítulo 5 – A distribuição de renda paulista, de acordo com as PNADs de 1990 a 2007

5.1. Desigualdade de renda no Estado de São Paulo

Até o presente momento, apresentamos um panorama da distribuição de renda de São Paulo e suas regiões, com informações extraídas dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Neste capítulo passamos a analisar a desigualdade de renda no Estado, utilizando os microdados da PNAD no período 1990-2007. Essa análise é realizada por dois motivos: primeiro, há uma desfagem temporal nos resultados sobre a desigualdade paulista, uma vez que o último Censo Demográfico foi realizado no ano de 2000; segundo, os resultados dos Censos não podem ser interpretados como tendência, pois estamos considerando apenas dois momentos no tempo.

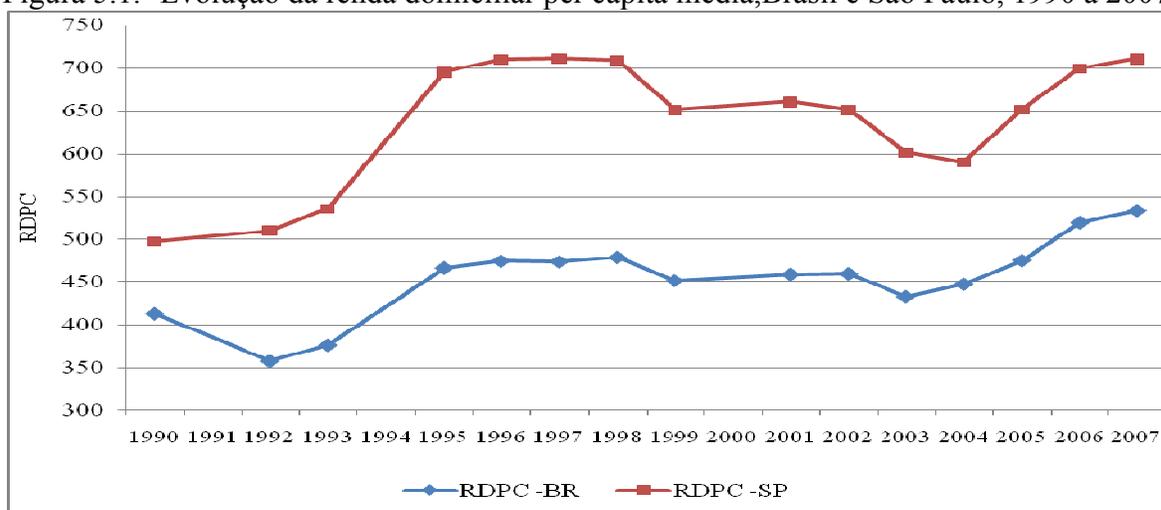
Os resultados da PNAD são divulgados para as 5 macro-regiões (nordeste, sudeste, centro-oeste, norte e sul) para os estados e para as 9 regiões metropolitanas. Diferentemente do Censo Demográfico, o plano amostral da PNAD não prevê representatividade amostral para meso ou micro regiões dentro de um Estado. Esta é uma característica que impõe limitações severas ao emprego da PNAD na formulação de políticas públicas municipais ou regionais (Jannuzzi, 2006).

Neste sentido, a análise regional do Estado é realizada considerando duas áreas: metropolitana (RMSP) e não metropolitana (ou regiões do interior do Estado), sendo consideradas as seguintes distribuições: a) do rendimento domiciliar per capita (RDPC); b) do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento (POC); do rendimento mensal de todos os trabalhos dos empregados (POE); do rendimento mensal de todos os trabalhos dos empregados na indústria (PEI);

Para tornar comparáveis os rendimentos declarados de 1990 a 2007, todos são convertidos em Reais de setembro-outubro de 2007, usando como deflator a média geométrica do INPC de dois meses consecutivos. Como o mês de referência da PNAD tem sido setembro e tendo em vista que os assalariados recebem no início do mês seguinte, é razoável utilizar como deflator a média geométrica do INPC de setembro e outubro.

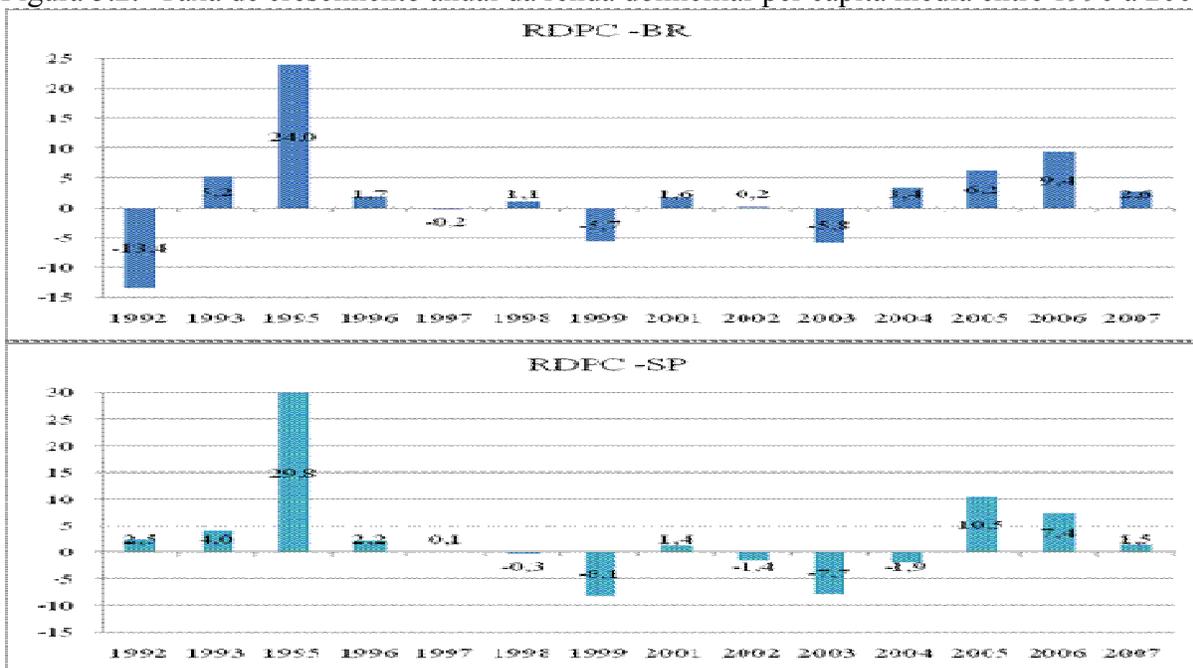
A Figura 5.1 mostra a evolução da renda per capita média de 1990 a 2007, para o Estado de São Paulo e o Brasil. A renda média paulista é superior à brasileira durante todo o período analisado. Ademais, para o Brasil, a partir de 2004 a renda média domiciliar per capita foi crescente. Já as estimativas para SP indicam crescimento da renda média apenas a partir de 2005 (Ver Figura 5.2).

Figura 5.1.- Evolução da renda domiciliar per capita média, Brasil e São Paulo, 1990 a 2007.



Fonte: Elaboração própria.

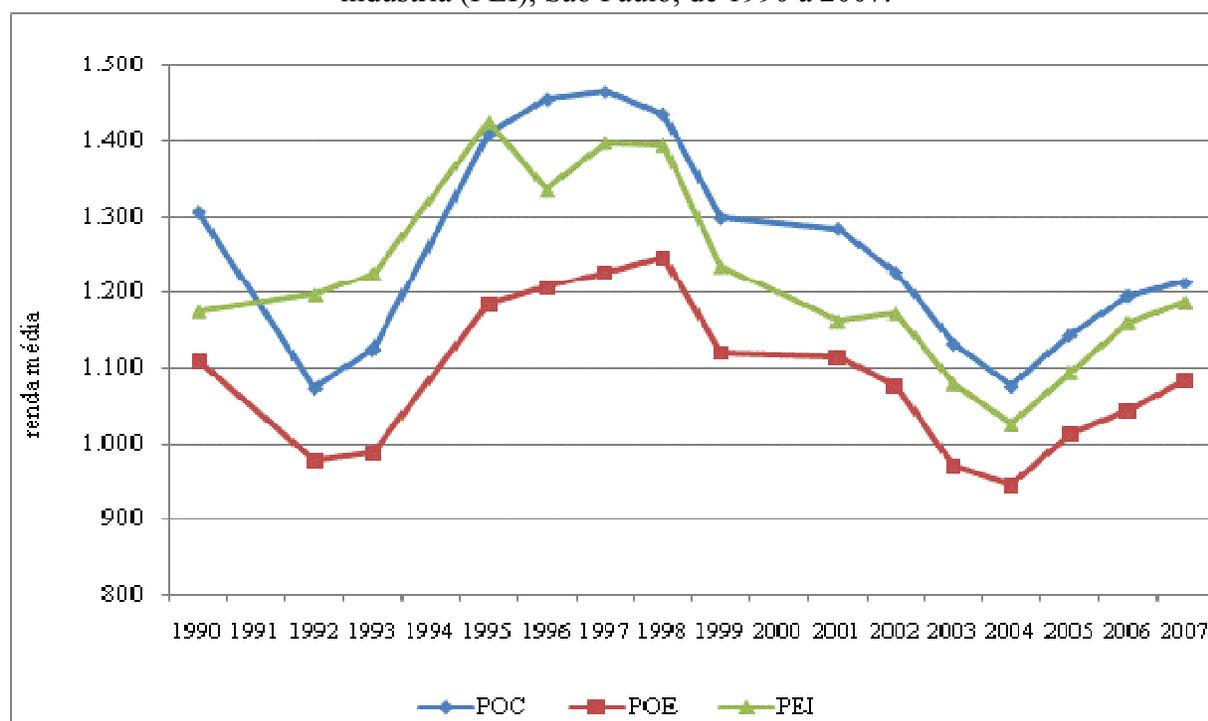
Figura 5.2.- Taxa de crescimento anual da renda domiciliar per capita média entre 1990 a 2007.



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 5.3 apresenta a evolução do valor médio do rendimento para POC, POE e PEI. Depois de quedas consecutivas do rendimento médio de 1997 a 2004, no período 2004-2007 houve crescimento dessa variável, reflexo da conjuntura macroeconômica de crescimento real da economia. Conforme indicam os resultados, as quatro distribuições (Figura 5.1 e 5.3) mostram uma melhoria da renda da população nos últimos anos na economia paulista. Entretanto, é importante ressaltar que essa tendência de crescimento será interrompida devido à crise financeira mundial.

Figura 5.3.- Evolução da renda média para o rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE) e empregados na indústria (PEI), São Paulo, de 1990 a 2007.



Fonte: Elaboração própria

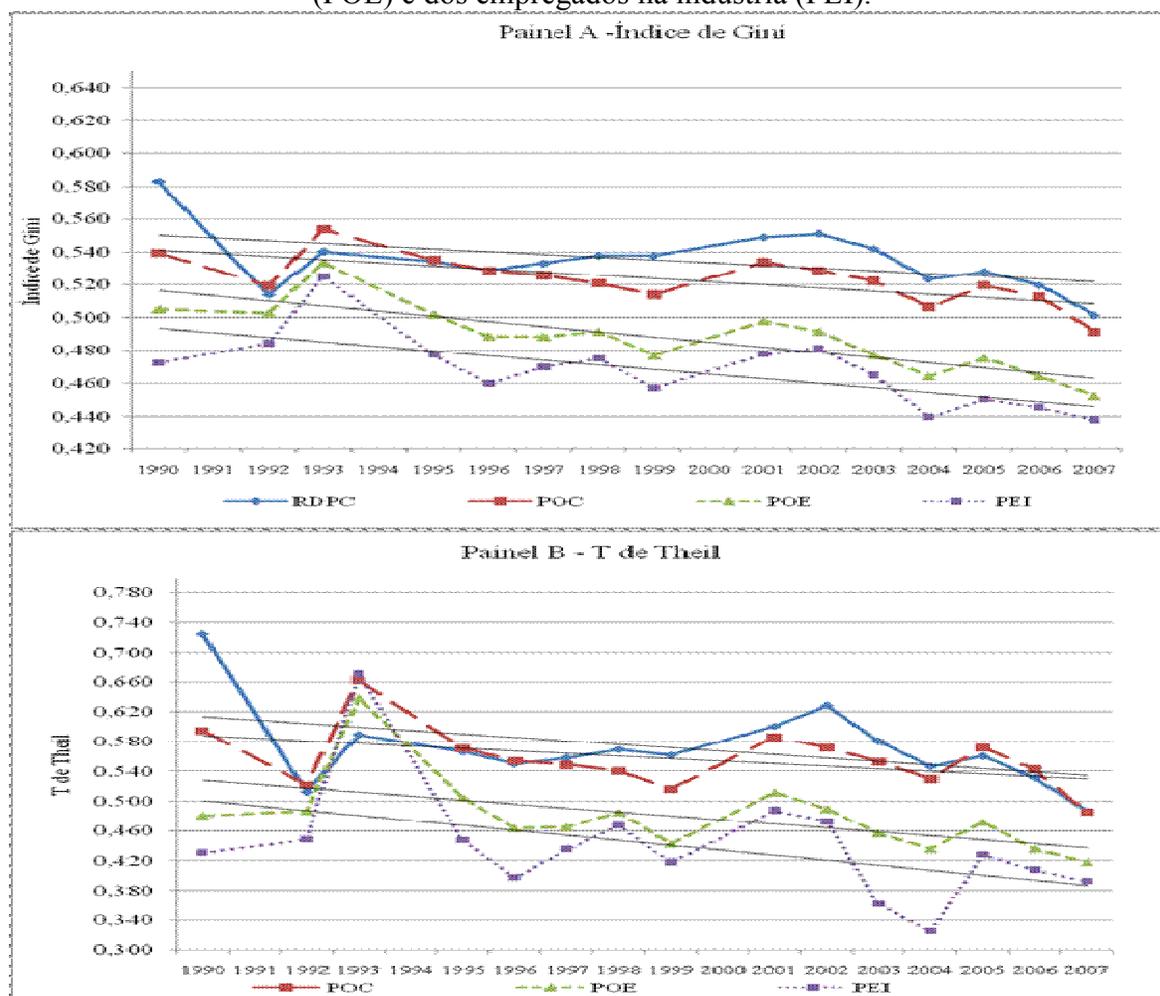
Nota: Ver Tabela C.1, no apêndice estatístico.

A Figura 5.4 mostra a evolução das medidas de desigualdade (índice de Gini e T de Theil) entre 1990 e 2007. As duas medidas de desigualdade mostram o mesmo padrão para as quatro distribuições, isto é, uma tendência de redução da desigualdade ao longo do período. É importante ressaltar que nos capítulos anteriores, apontamos um aumento da desigualdade,

considerando apenas os anos de 1991 e 2000, utilizando dados dos Censos Demográficos. Os resultados agora mostram uma evolução da desigualdade de renda em SP ao longo de 17 anos.

Além disso, a partir de 2001 há uma forte queda da desigualdade, tanto para São Paulo quanto para o Brasil (dados sobre a desigualdade brasileira no capítulo 1). Porém, é importante chamar a atenção para o fato de que em São Paulo houve aumento da desigualdade entre 2004 e 2005, diferentemente do que ocorreu no Brasil. Enfim, nas quatro distribuições, as medidas de desigualdade de 2007 são as menores verificadas no período, com exceção do T de Theil da distribuição do rendimento dos empregados na indústria.

Figura 5.4.- Medidas de desigualdade de 1990 a 2007 para as distribuições: do rendimento domiciliar per capita (RDPC), do rendimento dos ocupados, do rendimento dos empregados (POE) e dos empregados na indústria (PEI).



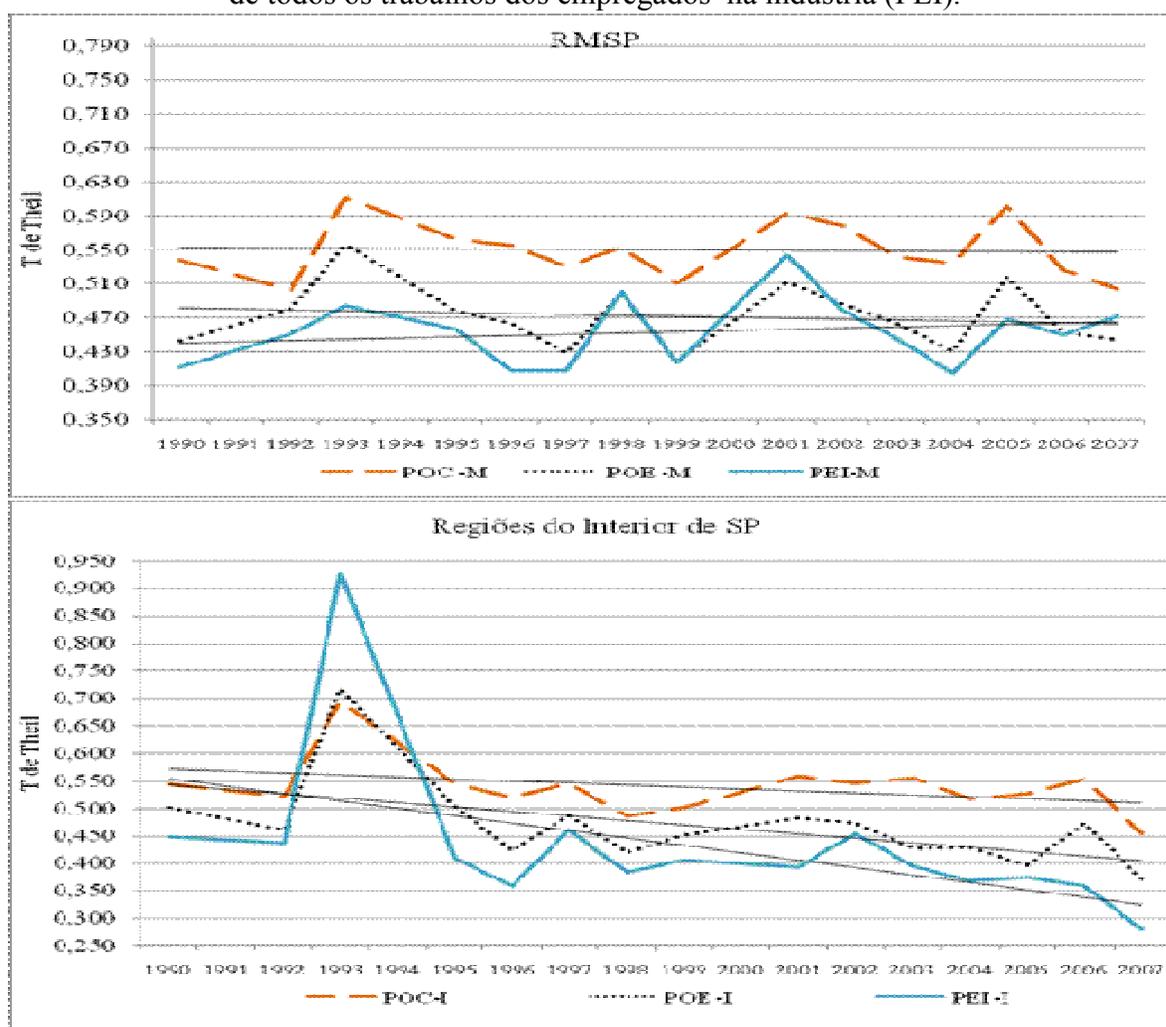
Fonte: Elaboração própria

Nota: Ver Tabela C.2 e C.3, no apêndice estatístico.

5.2. Desigualdade regional paulista

A Figura 5.5 apresenta a evolução do T de Theil para a RMSP e interior de São Paulo, considerando o rendimento dos ocupados, empregados e empregados na indústria. Como pode se observar, na região não metropolitana (regiões do interior) paulista há uma tendência de redução da desigualdade ao longo do período. Por outro lado, na RMSP, para as três distribuições analisadas, não se observa tendência crescente ou decrescente na desigualdade.

Figura 5.5.- Evolução temporal do T de Theil para a região metropolitana de São Paulo (RMSP) e região não metropolitana, 1990 a 2007, nas distribuições: rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE), rendimento de todos os trabalhos dos empregados na indústria (PEI).



Fonte: Elaboração própria.

Nota: M = região metropolitana e I= região não metropolitana. Ver Tabela C.4, no apêndice estatístico.

Percebe-se ainda na Figura 5.5 que, em 1993, na região não metropolitana, o valor do T de Theil é bastante discrepante. Esse valor para o T de Theil é devido ao fato de que na amostra da PNAD de 1993 o valor máximo do rendimento declarado foi excepcionalmente elevado (CR\$ 9.200.000)²⁹. O declarante desse rendimento apresenta as seguintes características: homem branco, 45 anos de idade, ocupa cargo de administrador/diretor na indústria de transformação de fabricação de automóveis/ caminhões/ ônibus/autopeças.

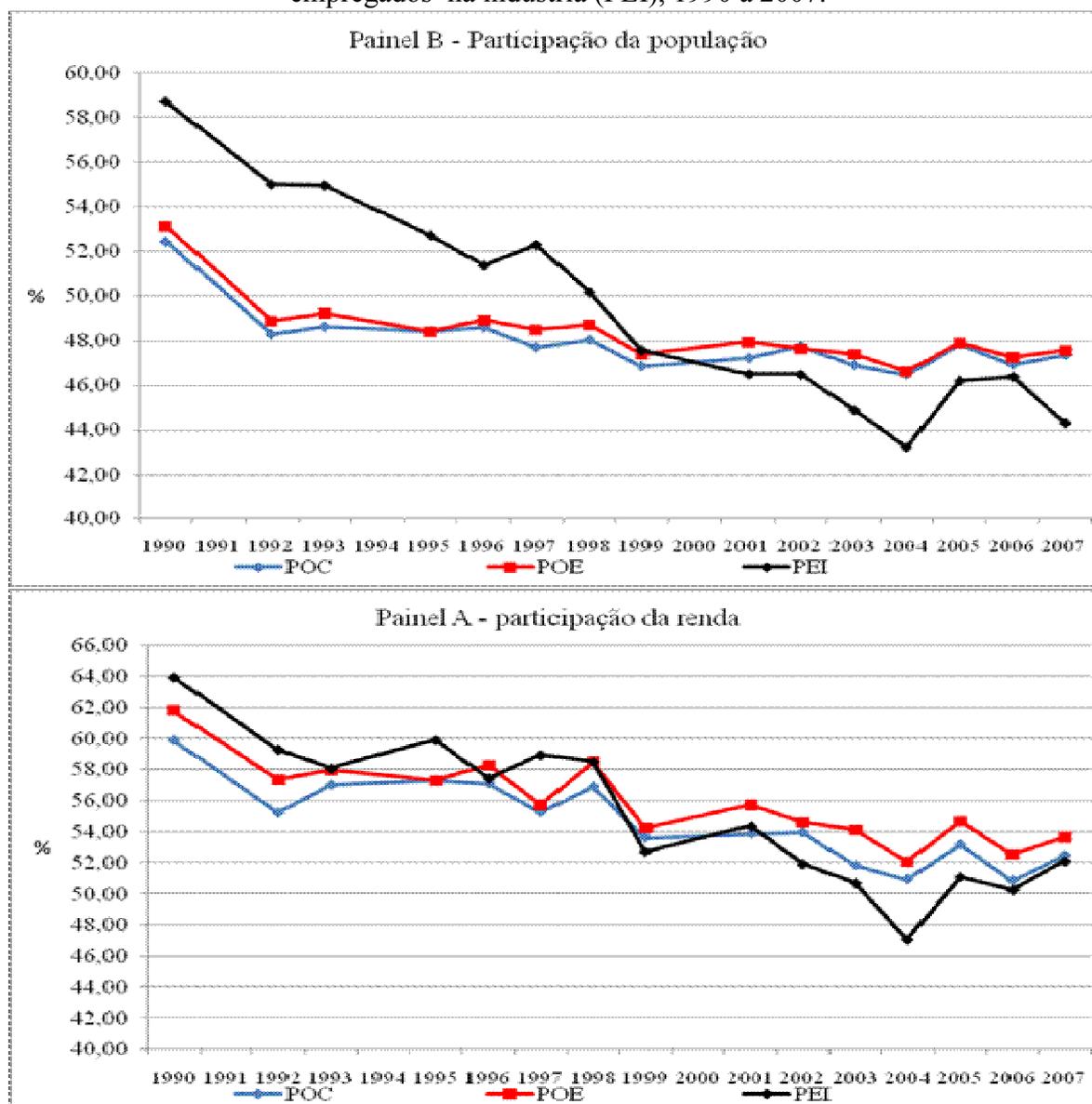
Conforme mostra a Figura 5.6, a participação da região metropolitana no total de pessoas empregadas no setor industrial sofre uma queda expressiva em relação ao total, caindo de 58,7% em 1990 para 44,3% em 2007. Cabe lembrar que a indústria de transformação é o sub-setor de maior peso no setor industrial.

A Figura 5.6 mostra também a participação da RMSP na renda total. Para as três distribuições, verifica-se perda de participação da RMSP na renda, especialmente no caso do rendimento dos empregados na indústria, que cai mais rapidamente. Além disso, observa-se que a participação da RMSP na renda é superior à sua participação na população, porém, cabe ressaltar que essa diferença tem diminuído. Pode-se mencionar, como exemplo, que a proporção de empregados da região metropolitana no total de empregados do Estado caiu de 53,1% em 1990 para 47,5% em 2007, ao mesmo tempo que a correspondente participação na renda diminuiu de 61,8% para 53,7%.

É falso pensar que a redução da concentração da população na RMSP determine, necessariamente, uma redução na participação da desigualdade inter-regional na desigualdade total da distribuição do rendimento dessas pessoas.

²⁹ Valor nominal de setembro de 1993, em cruzeiros reais (CR\$). Em reais de setembro-outubro de 2007 o valor é R\$ 244.086.

Figura 5.6.- Proporção da população metropolitana no total e proporção da renda metropolitana no total nas distribuições: rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE), rendimento de todos os trabalhos dos empregados na indústria (PEI), 1990 a 2007.

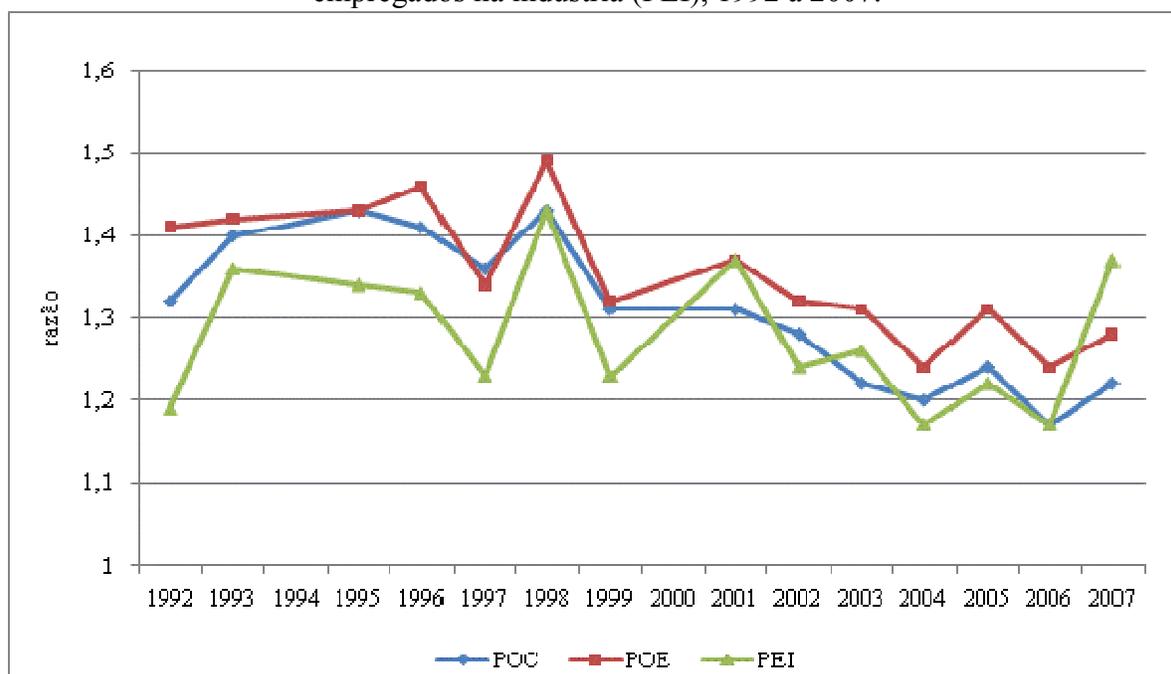


Fonte: Elaboração própria

A Figura 5.7 permite visualizar graficamente a evolução da razão entre as rendas médias da RMSP e da região não metropolitana das distribuições analisadas. Conforme pode se observar, para as distribuições do rendimento de todos os trabalhos dos ocupados e dos empregados essa

razão apresenta uma tendência decrescente no período, mostrando a redução no diferencial de rendimentos entre as duas regiões.

Figura 5.7.- Razão da renda média da RMSP e da região não metropolitana para as distribuições: do rendimento dos ocupados, do rendimento dos empregados (POE) e dos empregados na indústria (PEI), 1992 a 2007.



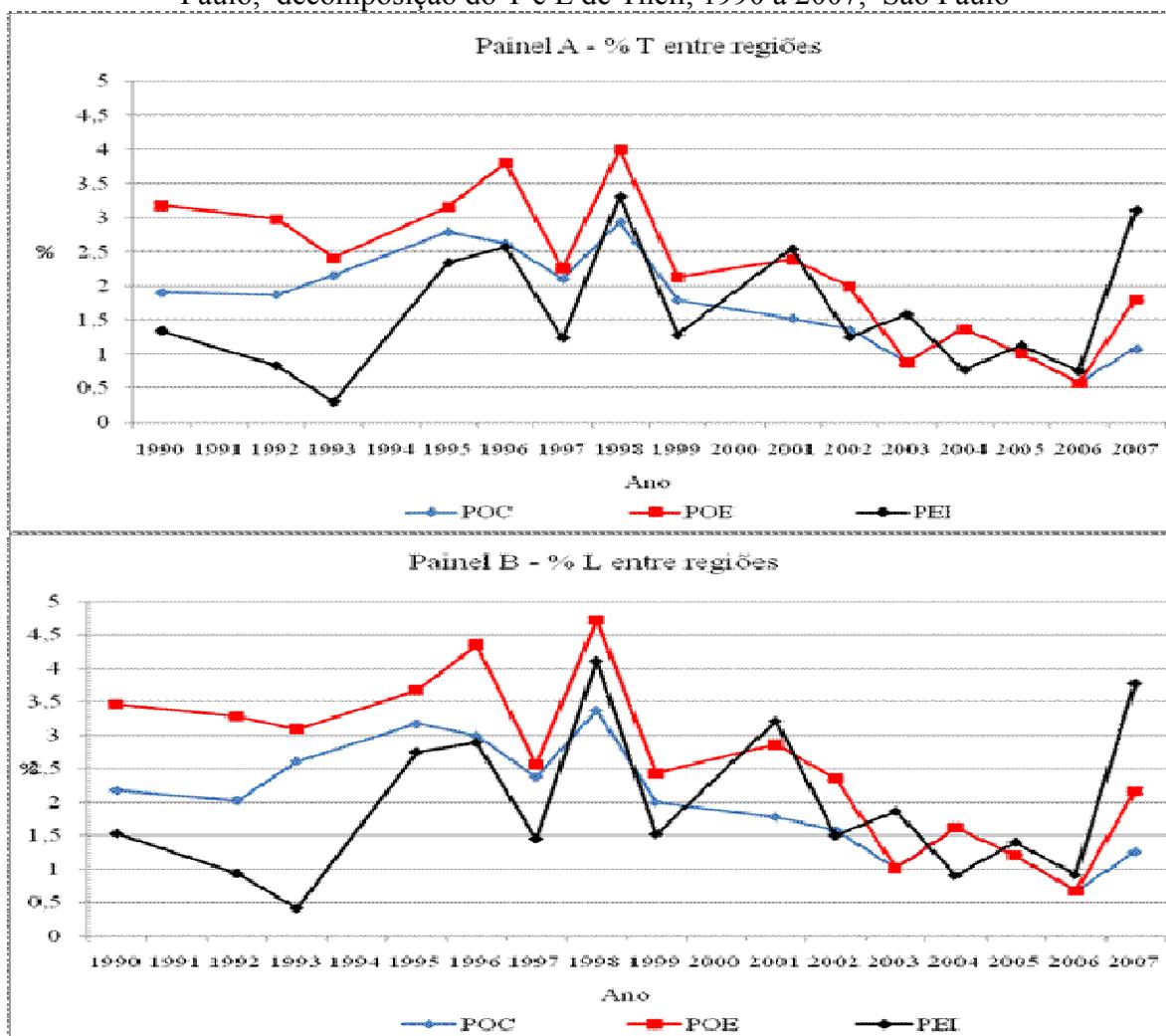
Fonte: Elaboração própria

Nota: Ver Tabela C.5, no apêndice estatístico.

Ainda, neste capítulo será apresentada a decomposição dos índices T e L de Theil para analisar a importância relativa da desigualdade entre regiões (metropolitana e não metropolitana).

A Figura 5.8 mostra a evolução, de 1990 a 2007, da contribuição percentual da desigualdade inter-regional paulista. Nota-se que o poder de explicação do fator inter-regional para as três distribuições analisadas é bastante oscilante através do tempo. Contudo, tanto para a distribuição do rendimento dos ocupados como para a distribuição do rendimento de todos os empregados, observa-se uma tendência decrescente na participação da desigualdade entre as duas regiões na desigualdade total do Estado.

Figura 5.8.- Participação da desigualdade entre duas regiões na desigualdade no Estado de São Paulo, decomposição do T e L de Theil, 1990 a 2007, São Paulo



Fonte: Elaboração própria

Ver Tabelas C.6, C.7 e C.8, no apêndice estatístico.

Em resumo, com base nos resultados apresentados acima podemos inferir que, durante o período analisado, o mercado de trabalho paulista passou por um processo de desconcentração tanto com relação ao emprego quanto à renda, beneficiando as regiões do interior do Estado. Além disso, houve uma redução da desigualdade entre regiões. Essas transformações estão associadas ao processo de interiorização do desenvolvimento paulista explicitado pela literatura regional. Os resultados reafirmam as conclusões obtidas na análise dos dados dos Censos Demográficos.

Capítulo 6 - Determinantes do rendimento das pessoas ocupadas

Conforme dados do Censo Demográfico de 2000, 80,9% do rendimento total declarado corresponde ao que o IBGE denomina “rendimentos de todos os trabalhos”, que inclui rendimentos dos empregados, dos conta própria e dos empregadores. É relevante, portanto, avaliar os determinantes dessa parcela do rendimento total. Esse capítulo é dedicado à análise do rendimento das pessoas ocupadas em SP, utilizando os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Uma metodologia básica para isso é a estimação de equações de rendimento, isto é, equações de regressão onde se procura explicar o nível de rendimento pessoal em função de características das pessoas (educação, idade, sexo) e da sua inserção na economia (setor de ocupação, região).

Para estimar as equações de rendimento consideramos as pessoas ocupadas com informação de valor positivo para o rendimento do trabalho principal,³⁰ excluindo as pessoas sem informação de idade, escolaridade, posição na ocupação, cor ou tempo semanal de trabalho. São excluídas, também, as pessoas que declararam idade superior ou igual a 100 anos, aquelas com tempo semanal de trabalho inferior a 10 horas ou superior a 98 horas, as que freqüentaram cursos de alfabetização de adultos, as residentes em domicílio coletivo ou cujo ramo de atividade foi classificado como atividades mal definidas ou não especificadas. Cabe reconhecer que há certa arbitrariedade nessas exclusões, mas, como a amostra utilizada é muito grande, isso não deve afetar a validade dos resultados.

Nas amostras dos Censos de 1991 e 2000 há, respectivamente, 1.327.394 e 1.538.679 pessoas satisfazendo essas restrições, correspondendo a uma população de 12.487.444 e 14.216.996 pessoas.

6.1 O modelo das equações de rendimento

Seguindo a mesma metodologia utilizada por Hoffmann e Simão (2005), o ajustamento das equações de rendimento é feito pelo método dos mínimos quadrados ponderados, usando o peso ou fator de expansão associado a cada pessoa da amostra, fornecido pelo IBGE, como fator

³⁰ O rendimento do trabalho principal corresponde a aproximadamente 98% do rendimento de todos os trabalhos.

de ponderação. A variável dependente (y) é o logaritmo neperiano do rendimento mensal do trabalho principal das pessoas ocupadas. O uso do logaritmo do rendimento pode ser justificado pelo fato de que o rendimento tem distribuição aproximadamente log-normal. As variáveis explanatórias usadas são, em grande parte, variáveis binárias que assumem o valor 1 se o indivíduo pertence a determinado grupo, ou 0, caso não pertença. O modelo geral de regressão é:

$$y_j = \alpha + \sum_i \beta_i x_{ij} + u_j \quad (1)$$

onde α e β_i são parâmetros e u_j são erros aleatórios heterocedásticos com as propriedades usuais. O índice i distingue as diferentes variáveis explanatórias e o índice j indica a observação (pessoa da amostra). São consideradas as seguintes variáveis explanatórias:

- a) Variável binária para sexo, que assume valor 1 para as mulheres.
- b) A idade da pessoa, medida em dezenas de anos, e também o quadrado dessa variável, tendo em vista que y não varia linearmente com a idade. A idade é medida em dezenas de anos apenas para evitar que os coeficientes sejam muito pequenos. Se os parâmetros para a idade e idade ao quadrado forem indicados por β_1 e β_2 , respectivamente, deve-se ter $\beta_1 > 0$ e $\beta_2 < 0$ e então o valor esperado de y será máximo quando a idade da pessoa for igual a $-\beta_1/(2\beta_2)$.
- c) O logaritmo neperiano do número de horas semanais de trabalho principal. O coeficiente dessa variável é a elasticidade do rendimento em relação ao tempo semanal de trabalho.
- d) Duas variáveis binárias para distinguir três posições na ocupação: empregado (tomado como base), empregador e conta própria.
- e) Quatro variáveis binárias para distinguir cor: branca (tomada como base), preta, amarela, parda e indígena.
- f) Duas variáveis binárias para distinguir os setores de atividade (agricultura, indústria e serviços). O setor agrícola é tomado como base.

- g) Uma variável binária que assume valor 1 quando o domicílio é rural, e valor zero quando é urbano.
- h) Uma variável binária que é igual a 1 quando a observação se refere à pessoa considerada responsável pela família e é igual a zero nos demais casos.
- i) Quatorze variáveis binárias para distinguir as 15 mesorregiões: RMSP (tomada como base), 1- São José do Rio Preto; 2- Ribeirão Preto; 3 – Araçatuba; 4- Bauru; 5- Araraquara; 6- Piracicaba; 7- Campinas; 8- Presidente Prudente; 9- Marília; 10- Assis; 11- Itapetininga; 12 – Macro Metropolitana Paulista (MAMEPA); 13 – Vale do Paraíba; 14 – Litoral Sul Paulista;

Quanto à variável educação, a maioria dos estudos que analisam empiricamente a relação entre rendimentos e educação adota o modelo de Mincer (1974, apud REZENDE; WYLLIE, 2005). De acordo com esse modelo, o logaritmo dos rendimentos é uma função linear dos anos de educação. Entretanto, recentemente vários estudos empíricos³¹ têm mostrado que a taxa de retorno para cada ano adicional de estudo não é constante para todas as séries.

Primeiro, porque existe o chamado “efeito diploma”. De acordo com o efeito diploma, um ano adicional de escolaridade tem um efeito ainda mais acentuado sobre os rendimentos quando corresponde à conclusão de um grau ou à obtenção de um diploma, ou seja, a conclusão de cada etapa no ensino formal (do último do ensino fundamental, médio, superior e das pós – graduações) fornece evidências adicionais de que o indivíduo tem maior potencial produtivo se comparada à conclusão das respectivas séries iniciais e intermediárias (NEY, 2006).

Segundo, porque existe um outro efeito, o “*threshold effect*”³², que significa uma mudança na inclinação da função da educação depois de um certo ano de escolaridade (HOFFMANN;SIMÃO, 2005). Uma sociedade, dado seu estágio de desenvolvimento socioeconômico, exige maior ou menor qualificação da sua mão-de-obra. Países com uma indústria forte e de alto padrão tecnológico, por exemplo, requerem trabalhadores com níveis de escolaridade bem mais elevados do que aqueles cuja base da economia ainda é a agricultura tradicional .

³¹ Maiores detalhes ver Crespo e Reis (2006).

³² Ver Dias e Mcdermott (2003).

Neste sentido, dois modelos de equação de rendimento são estimados. No Modelo 1 o efeito da variável escolaridade é estimado conforme o item “j” e no Modelo 2 de acordo com o item “k”.

- j) Utilizando 17 variáveis binárias para distinguir 18 níveis de estudo, em que as pessoas analfabetas ou com menos de 1 ano de estudo são tomadas como base.
- k) A escolaridade (S), variando de 0 (no caso de pessoa sem instrução ou com menos de um ano de estudo) a 16 e assumindo valor 18 para pessoas com 17 anos ou mais de estudo. Tendo em vista a existência de um *threshold effect* (efeito-limiar), além da variável S , inclui-se a variável

$$S^* = Z(S - \lambda) \quad (2)$$

em que λ é o *limiar*, isto é, o valor da escolaridade a partir do qual a taxa de retorno da escolaridade torna-se maior, e Z é uma variável binária que assume valor 0 para $S \leq \lambda$ e assume valor 1 para $S > \lambda$. Se indicarmos os coeficientes de S e S^* por β_3 e β_4 , e indicarmos por K a soma dos demais termos da equação de rendimentos, o valor esperado de y é

$$E(y) = K + \beta_3 S + \beta_4 Z(S - \lambda) \quad (3)$$

Quando $S \leq \lambda$, temos $Z = 0$ e a expressão se reduz a

$$E(y) = K + \beta_3 S \quad (4)$$

Quando $S > \lambda$, temos $Z = 1$, e a expressão (3) simplifica para

$$E(y) = K - \lambda\beta_4 + (\beta_3 + \beta_4)S \quad (5)$$

É importante notar que tanto (4) como (5) são iguais a $K + \beta_3\lambda$ quando $S = \lambda$. Então, em um sistema de eixos cartesianos ortogonais, com $E(y)$ no eixo das ordenadas e a escolaridade S no eixo das abscissas, a expressão (3) representa uma linha poligonal com vértice no ponto de abscissa $S = \lambda$, sendo β_3 a inclinação do segmento que está antes desse vértice e $\beta_3 + \beta_4$ a inclinação do segmento que se inicia no vértice. Antes do limiar λ , cada ano adicional

de escolaridade está associado a um aumento de $[\exp(\beta_3) - 1]100\%$ no rendimento das pessoas. Depois do limiar λ , cada ano adicional de escolaridade está associado a um aumento de $[\exp(\beta_3 + \beta_4) - 1]100\%$ no rendimento das pessoas.

As variáveis incluídas devem captar o efeito do treinamento e da experiência das pessoas (idade e escolaridade), as discriminações e segmentações do mercado (cor, sexo, setor de atividade), as diferenças regionais (mesorregiões) e diferenças de posse de propriedade e riqueza (posição na ocupação).

6.2 As equações de rendimento

A Tabela 6.1 apresenta os resultados das equações de rendimento estimadas para as pessoas ocupadas em São Paulo, utilizando os Censos Demográficos de 1991 e 2000. Os dois modelos diferem apenas na maneira de captar o efeito da escolaridade. No modelo 1, são utilizadas 17 variáveis binárias para distinguir os 18 níveis de escolaridade, enquanto no modelo 2 considera-se uma relação entre y (o logaritmo do rendimento) e a escolaridade em forma de poligonal, conforme foi explicado na seção anterior.

Todos os coeficientes dos modelos 1 e 2 são estatisticamente significativos, e a probabilidade caudal do teste t é sempre inferior a 0,01%. Isso se deve, em parte, ao fato de estarmos usando uma amostra muito grande. Em 1991, os coeficientes de determinação das regressões são, respectivamente, 52,2% e 52,1% e, em 2000, 54,0% e 53,9%. Esses resultados, se comparados aos de outros trabalhos da mesma natureza, podem ser considerados satisfatórios, tendo em vista a disponibilidade de informações. Além disso, a renda pessoal é afetada por variáveis de difícil mensuração, como a ambição e a criatividade das pessoas, ou por fatores sobre os quais não há informações no censo, mas que também podem ser importantes na determinação do rendimento.

A partir do coeficiente estimado de cada variável binária utilizada na regressão, é possível se obter a diferença percentual entre o rendimento esperado de uma dada categoria e a renda esperada da categoria tomada como base, depois de descontados os efeitos de todas as outras variáveis explanatórias incluídas na regressão. Essa diferença percentual entre os rendimentos estimados da categoria considerada e da categoria tomada como base é obtido por meio do cálculo: $100[\exp(b) - 1]\%$. Por exemplo, se o coeficiente para binária de situação “rural” for b ,

então o rendimento esperado das pessoas com domicílio rural supera o rendimento esperado das pessoas com domicílio urbano em $100[\exp(b) - 1]\%$, já considerados os efeitos das demais variáveis explanatórias incluídas na equação de regressão. Com exceção da escolaridade, para todas as demais variáveis explanatórias, os coeficientes são muito semelhantes nos dois modelos da Tabela 6.1. Dessa forma, os comentários a respeito desses coeficientes são feitos a seguir considerando os resultados do modelo 2:

- Em 1991, o coeficiente para sexo feminino indica que depois de considerados os efeitos das demais variáveis explanatórias incluídas na regressão, o rendimento esperado das mulheres era 28,3% mais baixo que o dos homens em São Paulo. Essa realidade vem sendo modificada, mas de maneira lenta, uma vez que, em 2000, esse diferencial ainda era igual a 26,2%.
- As estimativas dos coeficientes associados à idade indicam que a idade para o qual o rendimento esperado é máximo vem aumentando, passando de 46,3 anos, em 1991, para 49,8 anos em 2000.
- Em 1991, o coeficiente da equação indica que um preto tende a ganhar 15,0% menos do que um branco. Em 2000, há um aumento do diferencial de rendimento entre o branco e o preto. De acordo com os dados, os pretos passam a ganhar 15,8% menos do que um branco.
- Em 2000, a elasticidade do rendimento mensal em relação ao tempo semanal de trabalho é estimada em 0,3989, substancialmente abaixo de 1. Isso indica que o prolongamento do tempo de trabalho é feito com prejuízo da produtividade/ e ou por meio de trabalhos secundários pior remunerados. Cabe ressaltar que, nas pesquisas onde são estimadas equações de rendimento, é comum utilizar como variável dependente o logaritmo do rendimento por hora. Isso corresponde a, implicitamente, admitir que a elasticidade do rendimento em relação ao tempo de trabalho é igual a 1.
- Se o indivíduo ocupa a posição de membro responsável pela família, os seus ganhos monetários são em 1991 e 2000, respectivamente, 24,4% e 21,5% maiores do que os de um indivíduo que não ocupa essa condição na família.
- Com relação à posição na ocupação, é observado que os empregadores, em 1991, tinham um rendimento esperado 86,4% superior ao dos empregados, diferença que atingiu 122% em

2000. O rendimento de um conta-própria, em 1991 e em 2000, tende a superar o rendimento de um empregado em 11,2% e 9,2%, respectivamente.

- Os coeficientes para as binárias que captam as diferenças entre mesorregiões são todos negativos, indicando que, mesmo depois de considerar os efeitos das demais variáveis, o rendimento tende a ser maior na RMSP, que foi adotada como base. Entretanto, nota-se que entre 1991 e 2000 houve, quase sempre, uma redução nos diferenciais de rendimento entre as regiões do interior e a RMSP.

Tabela 6.1.- Equações de rendimento para pessoas ocupadas em São Paulo, considerando o rendimento do trabalho principal para toda economia, de acordo com os Censos Demográficos de 1991 e 2000. Modelo 1 – com variáveis binárias para distinguir 18 níveis de escolaridade e Modelo 2 – considerando uma função em forma de poligonal.

Variável explanatória	Modelo 1				Modelo 2			
	1991		2000		1991		2000	
	Coeficiente	Efeito % no rendimento						
Constante	2,7603	-	2,5546	-	2,7335	-	2,5358	-
Sexo feminino	-0,3346	-28,44	-0,3047	-26,27	-0,3339	-28,39	-0,3038	-26,20
Idade/10	0,7089	-	0,6813	-	0,7227	-	0,6906	-
(idade/10) ²	-0,0767	-	-0,0684	-	-0,0780	-	-0,0693	-
Escolaridade (S)	(1)	-	(1)	-	0,0814	8,48	0,0685	7,09
S*= Z(S-10)	-	-	-	-	0,0658	15,86 ⁽²⁾	0,1142	20,05 ⁽²⁾
ln (horas de trab)	0,3632	-	0,3992	-	0,3334	-	0,3989	-
Cor								
Preta	-0,1601	-14,79	-0,1687	-15,52	-0,1620	-14,96	-0,1708	-15,70
Amarela	0,1532	16,56	0,1328	14,20	0,1572	17,02	0,1340	14,84
Parda	-0,1158	-10,93	-0,1461	-13,59	-0,1171	-11,05	-0,1487	-13,77
Indígena	-0,1272	-11,94	-0,1554	-14,39	-0,1315	-12,32	-0,1574	-14,56
Resp. pela família	0,2188	24,46	0,1959	21,64	0,2187	24,45	0,1944	21,47
Domicílio rural	-0,1902	-17,32	-0,1364	-12,75	-0,1897	-17,28	-0,1372	-12,79
Posição na ocupação								
Empregador	0,6198	85,86	0,7974	121,98	0,6227	86,40	0,7982	122,15
Conta própria	0,1057	11,15	0,0895	9,36	0,1063	11,22	0,0882	9,22
Setor								
Indústria	0,2333	26,28	0,2198	24,58	0,2323	26,15	0,2180	24,36
Serviços	0,1542	16,67	0,1954	21,58	0,1533	16,67	0,1944	21,46
Mesorregiões								
1	-0,4241	-34,56	-0,3360	-28,54	-0,4243	-34,58	-0,3366	-28,58
2	-0,2407	-21,39	-0,2274	-20,34	-0,2414	-21,45	-0,2289	-20,46
3	-0,4449	-35,91	-0,3908	-32,35	-0,4471	-36,05	-0,3917	-32,41
4	-0,3428	-29,02	-0,2767	-24,17	-0,3437	-29,09	-0,2779	-24,26
5	-0,2324	-20,74	-0,2470	-21,89	-0,2332	-20,80	-0,2478	-21,95
6	-0,2331	-20,79	-0,1645	-15,17	-0,2330	-20,78	-0,1650	-15,21
7	-0,1744	-16,00	-0,1033	-9,81	-0,1752	-16,07	-0,1041	-9,89
8	-0,5668	-43,27	-0,4381	-35,47	-0,5882	-44,47	-0,4385	-35,50
9	-0,4770	-37,94	-0,3465	-29,28	-0,4782	-38,01	-0,3471	-29,33
10	-0,5165	-40,34	-0,4029	-33,16	-0,5181	-40,43	-0,4043	-33,26
11	-0,5012	-39,42	-0,3720	-31,06	-0,5021	-39,47	-0,3726	-31,11
12	-0,1764	-16,17	-0,1120	-11,27	-0,1773	-16,25	-0,1126	-10,65
13	-0,3553	-29,90	-0,2155	-19,39	-0,3560	-29,95	-0,2160	-19,43
14	-0,4229	-34,49	-0,3290	-28,04	-0,4247	-34,60	-0,3303	-28,13
R ² (Coef. de determinação)	-	0,5216	-	0,5403	-	0,5207	-	0,5392
Teste F	-	32.158	-	40.187	-	48.057	-	60.022

Fonte: Elaboração própria.

Nota: A numeração das mesorregiões está na seção 6.1, item j. A base é a RMSP.

⁽¹⁾ Os coeficientes para as 17 binárias são apresentados na Tabela 6.2.

⁽²⁾ Esse é o crescimento percentual do rendimento associado a 1 ano adicional de escolaridade, depois que esta ultrapassa os 10 anos, obtido calculando: $[\exp(0,0814+0,0658) - 1]100$ no Censo Demográfico de 1991 e $[\exp(0,0685+0,1142) - 1]100$ no Censo Demográfico de 2000.

O último comentário a ser feito sobre os resultados apresentados na Tabela 6.1 é a respeito da variável escolaridade. Devido ao grau de importância dessa variável na explicação dos rendimentos é conveniente discuti-la mais detalhadamente.

No modelo 1 o efeito da educação é captado por meio de variáveis binárias, que permitem estimar os retornos específicos a cada nível educacional, sendo possível identificar os ganhos de rendimento associados à obtenção de um diploma. A Tabela 6.2 mostra os coeficientes estimados para cada ano de escolaridade, utilizando 17 variáveis binárias para distinguir 18 níveis de estudo, em que as pessoas analfabetas ou com menos de 1 ano de estudo são tomadas como base. Nota-se que os coeficientes para os anos de estudo que correspondem à conclusão do ensino fundamental (8 anos de estudo), ensino médio (11 ou 12 anos de estudo) e graduação (15 anos ou mais de estudo) aumentam mais rapidamente do que nos anos seqüenciais de estudo.

Tabela 6.2.- Coeficientes para as 17 binárias da escolaridade do Modelo 1.

Anos de estudo	Censo de 1991		Censo de 2000	
	Coeficiente	Efeito % no rendimento	Coeficiente	Efeito % no rendimento
1	0,1242	13,22	0,0974	10,23
2	0,1500	16,18	0,1204	12,79
3	0,2238	25,08	0,2026	22,46
4	0,3487	41,72	0,2818	32,55
5	0,3985	48,96	0,3374	40,13
6	0,4566	57,87	0,3902	47,73
7	0,5174	67,77	0,4279	53,40
8	0,6547	92,46	0,5451	72,48
9	0,6784	97,07	0,5475	72,89
10	0,7721	116,43	0,6366	89,00
11	0,9969	170,99	0,8809	141,31
12	1,1621	219,66	1,2011	232,38
13	1,2306	242,33	1,2673	255,13
14	1,3354	280,15	1,3939	303,05
15	1,5307	362,14	1,5945	392,54
16	1,7537	377,59	1,7685	486,21
17 ou mais	1,9871	629,43	2,0865	705,67

Fonte: Elaboração própria.

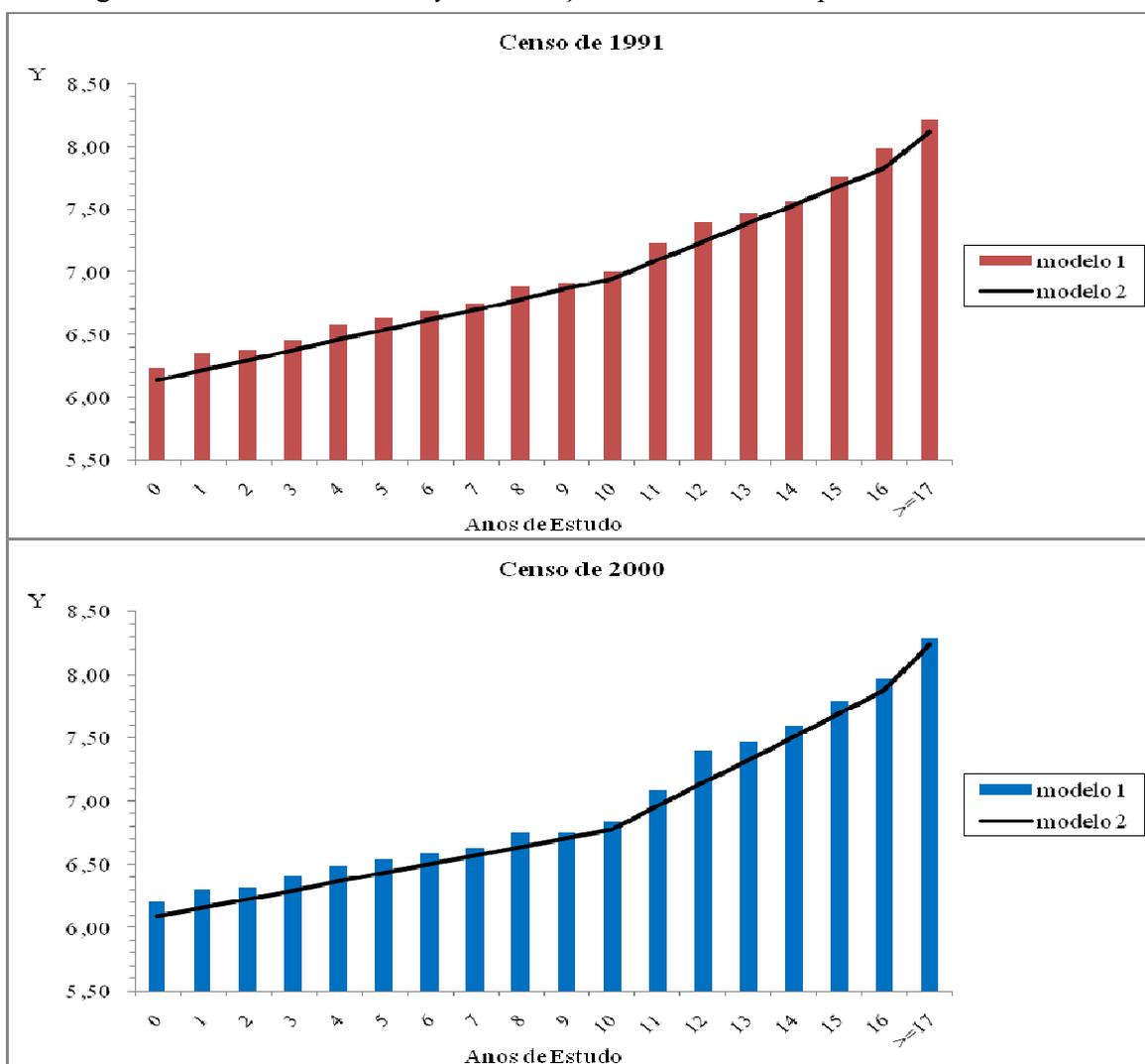
A Figura 6.1 mostra como o valor de y estimado por meio dos modelos 1 e 2 varia em função da escolaridade para uma pessoa com idade média, valor médio do logaritmo do número de horas de trabalho por semana, e pertencente à categoria base de todos os conjuntos de variáveis binárias. Tanto no Censo de 1991 quanto no Censo de 2000, nota-se que até os 10 anos de escolaridade a taxa de retorno para cada ano adicional de estudo é inferior à dos níveis de escolaridade posteriores, quando a declividade da função da educação se torna bem maior. Em

outras palavras, os coeficientes da escolaridade, no modelo 2, mostram que o efeito da educação no logaritmo da renda se torna muito mais intenso nos níveis mais elevados de escolaridade. Em 1991, até 10 anos de estudo a taxa de retorno para cada ano adicional de educação formal é de 8,5% e para as pessoas que ultrapassam 10 anos de escolaridade essa taxa de retorno sobe para 15,9%. Em 2000, há uma redução na taxa de retorno das pessoas que completam até 10 anos de escolaridade (7,1%) e a partir dos 10 anos de estudo a mesma taxa sobe para cerca de 20%. Tais resultados permitem inferir que entre 1991 e 2000 houve um aumento na taxa de remuneração dos trabalhadores mais qualificados e, por outro lado, a taxa de remuneração dos trabalhadores menos qualificados caiu.

Giovannetti (2006), investigando a dinâmica da demanda relativa por qualificação na indústria brasileira no período 1990-2002, afirma que os choques tecnológicos das últimas décadas contribuíram para o aumento da desigualdade salarial na indústria em favor dos trabalhadores qualificados. O autor utiliza como *proxies* para progresso técnico medidas relacionadas diretamente à abertura econômica, como tarifas, e medidas de tecnologia ao nível das firmas, como participação de bens intermediários importados, investimento em P&D, registro de patentes e características de inovação das firmas. Como *proxy* para qualificação do trabalhador são utilizadas as variáveis educação e ocupação. Segundo Giovannetti (2006, p.71),

...maior participação de insumos importados na firma, maiores investimentos em P&D, o fato de a firma direcionar ao menos parte de sua produção para o mercado externo e o fato de a firma inovar em seu processo produtivo ou em seu produto, são todos eventos que deslocam a demanda relativa por qualificação para cima.

Figura 6.1- A estimativa de “y” em função da escolaridade para os modelos 1 e 2.



Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 6.3 registra a contribuição marginal de cada fator para a soma de quadrados da regressão, isto é, o aumento ocorrido na parte explicada das variações do logaritmo do rendimento das pessoas ocupadas por meio da introdução da respectiva variável, depois que todas as demais variáveis estejam incluídas no modelo.

Nos dois modelos, a educação se destaca como o fator que explica, individualmente, a maior parcela das disparidades de renda do trabalho, com efeito substancialmente maior que todos os outros fatores. Muitos estudos argumentam que o efeito da variável educação está superestimado nos modelos, pois os dados disponíveis para o estudo da distribuição de renda não

incluem a propriedade de capital, que certamente é uma variável explanatória importante. A variável posição na ocupação foi incluída nas equações como *proxy* de capital físico. Trata-se, entretanto, em geral, de uma *proxy* muito ruim para representar as diferenças na posse de capital.

Em segundo lugar, como fator explicativo para a desigualdade, aparece a variável idade, que foi incluída nas regressões com o intuito de captar os ganhos de produtividade e renda associados à experiência adquirida no próprio trabalho, aos treinamentos realizados nas empresas e à realização de cursos fora do ensino formal.

A localização regional fica em terceiro lugar em ordem decrescente de contribuição marginal para a soma de quadrados da regressão, por causa dos contrastes de desenvolvimento entre regiões.

Tabela 6.3- Contribuição marginal de cada fator (variável ou conjunto de categorias) para a soma de quadrados de regressão, com os modelos 1 e 2, em porcentagem.

Fator	Censo de 1991		Censo de 2000	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
Sexo	3,74	3,78	3,33	3,32
Idade/10 e seu quadrado	6,90	7,73	7,69	8,22
Escolaridade	34,38	34,50	40,68	40,56
Horas de trabalho	1,51	1,53	2,97	2,98
Cor	0,69	0,71	0,96	0,99
Responsável pela família	1,39	1,40	1,29	1,27
Domicílio rural	0,34	0,34	0,19	0,19
Setor	0,66	0,67	0,40	0,39
Posição na ocupação	3,49	3,54	4,39	4,41
Mesorregião	6,00	6,09	3,64	3,67

Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÕES

Para não repetir as conclusões específicas a que chegamos durante o desenvolvimento do trabalho, limitamo-nos a apontar os resultados mais relevantes.

Na década de 1990, o Brasil vivenciou importantes transformações econômicas, sociais, demográficas e tecnológicas, entre as quais: a abertura comercial, privatizações, reforma do papel do Estado, avanços tecnológicos e estabilidade de preços. Essas transições afetaram todos estados do Brasil, entre eles o Estado de São Paulo.

No caso da economia paulista, é importante somar a essas transformações o processo de desconcentração produtiva e interiorização do desenvolvimento. A partir desse contexto, o trabalho enfocou a evolução da desigualdade de renda paulista desde o início dos anos 1990 até 2007.

Primeiro realizamos um estudo da desigualdade de renda, utilizando como fonte de dados os Censos Demográficos de 1991 e 2000, uma vez que eles permitem uma maior desagregação territorial, contribuindo para uma análise mais detalhada das mudanças que ocorreram nas regiões do Estado de São Paulo.

As estimativas do Censo mostram que a renda média não teve um crescimento substancial no período. Entre 1991 e 2000, em São Paulo, o rendimento domiciliar per capita cresceu 16,4%, o rendimento dos ocupados 10,8% e o rendimento dos ocupados na indústria de transformação 8,1%. Entretanto, nota-se que as mesorregiões do interior nas três distribuições apresentaram crescimento de renda média superior à RMSP, contribuindo para a redução das disparidades de renda entre as regiões, conforme revelam a decomposição dos índices T e L de Theil.

Essa queda da desigualdade inter-regional paulista é, em grande parte, decorrente da desconcentração espacial da produção da RMSP para o interior do Estado. Apesar de a desigualdade entre regiões diminuir no período, a desigualdade total paulista aumentou nas três distribuições analisadas. Esse aumento da desigualdade de renda estadual é devido ao aumento

da desigualdade dentro das regiões. Além disso, é importante ressaltar que não foram todas as regiões que tiveram crescimento na desigualdade de renda, pois, de acordo o índice de Gini:

- a) Na distribuição domiciliar per capita na região de Marília não houve aumento de desigualdade.
- b) Na distribuição do rendimento dos ocupados houve redução da desigualdade nas mesorregiões de Marília, Vale do Paraíba, Presidente Prudente, Itapetinga e Litoral Sul.
- c) Na distribuição do rendimento dos ocupados na indústria de transformação apenas Vale do Paraíba e Litoral Sul tiveram queda da desigualdade.

Entre as 15 mesorregiões, a desigualdade de renda no período cresceu principalmente na RMSP. Essa região, em 2000, concentrava aproximadamente 51% da população estadual e era responsável por cerca de 60% da renda total. Assim, dada sua grande importância relativa para o Estado, pode-se afirmar que ela é uma das principais responsáveis pelo aumento da desigualdade estadual.

Por meio da decomposição do índice de Gini conforme parcelas da renda, mostramos que, de acordo com pesquisa domiciliar utilizada, o rendimento do trabalho do setor terciário é o principal determinante da desigualdade de renda dentro das regiões. Cabe ressaltar que o conceito de rendimento do trabalho empregado pelo IBGE na pesquisa inclui o ganho da pessoa que explorava um empreendimento como conta própria ou empregadora.

O setor terciário, entre 1991 e 2000, aumentou sua participação no emprego e na renda do Estado em todas as regiões, mostrando, conforme destaca Negri (1996), que a interiorização do desenvolvimento em São Paulo não é apenas o resultado do avanço das instalações de estabelecimentos industriais pelas diversas regiões do interior. É também resultado das modificações da própria indústria e de modernização da agropecuária. E na nossa visão, com base nos resultados, também devemos incluir o setor terciário como indutor de desenvolvimento no processo de interiorização.

Usando dados da PNAD para mostrar resultados mais atualizados sobre a desigualdade paulista, durante o período de 1990 a 2007, é constatada uma tendência de queda da desigualdade de renda que segue a mesma tendência observada para o Brasil. Na análise das regiões

(metropolitana e não metropolitana) percebe-se que, apenas a região não metropolitana paulista apresenta uma clara tendência decrescente na desigualdade de renda no período.

Os dados também mostram que, entre 1990 e 2007, o interior aumentou sua participação na população ocupada, especialmente entre os empregados na indústria, e o mesmo aumento se repete em relação à renda. Além disso, pela decomposição dos índices T e L de Theil, nota-se que no período 1990-2007 houve redução da desigualdade entre regiões, confirmando um resultado já obtido com os dados dos Censos Demográficos.

O outro objetivo do trabalho é estimar os efeitos dos fatores determinantes do rendimento dos ocupados, verificando-se que:

- a) Em 1991, os ocupados com até 10 anos de estudo tinham uma taxa de retorno para cada ano adicional de educação formal de 8,5% e para as pessoas que ultrapassaram 10 anos de escolaridade essa taxa de retorno subia para 15,9%.
- b) Em 2000, há uma redução na taxa de retorno entre os ocupados que completaram até 10 anos de escolaridade (7,1%) e a partir dos 10 anos de estudo a mesma taxa aumentava para cerca de 20%.

Cabe reconhecer que o presente trabalho não ressaltou devidamente alguns aspectos devido às limitações das fontes de dados utilizados, que captam muito mal os rendimentos do capital. Mas o conjunto de resultados indica que há muitas decisões de política econômica que podem contribuir para reduzir ou aumentar a desigualdade da distribuição de renda. Não há dúvida que uma redução mais substancial da desigualdade só será obtida por meio de uma combinação de diversas políticas econômicas. A rigor, todas as decisões dos poderes públicos têm algum efeito sobre a desigualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMITRANO, C. R. **Desigualdade Salarial nos ano 90: uma avaliação sobre a indústria de transformação**. 2002. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ARIAS, O. S.; SAAVEDRA, J. Reducción de la pobreza y la desigualdad en América Latina y El Caribe: promesas y retos para las políticas públicas. In: MACHINEA, J. L.; SERRA, N. (Edt). **Visiones de desarrollo en América Latina**. Santiago do Chile: CEPAL: Fundación CIDOB, 2007. p. 117-229.

ATKINSON, A. B; BOURGUIGNON, F. Income distribution and economics. In: _____ **Handbook of income distribution**. North Holland: ELSEVIER, 2000. v.1, introduction, p. 5-58.

BARROS, R.P. de B.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 21-47.

BONELLI, R.; SEDLACEK, G. L. A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (Orgs). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 47- 81.

BRAGA, R.; PATEIS, C. Criação de municípios: uma análise da legislação vigente no Estado de São Paulo, **Revista de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, n. 17, p. 7-14, jan/ jun. 2003.

BRANDÃO, C. A; MACEDO, F. C de. Demografia e Urbanização. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A.; MACIEL, C.S.; MACEDO, F. C de. (Orgs). **Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas: Alínea Editora, 2007. p. 23-110.

CAIADO, A. S. C. Reestruturação produtiva e localização industrial: a dinâmica industrial na RMSP entre 1985 e 2000. In: **XXXII Encontro Nacional de Economia**, 2004, João Pessoa.

Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia, João Pessoa, 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A114.pdf>>. Acesso em: fev. 2008.

CANABRAVA, A. P. **A História econômica: estudos e pesquisas**. São Paulo: Hucitec: UNESP: ABHE, 2005. 315 p.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

CANO, W. **Introdução à Economia: uma abordagem crítica**. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 264 p.

Cano, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4 ed. São Paulo: UNICAMP, 1998. 322 p.

CANO, W.; BRANDÃO, C. A.; MACIEL, C. S.; MACEDO, F. C de. A indústria de transformação 1989-2003. In: _____ (Orgs). **Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas: Alínea Editora, 2007. p. 23-110.

CAVANI, C. S. **A desconcentração industrial no Estado de São Paulo das décadas de 1970-1980: descrição, posições interpretativas e abordagem exploratória sobre o envolvimento da área de Itapeva**, 2006. 128f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.

CHAHAD, Z. P. Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.17, p. 205-217. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a21v1734.pdf>>. Acesso em: jun. 2008.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Panorama Social de América Latina**. Santiago, Chile: CEPAL, 2007. Disponível em: <<http://www.eclac.cl>>. Acesso em: fev. 2008.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Texto para discussão nº 897.

CRESPO, A.; REIS, M. C. **O efeito-diploma no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006. Nota Técnica.

DEDECÇA, C. S. A redução da desigualdade no Brasil; uma estratégia complexa. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2006. p.299-330.

DEDECÇA, C. S. ; ROSANDISKI, E. . Sensos e Dissensos: as Inovações Metodológicas do Censo Demográfico 2000. **Revista da ABET**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 30-60. 2003.

DIAS, J.; MCDERMOTT, J. Aggregate threshold effects and the importance of human capital in economic development. In: **Encontro Brasileiro de Econometria**, 25. Porto Seguro, 2003, Anais... Rio de Janeiro: SBE, 2003. v.1, p 550- 569.

DINIZ, C. C. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. In: CASTRO, A. C. (Org.). **Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. p. 225-310

FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O.; YOUNG, C. E. F.; LIMA, F. C. G. de C.; GALVÃO, O. J. de A. **Contabilidade Social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 413.

FERREIRA, C. R. **Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição da renda no Brasil**. 2003. 135f. Tese (Doutorado) – Escola Superior de “Agricultura Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

FUNDAÇÃO DE SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Atlas SEADE economia paulista**. São Paulo: SEADE. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/atlasecon>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

FUNDAÇÃO DE SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Anuário estatístico do Estado de São Paulo 2003**. São Paulo: SEADE, 2003.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **American Economic Review**, v. 62, n. 2, p. 391-402, maio. 1972.

GIOVANNETTI, B. C. **Abertura, Tecnologia e Desigualdade Salarial na Indústria Brasileira: A dinâmica da demanda por qualificação**. 2006, 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas). Universidade de São Paulo – USP , São Paulo, 2006.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M.; ANGELO, J. A.; COELHO, P. J. Agropecuária paulista: transformações do período de 1969-1971 a 2002-2004. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A.; MACIEL, C. S.; MACEDO, F. C de. (Orgs.). **Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas: Alínea Editora, 2007. p. 111 - 191.

GRANDA, R. M. **O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 à convergência no anos 90**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

HOFFMANN, R. Brasil, 2004: menos pobres e menos ricos. **Parcerias Estratégicas**, v.22, p. 77-88, jun. 2006 a.

HOFFMANN, R. A contribuição das aposentadorias e do rendimento agrícola para a desigualdade do rendimento domiciliar per capita no Brasil. In: BENECKE, D.W.; NASCIMENTO, R. (Orgs.). **Política social preventiva: desafio para o Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2003. p.79-199.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: EDUSP, 1998. 275p.

HOFFMANN, R. A distribuição da renda no Brasil no período 1992 – 2001. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 2(19), p. 213-235, jul/dez. 2002.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 81-107.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Revista Econômica**, v.8, n.1, p. 55- 81, jun. 2006 b.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição de renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 14, nº 2, p. 46-66. 1972.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. **Economia e Sociedade**, v.13, n. 2(23), jul./dez.2004.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**, v.10, n.1, jun. 2008.

HOFFMANN, R.; SILVEIRA, F. G.; PAYERAS, J. A. P. **Progressividade e sacrifício equitativo na tributação: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Texto para discussão Nº 1188.

HOFFMANN, R.; SIMÃO, R. C. S. Determinantes do rendimento das pessoas ocupadas em Minas Gerais em 2000: o limiar no efeito da escolaridade e as diferenças entre mesorregiões. **Nova Economia**, v.15, p. 35-62, mai/ago. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 1991: documentação dos microdados da amostra**. (compact disc). Rio de Janeiro, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra do censo** (compact disc). Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **CNAE– subclasses: indústria de transformação**. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br>>. Acesso em: nov. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **IBGE divulga estudo sobre trabalhadores conta própria**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília, 2006. Nota técnica.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Índice de Gini da renda familiar per capita no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: set. 2008.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006. 141p.

KAGEYAMA, A. **Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000**. Campinas: IE:UNICAMP, 2003. Texto para discussão nº 112.

KON, A. Distribuição ocupacional dos trabalhadores por conta própria no Brasil. In: **General Population Conference – IUSSP, 2001**, Salvador: ABET, 2001. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT_Pop_Trab_Anita_Kon_Text.PDF>. Acesso em: out. 2008.

LANGONI, C.G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973. 312p.

LAVINAS, L. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais feminino**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Texto para Discussão N° 826.

MAIA, A. G. **Espacialização de classes no Brasil: uma nova dimensão para análise da estrutura social**. 2006. 363 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2006.

MARCONDES PINTO, J. **Crescimento econômico e desigualdade de renda no Estado de São Paulo: uma análise das disparidades regionais**, 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

MATOS, E. N.; SIQUEIRA, H.; BRANDÃO, C. A.; GOMES, D. G.; SILVA, R. A. O setor terciário. In: W.; BRANDÃO, C. A.; MACIEL, C. S.; MACEDO, F. C de. (Orgs.). **Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas: Alínea Editora, 2007. p. 111 - 191.

MATTEO, M. **Além da Metrópole terciária**, 2007. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2007.

MENEZES-FILHO. **A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho**. São Paulo: Instituto Futuro Brasil. p.1-41, 2001. Disponível em: <<http://www.ifb.org.br>>. Acesso em: jun.2008.

MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. A evolução da distribuição de salários no Brasil: fatos estilizados para décadas de 80 e 90. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.231-250.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Número de famílias cadastradas por estado e por município**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: jan. 2009.

NASCIMENTO, S. P. do. **Guerra fiscal: uma avaliação com base no PIB, nas receitas de ICMS e na geração de empregos, comparando Estados participantes e não participantes.** 2008. 162 f. Tese (Doutorado) – Escola Superior de “Agricultura Luiz de Queiroz” Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990).** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 242 p.

NEY, G. M. **Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro.** 2006. 106 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2006.

NEY, M. G. ; HOFFMANN, R. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. **Economia**, Niterói, v.4, n. 1, jan./jun. 2003.

PEREIRA, J. C. **Estrutura e expansão da indústria em São Paulo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1967.

POCHMANN, M.; CAMPOS, A.; BARBOSA, A.; AMORIM, R.; SILVA, R. **Atlas da exclusão social – os ricos no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2004. v.3.

RAMOS, L.; REIS, J. G. A. **Emprego no Brasil nos anos 90.** Rio de Janeiro: IPEA. 1997. Texto para discussão N° 468.

REZENDE, M.; WYLLIE, R. **Retorno para educação no Brasil – evidências empíricas adicionais.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Texto para discussão N° 3.

ROCHA, S. **A investigação do rendimento na PNAD: comentários e sugestões à pesquisa nos anos 2000.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Texto para discussão N° 899.

ROSANDISKI, E. N. Panorama das mudanças do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In: **XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**, 2000, Caxambu. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000.

SABÓIA, J. Emprego Industrial no Brasil – Situação atual e perspectivas. **Revista de Economia Contemporânea**, v.5. 2001. Edição Especial.

SABÓIA, J. O terciário: um setor em crescimento no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v.6(3), p. 25-26. jun/set. 1992. Disponível em: <<http://www.seade.sp.gov>>. Acesso em: set. 2008.

SAES, F.; NOZOE, N. A indústria paulista da crise de 1929 ao plano de metas. In: **XXXIV Encontro NACIONAL DE ECONOMIA**. Salvador, BA, Anais. São Paulo: ANPEC, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A005.pdf>>. Acesso em: mar. 2008.

SALM, C. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica. In: BARROS, R. P de.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007. v.1, p. 279-297.

SINGER, P. Desenvolvimento e repartição da renda do Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975. p. 75-123.

SOARES, S. S. D. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. **Revista Econômica**, v.8, n.1, p. 83- 115, jun. 2006.

WORLD BANK. **World Development Indicators**, Disponível em: <http://devdata.worldbank.org/wdi2006/contents/Table2_8.htm>. Acesso em: dez. 2006.

WORLD BANK. **World Development Indicators Database**. Disponível em: < http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP_PPP.pdf>. Acesso em: set 2007.

ANEXOS

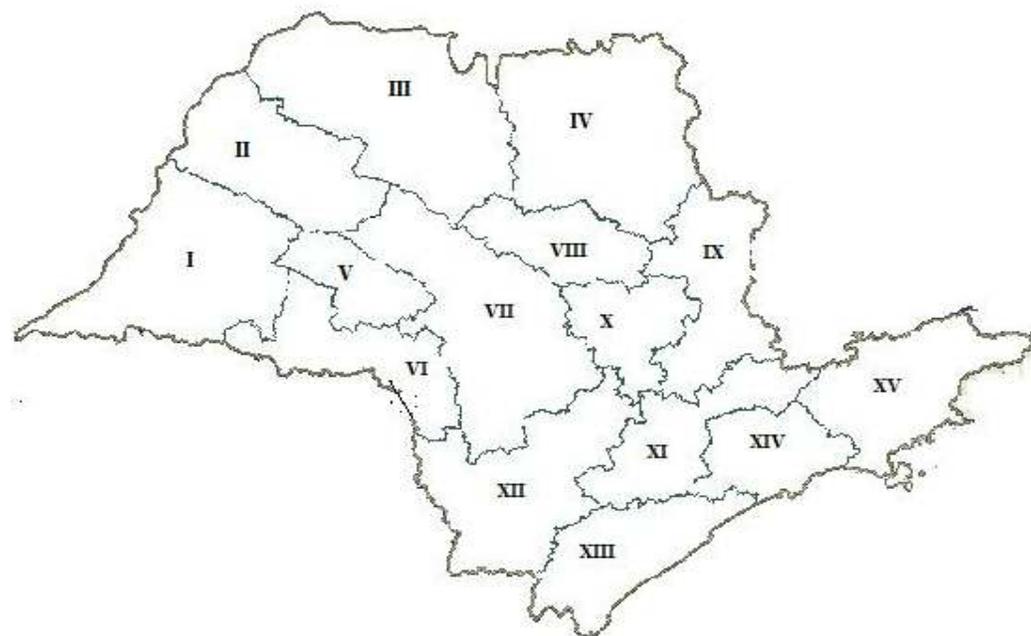
Anexo A. Características geográficas e demográficas de São Paulo

A.1 Aspectos geográficos

O Estado de São Paulo ocupa uma área territorial de 248.600 km², que representa 2,9% da área total do país, ocupando a 12^a posição em extensão territorial entre as 27 Unidades da Federação (SEADE, 2003).

De acordo com a divisão geográfica do Brasil adotada pelo IBGE, os 645 municípios do Estado estão distribuídos em 63 microrregiões que, por sua vez, estão agrupadas em 15 mesorregiões. A Figura 1.4 mostra o mapa do Estado com a divisão nas 15 mesorregiões que são analisadas ao longo deste trabalho.

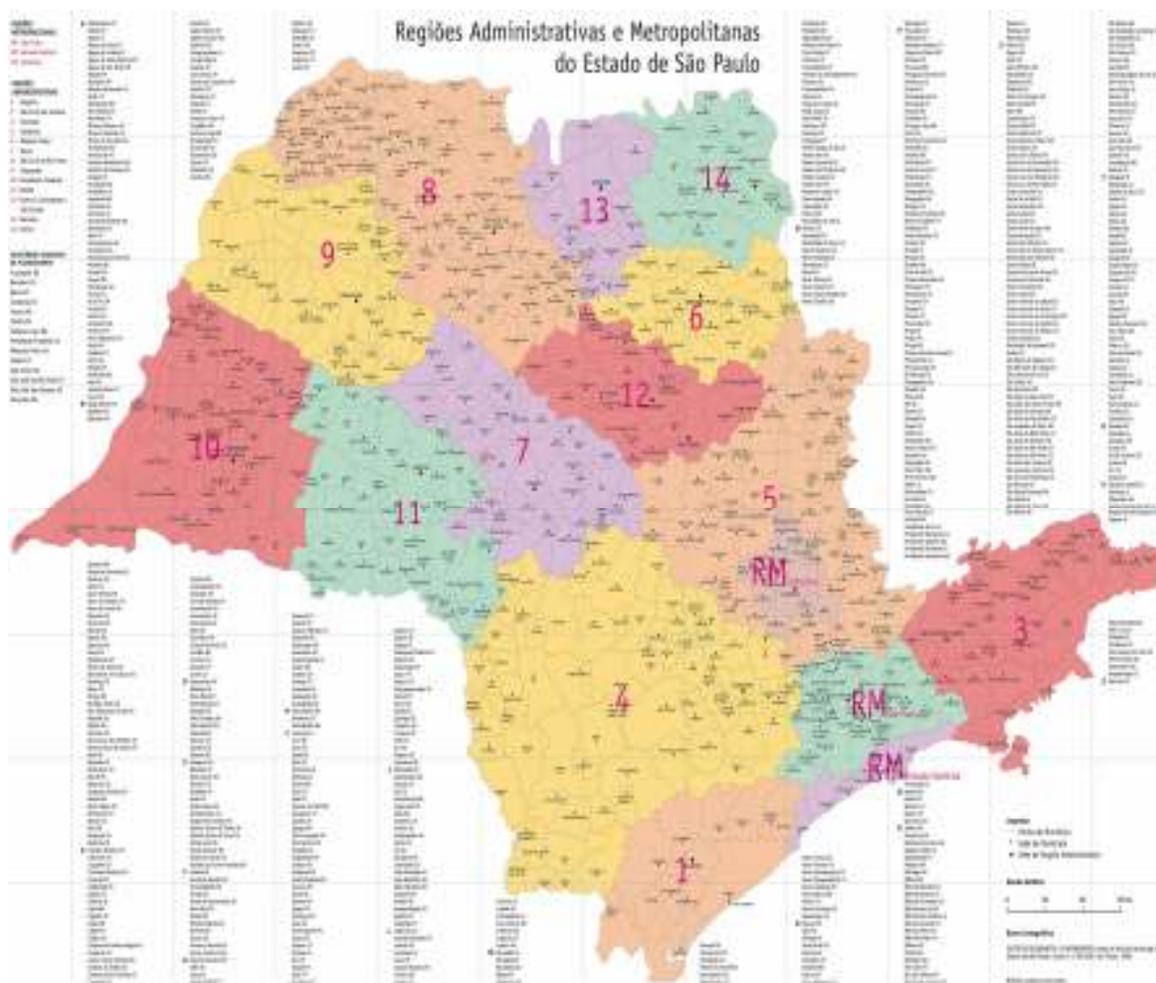
Figura A.1.- As mesorregiões geográficas do Estado de São Paulo.



Nota: I – Presidente Prudente, II – Araçatuba, III – São José do Rio Preto, IV – Ribeirão Preto, V- Marília, VI – Assis, VII – Bauru, VIII- Araraquara, IX – Campinas, X- Piracicaba, XI- Macro Metropolitana Paulista (MAMEPA), XII – Itapetininga, XIII – Litoral Sul Paulista, XIV – Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), XV- Vale do Paraíba.

Além da classificação regional em mesorregiões fornecida pelo IBGE, o poder executivo estadual adota outra divisão regional, criada com o objetivo de (entre outros) servir de base para a localização dos diversos órgãos da administração pública estadual. A Figura A.2 mostra o mapa das 15 regiões administrativas do Estado.

Figura A.2.- Regiões Administrativas de São Paulo.



Nota: 1 – Registro, 2- RM Baixada Santista 3- São Jose dos Campos, 4- Sorocaba, 5- Campinas, 6- Ribeirão Preto, 7 – Bauru, 8- São Jose dos Campos, 9 - Araçatuba, 10 – Presidente Prudente, 11 – Marília, 12- Central, 13- Barretos, 14- Franca, 15 - RM São Paulo,

Conforme já mencionado, a principal fonte de dados é o Censo Demográfico, que segue a classificação regional em mesorregiões. No entanto, algumas informações estatísticas que estão disponibilizadas para regiões administrativas são utilizadas na pesquisa. Dessa forma, elaboramos

o quadro 1.1, que associa cada mesorregião às regiões administrativas de acordo com as semelhanças territoriais entre elas.

Quadro A.1.- Mesorregiões e Regiões Administrativas.

Mesorregiões	Regiões administrativas
1) São José do Rio Preto	1) São Jose do Rio Preto
2) Ribeirão Preto	2) Ribeirão Preto, 3) Franca e 4) Barretos
1) Araçatuba	5) Araçatuba
2) Bauru	6) Bauru
3) Campinas e 6) Piracicaba	7) Campinas
7) Presidente Prudente	8) Presidente Prudente
8) Marília e 9) Assis	9) Marília
10) MAMEPA ¹ e 11) Itapetininga	10) Sorocaba
12) Vale do Paraíba Paulista	11) São José dos Campos
13) Araraquara	12) Central
14) Litoral Sul Paulista	13) Registro
15) RMSP ²	14) RMSP e 15) Santos

Fonte: Elaboração da autora

A Constituição de 1988 promoveu a descentralização do Estado brasileiro. Uma das modificações se refere ao processo de criação de municípios, deixando aos Estados federados o estabelecimento de normas para a sua criação, diferentemente do que ocorria anteriormente, quando a União ditava as regras, que eram bastante restritivas para a criação de novos municípios. No Estado de São Paulo a criação dessas unidades territoriais é regida pela lei complementar 651 de 31 de julho de 1990 (BRAGA; PATEIS, 2003).

Desse modo, o país assistiu uma verdadeira explosão de municípios na década de 1990. Enquanto em 1987 o Brasil abrigava 4.263 municípios, no ano 2000, já eram 5.506. A Tabela A.1 apresenta o número de municípios presentes em cada mesorregião, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 1991 e 2000. No Estado paulista, especificamente, o total de municípios saltou de 572 para 645. Entretanto, conforme se observa na Tabela não houve modificações na quantidade de mesorregiões existentes.

Tabela A.1. - Número de municípios nas mesorregiões paulistas.

Mesorregiões	1991		2000	
	N ^o	%	N ^o	%
São José do Rio Preto	91	15,91	109	16,90
Ribeirão Preto	63	11,01	66	10,23
Araçatuba	31	5,42	36	5,58
Bauru	52	9,09	56	8,68
Araraquara	18	3,15	21	3,26
Piracicaba	24	4,29	26	4,03
Campinas	45	7,87	49	7,60
Presidente Prudente	49	8,57	54	8,37
Marília	18	3,15	20	3,10
Assis	30	5,24	35	5,43
Itapetininga	25	4,37	36	5,58
MAMEPA ⁽¹⁾	32	5,59	36	5,58
V. do Paraíba Paulista	36	6,29	39	6,05
Litoral Sul Paulista	15	2,62	17	2,64
RMSP ⁽²⁾	43	7,52	45	6,98
Total	572	100,00	645	100,00

Fonte: Censo Demográfico.

A.2 Aspectos Demográficos

No último Censo Demográfico, a população paulista era de 37 milhões de habitantes, sendo o Estado mais populoso do país, correspondendo a aproximadamente 20% da população brasileira. A Tabela 1.3 informa a distribuição da população nas mesorregiões paulistas. De acordo com o Censo, a maior parcela da população paulista reside em áreas urbanas (93,4%). Nota-se na tabela uma concentração populacional na RMSP, explicada pela importância econômica e produtiva da região.

Litoral Sul Paulista, Araraquara, Piracicaba, Campinas, MAMEPA e Vale do Paraíba foram às regiões que aumentaram a participação de sua população no total.

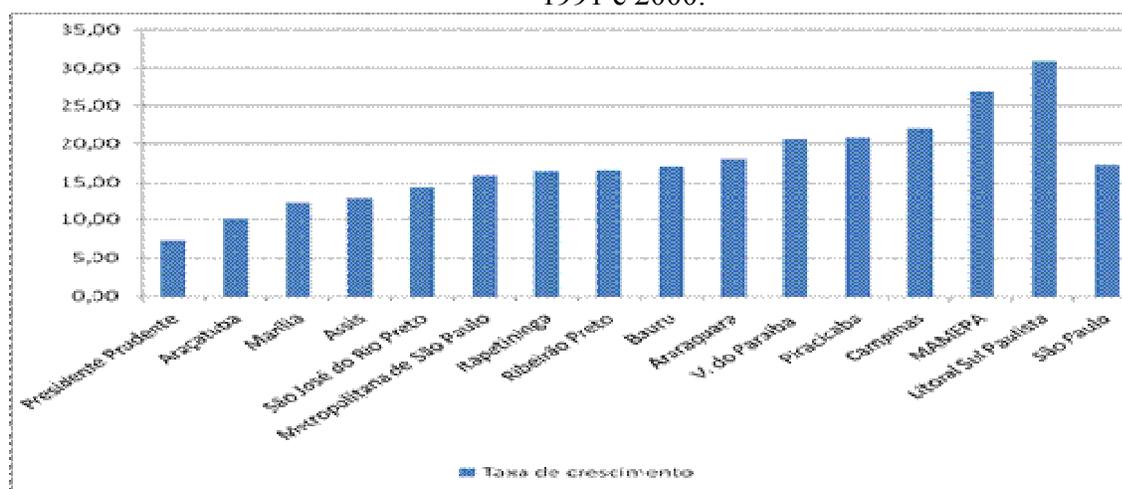
Tabela A.2.- População das mesorregiões paulistas, 1991 e 2000.

Mesorregiões	População – 1991			População – 2000		
	Número	%	Grau de urbanização	Número	%	Grau de urbanização
S. J. do Rio Preto	1.242.883	3,93	83,66	1.421.152	3,84	88,86
Ribeirão Preto	1.806.475	5,72	91,04	2.104.682	5,68	94,58
Araçatuba	577.610	1,83	87,51	635.539	1,72	91,34
Bauru	1.118.828	3,54	87,40	1.309.726	3,54	92,07
Araraquara	609.306	1,93	89,05	719.326	1,94	92,59
Piracicaba	1.008.882	3,19	89,60	1.218.951	3,29	93,76
Campinas	2.680.848	8,49	90,60	3.271.634	8,83	93,70
P. Prudente	749.942	2,37	81,41	803.871	2,17	85,05
Marília	372.752	1,18	84,28	418.121	1,13	90,14
Assis	459.112	1,45	81,60	517.504	1,40	88,03
Itapetininga	642.999	2,04	70,87	748.748	2,02	77,21
MAMEPA	1.775.990	5,62	86,62	2.251.083	6,08	87,07
V. do Paraíba	1.651.594	5,23	91,63	1.992.110	5,38	92,91
Litoral Sul Paulista	324.286	1,03	71,96	424.736	1,15	78,23
RMSP	16.567.317	52,45	97,96	19.198.273	51,84	96,02
São Paulo	31.588.825	100	92,80	37.035.456	100	93,39

Fonte: elaboração da autora

Entre 1991 e 2000 a população do Estado de São Paulo cresceu 17,2% (Figura A.3). As mesorregiões com maiores crescimentos relativos da população no período são: Litoral Sul Paulista (31%) e MAMEPA (27%). Já, a menor taxa de crescimento populacional fica com Presidente Prudente (7%).

Figura A.3.- Crescimento percentual da população nas mesorregiões paulistas e no Estado, 1991 e 2000.



Fonte: Elaboração da autora.

Segundo Brandão e Macedo (2007), seguindo as tendências verificadas para o Brasil, observam-se modificações importantes no padrão demográfico de São Paulo, como o envelhecimento da população, a queda nas taxas de fecundidade, o aumento na esperança de vida, a redução nos ritmos de crescimento populacional e de urbanização e o aumento das migrações de retorno.

Anexo B. Apêndice Estatístico: dados dos Censos Demográficos

Tabela B. 1.- Características das pessoas que possuem rendimento superior a Cr\$ 9.000.000, valores nominais Censo Demográfico de 1991.

Continua

Rendimento do trabalho principal						
Nº	Rendimento trabalho principal	Sexo	Idade	Escolaridade	Posição na ocupação	Cargo
1	9.000.007	M	44	4	Empregador	Comerciante
2	9.000.008	M	19	3	Empregado setor privado	Mal definido
3	9.000.008	M	58	0	Parceiro ou meeiro	Produtor agropecuário autônomo
4	9.000.008	M	29	3	Trabalhador agrícola	Outros trabalhadores na agropecuária
5	9.000.008	F	27	3	Empregado do setor privado	Outros trabalhadores na agropecuária
6	9.000.008	M	31	7	Empregado do setor privado	Supervisor segurança do trabalho
7	9.000.008	M	60	1	Conta própria	Produtor agropecuário autônomo
8	9.000.008	F	37	4	Empregador	Comerciante
9	9.000.008	F	17	9	Empregado do setor privado	Gerente no comercio de mercadorias
10	9.000.008	F	27	11	Empregado setor público	Professor de ensino não especificado
11	9.000.008	M	46	4	Empregador	Comerciante
12	9.000.008	M	17	7	Empregado do setor privado	Carpinteiro
13	9.000.008	M	23	5	Autônomo ou conta própria	Comerciante por conta própria
14	9.000.008	M	40	11	Empregado setor público	Reparador de equipamentos elétricos
15	9.000.008	F	36	15	Empregado setor público	Pagadores e caixa
16	9.000.008	M	50	4	Empregador	Outro proprietário
17	9.000.008	M	24	9	Empregador	Outro proprietário
18	9.000.008	F	36	11	Autônomo ou conta própria	Pedreiro
19	9.200.000	M	47	4	Autônomo ou conta própria	Comerciante por conta própria
20	9.500.000	M	51	17	Empregador	Comerciante
21	9.600.000	M	41	15	Empregador	Criadores de pequenos animais
22	9.800.000	M	52	11	Empregador	Empresário da indústria de transformação
23	9.847.898	M	34	17	Servidor público	Médico
24	9.888.888	M	66	4	Trabalhador doméstico	Empregado doméstico não especializado
25	9.888.888	M	24	0	Empregado do setor privado	Técnico em química
26	9.900.000	M	43	17	Empregador	Comerciante
27	9.900.000	M	36	15	Empregador	Comerciante

Tabela B.1.- Características das pessoas que possuem rendimento superior a Cr\$ 9.000.000, valores nominais Censo Demográfico de 1991.

Continua

Nº	Rendimento trabalho principal	Sexo	Idade	Escolaridade	Posição na ocupação	Cargo
28	9.900.000	M	41	4	Parceiro ou meeiro	Produtores agropecuários autônomos
29	9.909.998	M	16	4	Empregado do setor privado	Marceneiros
30	9.995.998	M	45	4	Empregado do setor privado	Ferramenteiros
31	9.999.000	M	50	16	Empregador	Agricultores
32	9.999.918	M	43	8	Empregado do setor privado	Mecânico de veículos automotores.
33	9.999.987	M	49	1	Empregado do setor privado	Soldador
34	9.999.987	M	54	0	Empregado do setor privado	Armadores de concreto
35	9.999.987	F	29	5	Empregado do setor privado	Vendedor
36	9.999.987	F	35	15	Empregado do setor privado	Gerente na indústria de transformação
37	9.999.987	F	22	11	Servidor público	Professor de ensino 1º grau
38	9.999.987	F	43	1	Empregado do setor privado	Cozinheiro (exclusive no serviço doméstico)
39	9.999.987	F	38	7	Conta própria	Cabeleireiro
40	9.999.988	M	49	8	Empregado do setor privado	Outros mestres
41	9.999.988	M	38	8	Conta própria ou autônomo	Pintores
42	9.999.996	F	32	11	Empregado do setor privado	Sacerdotes
43	9.999.996	M	58	11	Empregador	Criador de gado bovino
44	9.999.996	M	17	3	Empregado do setor privado	Tecelões
45	9.999.996	F	41	9	Empregado do setor privado	Enfermeiro não diplomado
46	9.999.996	M	68	16	Empregador	Criador de gado bovino
47	9.999.996	F	31	17	Empregado setor público	Professor de ensino 1º grau
48	9.999.996	M	41	8	Conta própria	Estivador
49	9.999.996	M	26	7	Empregado do setor privado	Mestres, contramestres
50	9.999.996	M	31	0	Emprego do setor público	Auxiliar administrativo
51	9.999.996	F	35	4	Empregado do setor privado	Auxiliar administrativo
52	9.999.997	M	66	17	Empregado do setor privado	Empresário da indústria de transformação
53	9.999.997	M	39	16	Empregador	Comerciante
54	9.999.997	M	51	16	Empregador	Outros administradores e gerente.
55	9.999.997	M	74	16	Parceiro–conta própria	Seringueiro
56	9.999.997	F	10	3	Empregado do setor privado	Sem declaração
57	9.999.997	F	31	16	Empregador	Psicólogo
58	9.999.997	M	60	8	Empregador	Empresário da indústria de transformação
59	9.999.997	M	36	11	Empregador	Comerciante
60	9.999.997	F	69	16	Conta própria, autônomo	Auxiliar administrativo

Tabela B. 1.- Características das pessoas que possuem rendimento superior a Cr\$ 9.000.000, valores nominais Censo Demográfico de 1991.

Continua

Nº	Rendimento trabalho principal	Sexo	Idade	Escolaridade	Posição na ocupação	Cargo
61	9.999.997	M	53	16	Empregador	Outros proprietários
62	9.999.997	M	45	11	Empregador	Outros proprietários
63	9.999.997	M	49	16	Empregador	Comerciante
64	9.999.997	F	32	15	Servidor público	Desenhista
65	9.999.997	M	27	11	Autônomo ou conta própria	Proprietário no serviço conta própria
66	9.999.997	M	40	4	Empregador	Comerciante
67	9.999.997	M	32	11	Empregador	Comerciante
68	9.999.997	M	50	15	Autônomo ou conta própria	Proprietário no serviço conta própria
69	9.999.997	M	28	15	Autônomo ou conta própria	Comerciante por conta própria
70	9.999.997	M	49	15	Empregado do setor privado	Produtores e diretores de espetáculos
71	9.999.997	F	15	5	Empregado do setor privado	Ocupações na indústria de artefato
72	9.999.997	M	62	16	Autônomo ou conta própria	Pedreiros
73	9.999.997	M	33	4	Empregado do setor privado	Ocupação mal definida
74	9.999.997	M	34	6	Empregado do setor privado	Trocadores
75	9.999.997	M	27	11	Empregado do setor privado	Ocupação mal definida
76	9.999.997	F	23	11	Empregado do setor privado	Auxiliar administrativo
77	9.999.997	M	20	11	Empregado do setor privado	Pagadores e caixas
78	9.999.997	M	63	0	Empregado do setor privado	Trabalhadores braçais sem especificação
79	9.999.997	M	27	11	Empregador	Comerciante
80	9.999.997	M	41	11	Empregador	Comerciante
81	9.999.997	M	46	16	Empregador	Dentista
82	9.999.997	M	43	15	Empregado do setor privado	Administrador e gerente na agropecuária
83	9.999.997	M	71	5	Empregador	Criador de gado bovino
84	9.999.997	M	40	17	Conta própria	Médicos
85	9.999.997	F	34	4	Parceiro ou meeiro empregado	Outros trabalhadores na agropecuária
86	9.999.997	F	26	14	Empregado do setor privado	Outros agentes e corretores
87	9.999.997	M	15	0	Empregado do setor privado	Outras ocupações ou mal definidas
88	9.999.997	M	16	8	Empregado do setor privado	Contínuo
89	9.999.997	M	52	8	Autônomo, conta própria	Proprietário no serviço conta própria
90	9.999.997	M	37	13	Empregador	Empresário no transporte
91	9.999.997	M	42	4	Autônomo, conta própria	Comerciante por conta própria
92	9.999.997	F	37	7	Autônomo, conta própria	Comerciante por conta própria
93	9.999.997	M	35	16	Empregador	Comerciante

Tabela B. 1.- Características das pessoas que possuem rendimento superior a Cr\$ 9.000.000, valores nominais Censo Demográfico de 1991.

Continua

Nº	Rendimento trabalho principal	Sexo	Idade	Escolaridade	Posição na ocupação	Cargo
94	9.999.997	F	33	15	Empregador	Comerciante
95	9.999.997	M	44	15	Empregador	Comerciante
96	9.999.997	M	74	4	Conta própria ou empregador	Comerciante por conta própria
97	9.999.997	M	67	16	Empregador	Criador de gado
98	9.999.997	M	52	16	Empregador	Comerciante
99	9.999.997	M	54	11	Empregador	Empresário da indústria de transformação
100	9.999.997	M	63	16	Empregado setor privado	Motorista
101	9.999.997	M	47	11	Conta própria ou autônomo	Produtor agropecuário autônomo
102	9.999.997	M	35	4	Empregador	Empresário da indústria de transformação
103	9.999.997	M	66	15	Empregador	agricultor
104	9.999.997	M	44	4	Empregador	Empresário no transporte
105	9.999.997	M	44	6	Empregador	Empresário da indústria de transformação
106	9.999.997	M	69	8	Empregador	Agricultor
107	9.999.997	M	49	16	Empregador	Empresário da indústria de transformação
108	9.999.997	M	80	4	Empregador	Criador de gado bovino
109	9.999.997	M	42	14	Conta própria ou autônomo	Pedreiro
110	9.999.997	M	59	1	Conta própria ou autônomo	Produtor agropecuário autônomo
111	9.999.997	M	52	4	Empregador	Criador de gado bovino
112	9.999.997	M	62	17	Empregador	Criador de bovino
APOSENTADORIAS E PENSÕES						
1.	9.000.008	M	53	0	-	-
2.	9.999.997	M	46	0	-	-

Tabela B.1.- Características das pessoas que possuem rendimento superior a Cr\$ 9.000.000, valores nominais do Censo Demográfico de 1991.

Conclusão

Demais rendimentos						
Nº	Rendimento trabalho principal	Sexo	Idade	Escolaridade	Posição na ocupação	Cargo
1.	9.999.987	M	20	5	Empregado do setor público	Almoxarifes e armazenistas
2.	9.999.997	M	25	8	Empregado setor privado	Mecânico sem especificação
3.	9.999.997	M	51	4	Empregado setor privado	Administradores e gerentes agropecuários
4.	9.999.997	M	59	16	Empregado setor privado	Administradores e gerentes no comércio
5.	9.999.997	M	50	16	Empregador	Comerciante
6.	9.999.997	M	38	15	Empregador	Comerciante
7.	9.999.997	M	27	15	Empregador	Comerciante
8.	9.999.997	F	21	7	Trabalhador doméstico	Empregado doméstico não especializado
9.	9.999.997	M	34	15	Empregado do setor privado	Administradores e gerentes no comércio
OUTROS TIPOS DE RENDIMENTO						
Nº	Rendimento trabalho principal	Sexo	Idade	Escolaridade	Posição na ocupação	Cargo
1.	9.259.259	F	53	17	Autônomo ou conta própria	Sem declaração
2.	9.900.000	F	68	5	-	-
3.	9.999.996	M	36	11	Empregador	Comerciante
4.	9.999.997	M	39	16	Empregador	Empresário da indústria de transformação
5.	9.999.997	M	87	17	-	-
6.	9.999.997	M	34	11	Empregador	Empresário da indústria de transformação
7.	9.999.997	M	60	15	Empregador	Empresário da indústria de transformação
8.	9.999.997	M	46	15	Empregador	Comerciante
9.	9.999.997	M	70	16	Autônomo ou conta própria	Advogado ou defensores públicos
10.	9.999.997	M	66	15	Empregador	Outros proprietários
11.	9.999.997	M	37	15	Empregador	Outros proprietários
12.	9.999.997	F	50	8	Empregado do setor privado	Gerente na indústria de transformação
13.	9.999.997	M	57	16	Empregador	Engenheiro
14.	9.999.997	M	71	5	Empregador	Criador de gado bovino
15.	9.999.997	M	55	4	Empregador	Agricultor
16.	9.999.997	M	78	15	-	-
17.	9.999.997	M	52	17	Empregado do setor público	Médico
18.	9.999.997	M	42	8	Empregado do setor público	Ministro de Estado, governador, prefeito
19.	9.999.997	M	80	15	Empregado do setor público	Advogado e defensores públicos
20.	9.999.997	M	62	17	Empregador	Médico
21.	9.999.997	M	80	4	Empregador	Criador de gado bovino
22.	9.999.997	M	71	4	Empregador	Empresário da indústria de transformação

Tabela B.2.- Características das pessoas com rendimento no valor de R\$ 100.000 ou mais (valores em reais de 2000), Censo Demográfico de 1991

Continua

Nº	Tipo de rendimento	Valor total do rendimento (R\$)	Sexo	Idade	Escolaridade	Posição na ocupação	Cargo
1	Trabalho principal e outros	238.404,72	M	39	16	Empregador	Empresário da indústria de transformação
2	Trabalho principal e outras ocupações	123.296,18	M	38	15	Empregador	Comerciante
3	Trabalho principal, aposentadorias	100.732,02	M	52	11	Empregador	Empresário da indústria de transformação
4	Aposentadoria, outros rendimentos	140.634,70	M	87	17	-	-
5	Trabalho principal e outros	157.973,23	M	34	11	Empregador	Empresário da indústria de transformação
6	Trabalho principal e outros	177.238,26	M	60	15	Empregador	Empresário da indústria de transformação
7	Trabalho principal e outros	153.156,97	M	46	15	Empregador	Comerciante
8	Trabalho principal, aposentadorias	100.418,96	M	60	8	Empregador	Empresário da indústria de transformação
9	Trabalho principal e outras ocupações	118.479,92	M	50	16	Empregador	Comerciante
10	Trabalho principal e outros	128.594,06	M	53	16	Empregador	Outro proprietário
11	Trabalho principal e outros	150.267,22	M	70	16	conta própria	Advogado e defensores públicos
12	Trabalho principal e outros	150.748,84	M	66	15	Empregador	Outro proprietário
13	Trabalho principal e outros	153.156,97	M	37	15	Empregador	Outro proprietário
14	Trabalho principal, outras ocupações e outros	183.303,17	F	53	17	conta própria	Sem declaração
15	Trabalho principal e outras ocupações	142.922,37	M	34	17	Servidor público	Médico
16	Trabalho principal e outros	111.737,16	M	40	4	Empregador	Comerciante
17	Trabalho principal e outros	123.777,80	M	50	15	Conta própria	Proprietário serviços
18	Trabalho principal e outros	143.524,46	F	50	8	Empregado setor privado	Administrador/ gerente de indústria de transformação
19	Trabalho principal, aposentadorias e outros rendimentos	144.102,41	M	57	16	Empregador	Engenheiro

Tabela B.2.- Características das pessoas com rendimento no valor de R\$ 100.000 ou mais (valores em reais de 2000), Censo Demográfico de 1991

Continua

Nº	Tipo de rendimento	Valor total do rendimento (R\$)	Sexo	Idade	Escolaridade	Posição na ocupação	Cargo
20	Trabalho principal, outras ocupações e outros	148.340,72	M	36	11	Empregador	Comerciante
21	Trabalho principal, aposentadorias e outros	238.982,67	M	71	5	Empregador	Criador de gado
22	Trabalho principal e outros	100.539,36	M	42	4	Conta própria	Comerciante
23	Trabalho principal e outros	145.932,59	M	55	4	Empregador	Agricultor
24	Trabalho principal, aposentadorias	100.274,47	M	74	4	conta própria	Comerciante
25	Trabalho principal, aposentadorias	100.852,42	M	51	4	Empregado	Gerente na agropecuária
26	Aposentadorias, outros	141.597,96	M	78	15	-	-
27	Trabalho principal, outras ocupações e outros	150.267,22	M	52	17	Servidor público	Médico
28	Trabalho principal, outras ocupações e outros	145.614,71	M	42	8	Servidor público	Prefeito/membro do poder legislativo/ ministro/governador
29	Trabalho principal, outras ocupações, aposentadorias e outros	104.825,83	M	67	16	Empregador	Criador de gado
30	Trabalho principal e outros	101.141,40	M	58	11	Empregador	Criador de gado bovino
31	Trabalho principal e outros	109.329,03	M	52	16	Empregador	Comerciante
32	Trabalho principal e outros	148.340,72	M	80	15	Servidor público	Advogado
33	Trabalho principal e outros	157.973,23	M	62	17	Empregador	Médico
34	Trabalho principal, outras ocupações e outros	132.928,69	M	27	15	Empregador	Comerciante
35	Trabalho principal e outras ocupações	104.031,15	M	59	16	Empregado setor privado	Gerente
36	Trabalho principal, aposentadorias e outros	238.915,24	M	80	4	Empregador	Criador de gado
37	Trabalho principal, aposentadorias	100.322,63	M	46	4	Empregador	Comerciante
38	Trabalho principal, outros	108.365,78	M	44	4	Empregador	Comerciante
39	Aposentadorias, outros rendimentos	139.059,79	F	68	5	-	-
40	Trabalho principal, aposentadorias e outros	148.065,56	M	71	4	Empregador	Empresário da indústria de transformação

Tabela B.3.-Características das pessoas com rendimento no valor de R\$ 100.000 ou mais, Censo Demográfico 2000

Continua

Nº	Tipo de rendimento	Valor total do rendimento (R\$)	Sexo	Idade	Escolaridade	Posição na ocupação	Cargo
1	Trabalho principal, aluguel	150.7000	F	41	11	Empregador	Dirigente de empresa
2	Trabalho principal	150.000	M	47	15	Empregador	Dirigente de empresa
3	Aposentadoria, aluguel, outros rendimentos	1.000.640	M	72	4	-	-
4	Trabalho principal, aluguel	151.000	M	42	8	Empregador	Dirigente de empresa
5	Trabalho principal	100.000	M	55	11	Empregador	Dirigente de empresa
6	Aposentadoria, outros rendimentos	606.000	F	79	4	-	-
7	Trabalho principal, demais trabalhos	250.000	M	40	13	Empregador	Dirigente de empresa
8	Trabalho principal	100.000	M	55	16	Empregado	Diretor
9	Trab.principal, demais trab, aposentadoria, aluguel	100.600	M	70	3	Conta própria	Produtor agrícola
10	Trabalho principal	300.000	M	51	15	Empregador	Gerente
11	Aposentadoria, trab. Principal	100.600	M	60	13	Empregador	Produtor agropecuário
12	Trabalho principal e demais trabalhos	100.000	M	41	13	Empregador	Não definido
13	Trabalho principal	500.000	M	52	13	Empregado	Locutor e comentarista
14	Trab principal, demais trabalhos, aposentadoria	100.151	M	42	4	Empregador	Dirigente de empresa
15	Trabalho principal	250.000	M	36	15	Empregador	Produtor agrícola
16	Trabalho principal	100.000	M	74	15	Conta própria	Não definido
17	Trabalho principal	400.000	M	54	16	Empregador	Dirigente de empresa
18	Trabalho principal	150.000	F	33	16	Empregado	Professor
19	Trabalho principal	100.000	M	40	16	Conta própria	Vendedor
20	Aposentadoria, aluguel	129.800	F	70	16	-	-
21	Trabalho principal	100.000	M	34	10	Conta própria	Vendedor
22	Trabalho principal, aposentadoria, aluguel e outros rendimentos	108.050	M	62	16	Empregado	Gerente
23	Trabalho principal	100.000	M	43	13	Empregador	Mal definido
24	Trabalho principal	105.000	M	41	11	Empregador	Dirigente de empresa
25	Trabalho principal, demais trabalhos	124.000	F	36	14	Conta própria	Mal definido
26	Trab. Principal, aposentadoria, aluguel	901.600	M	55	15	Empregador	Dirigente de empresa
27	Trabalho principal, demais trabalhos, aposentadoria, outros	327.000	M	66	20	Conta própria	Advogado

Tabela B.3.- Características das pessoas com rendimento no valor de R\$ 100.000 ou mais, Censo Demográfico 2000

Continua

Nº	Tipo de rendimento	Valor total do rendimento (R\$)	Sexo	Idade	Escolaridade	Posição na ocupação	Cargo
28	Trabalho principal	100.000	M	39	14	Empregador	Dirigente de empresa
29	Trabalho principal	150.000	M	40	10	Empregador	Dirigente de empresa
30	Trab principal, aposentadoria	111.500	M	58	16	Conta própria	Mal definido
31	Aposentad, aluguel, outros rendimentos	157.622	F	82	11	-	-
32	Trab principal e demais trabalhos	100.000	F	30	15	Conta própria	Técnico esportivo
33	Trabalho principal	200.000	M	42	15	Empregador	Profissional de analise econômica
34	Trab principal, aluguel	150.390	M	26	8	Empregado	Supervisor de serviço contábil
35	Traba prinicipal, aluguel	150.390	M	30	11	Empregado	Supervisor de serviço contábil
36	Trab principal, demais trabalhos, outros	215.000	M	47	15	Conta própria	Analista de sistema
37	Trab. Principal, aposentadoria	150.800	M	57	5	Empregador	Dirigente de empresa
38	Trab principal, aposentadoria	105.000	M	58	16	Conta própria	Vendedor
39	Trabalho principal	400.000	M	67	16	Empregador	Dirigente de empresa
40	Trabalho principal, outros	180.000	M	55	12	Conta própria	Vendedor
41	Trabalho principal, aposentadoria e aluguel	104.200	M	87	17	Empregador	Medico
42	Trabalho principal,	300.000	M	53	15	Empregador	Dirigente de empresa
43	Trabalho principal	100.000	M	34	17	Empregador	Administrador
44	Trabalho principal	120.000	M	46	11	Conta própria	Trabalhador instalações elétricas
45	Trab. Principal, aposentadoria	102.000	M	59	8	Empregador	Dirigente de empresa
46	Trabalho principal	100.000	M	60	16	Empregador	Dirigente de empresa
47	Trabalho principal	100.000	M	36	8	Empregador	Dirigente de empresa
48	Outros rendimentos	200.000	M	57	11	-	-
49	Trabalho principal, aposentadoria, aluguel	151.740	M	54	11	Empregador	Dirigente de empresa
50	Trabalho principal	100.000	M	45	14	Empregador	Analista de sistemas
51	Trabalho principal	100.000	M	49	16	Empregado	Diretor
52	Trabalho principal	100.000	M	51	15	Empregador	Dirigente de empresa
53	Trabalho principal e aposentadoria	150.450	F	49	15	Conta própria	Vendedor
54	Trabalho principal	250.000	M	35	15	Empregador	Dirigente de empresa

Tabela B.3.- Características das pessoas com rendimento no valor de R\$ 100.000 ou mais, Censo Demográfico 2000

Continua

Nº	Tipo de rendimento	Valor total do rendimento (R\$)	Sexo	Idade	Escolaridade	Posição na ocupação	Cargo
55	Trabalho principal	250.000	F	31	16	Empregador	Dirigente de empresa
56	Trabalho principal	278.000	M	36	6	Conta própria	Guarda e vigia
57	Trabalho principal e demais	170.000	M	46	8	Empregador	Dirigente de empresa
58	Trabalho principal e aposentadorias	400.968	M	59	15	Empregador	Dirigente de empresa
59	Trabalho principal, aposentadorias	101.300	M	63	15	Conta própria	Escritor e redator
60	Trabalho principal	100.000	M	75	15	Empregador	Dirigente de empresa
61	Aposentadoria e outros rendimentos	132.500	M	77	15	-	-
62	Trabalho principal	150.000	M	56	10	Empregador	Dirigente de empresa
63	Trabalho principal	140.000	M	43	16	Empregador	Dirigente de empresa
64	Trabalho principal	180.000	F	50	15	Conta própria	Desenhista e modelista
65	Outros rendimentos e trabalho principal	110.000	M	50	17	Empregado	Diretor
66	Trabalho principal e aluguel	100.500	M	48	15	Empregador	Dirigente de empresa
67	Trabalho principal e aluguel	800.000	M	42	15	Empregador	Mal definido
68	Trabalho principal	400.000	M	41	12	Empregador	Dirigente de empresa
69	Trabalho principal e aluguel	310.000	F	37	13	Empregador	Dirigente de empresa
70	Trabalho principal	300.000	M	35	15	Empregador	Mal definido
71	Trabalho principal	240.000	M	43	13	Empregador	Trabalhador de caldeiraria
72	Trabalho principal e aposentadoria	501.000	M	60	11	Empregador	Dirigente de empresa
73	Trabalho principal e demais	125.377	M	40	13	Empregador	Dirigente de empresa
74	Outros rendimentos e trabalho principal	22.800	M	41	16	Empregador	Mal definido
75	Trabalho principal e aluguel	200.600	M	35	15	Empregador	Dirigente de empresa
76	Trabalho principal	125.000	M	50	15	Empregador	Mal definido
77	Trabalho principal, outros rendimentos	138.000	M	39	12	Empregador	Dirigente de empresa
78	Trabalho principal e outros rendimentos	538.000	M	37	11	Empregador	Dirigente de empresa
79	Trabalho principal	300.000	M	43	8	Empregador	Dirigente de empresa
80	Trabalho principal, demais trabalho, aluguel	127.500	M	45	12	Empregador	Trabalho e beneficiamento de pedras
81	Aposentadoria, outros	101.400	F	63	15	-	-
82	Trabalho principal	100.000	F	54	11	Empregador	Gerente
83	Trabalho principal	150.000	M	47	15	Empregador	Dirigente de empresa
84	Trabalho principal	150.000	M	48	16	Conta própria	Advogado
85	Trabalho principal	150.000	M	40	16	Empregador	Dirigente de empresa
86	Trabalho principal, aluguel	120.200	M	42	16	Empregador	Dirigente de empresa

Tabela B.3.- Características das pessoas com rendimento no valor de R\$ 100.000 ou mais, Censo Demográfico 2000

							Conclusão
Nº	Tipo de rendimento	Valor total do rendimento (R\$)	Sexo	Idade	Escolaridade	Posição na ocupação	Cargo
87	Trabalho principal	700.000	M	55	4	Empregador	Produtor agrícola
88	Trabalho principal, demais trabalhos, aposentadoria	435.700	M	47	4	Empregador	Produtor de espetáculo
89	Trabalho principal	170.000	M	46	16	Empregador	Mal definido
90	Trabalho principal e outros rendimentos	140.000	M	50	15	Empregador	Dirigente de empresa
91	Trabalho principal	104.000	M	50	8	Empregador	Mal definido
92	Trabalho principal, demais trabalhos, aluguel	253.000	M	51	14	Empregador	Produtor agropecuário
93	Trab principal, demais trabalhos, aluguel e outros	209.000	M	57	16	Conta própria	Professor
94	Trab principal e aposentadoria	131.500	M	59	15	Empregador	Cirurgião dentista
95	Trabalho principal e aposentadoria	120.151	M	70	4	Empregador	Dirigente de empresa
96	Trabalho principal	102.250	M	55	15	Conta própria	Mal definido
97	Trabalho principal	100.000	M	38	15	Empregador	Dirigente de empresa
98	Trabalho principal	120.000	M	50	0	Empregador	Gerente
99	Trabalho principal, aposentadoria, aluguel	145.980	M	85	4	Empregador	Mal definido
100	Trabalho principal	100.000	M	24	9	Empregador	Gerente
101	Trabalho principal	300.000	M	56	7	Empregador	Dirigente de empresa
102	Trabalho principal	300.000	M	54	15	Empregador	Dirigente de empresa
103	Trabalho principal	120.000	F	30	11	Empregador	Produtor de espetáculo
104	Trab principal. Aluguel	165.050	M	60	4	Empregador	Dirigente de empresa
105	Trabalho principal	153.757	M	51	4	Empregador	Mal definido
106	Trabalho principal	153.757	F	46	10	Empregador	Mal definido
107	Trabalho principal	317.000	M	37	15	Empregador	Administrador
108	Trabalho principal, demais, aposentadoria, outros rendimentos	160.800	M	72	11	Empregador	Mal definido
109	Trabalho principal	146.667	F	42	12	Empregado	Professor
110	Trab principal, aposentadoria, aluguel, outros rendimentos	112.068	M	62	15	Empregador	Mal definido
111	Trabalho principal	200.000	M	46	15	Empregador	Dirigente de empresa
112	Trab principal, aposentadoria	266.351	M	73	4	Empregador	Produtor agropecuário

Tabela B.4.- Participação percentual dos componentes no rendimento domiciliar *per capita* em São Paulo e nas 15 mesorregiões paulistas, em 1991 e 2000.

Estados e mesorregiões	Participação dos componentes											
	Trab. principal (empregados)		Trab. principal (conta própria)		Trab. principal (empregadores)		Demais trabalho		Aposentadorias		Outros rendimentos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
São Paulo	57,2	49,1	16,03	18,99	11,92	12,35	1,86	2,12	8,12	13,19	5,04	6,38
S. J.o Rio Preto	47,43	42,54	20,36	22,43	16,69	14,44	2,19	2,29	8,11	14,25	5,04	6,34
Ribeirão Preto	51,11	45,11	19,35	20,88	14,04	13,76	2,09	2,51	8,09	13,74	5,29	6,52
Araçatuba	50,77	41,96	18,05	17,57	15,25	19,5	2,76	3,68	7,85	15,13	5,33	5,84
Bauru	52,87	44,99	16,55	18,77	12,24	13,75	2,23	2,44	11	17,24	5,11	5,95
Araraquara	46,79	43,19	15,52	18,67	18,4	11,23	2,32	2,16	9,02	16,97	4,48	6,00
Piracicaba	54,92	47,11	16,30	20,3	12,14	12,18	1,88	2,15	10,28	15,23	5,89	5,67
Campinas	52,62	46,62	16,71	18,29	13,91	11,96	1,75	2,14	9,11	13,84	5,25	6,03
P. Prudente	57,43	49,88	15,37	18,72	11,84	15,80	2,02	2,93	7,98	15,79	5,81	7,07
Marília	47,48	42,62	18,11	18,77	17,8	15,97	2,38	2,55	8,41	16,23	7,96	5,84
Assis	47,9	41,82	19,0	19,63	15,22	15,41	2,58	2,12	10,02	17,36	5,28	5,78
Itapetininga	47,32	44,33	20,89	21,34	15,33	11,53	2,18	1,85	10,12	16,4	4,17	6,39
MAMEPA	56,09	47,9	17,38	19,87	10,69	10,69	1,54	2,1	9,92	14,94	4,38	6,61
Vale do Paraíba	57,36	50,38	15,06	16,26	11,2	11,31	2,0	2,43	9,66	16,07	4,72	5,98
Litoral Sul	44,76	40,23	21,58	23,08	16,32	11,87	2,57	2,16	10,21	17,23	4,56	7,59
RMSP	59,27	50,77	15,29	18,81	11,11	12,05	1,75	1,97	7,59	11,87	4,99	6,41

Fonte: Elaboração própria.

Tabela B.5.- Renda média domiciliar per capita das 15 mesorregiões paulistas, 1991 e 2000.

Mesorregiões	Renda média domiciliar per capita	
	1991	2000
Itapetinga	205,38	257,02
Litoral Sul Paulista	208,27	255,75
Assis	230,39	306,26
Presidente Prudente	240,17	322,01
Araçatuba	266,81	357,95
S. José do Rio Preto	276,33	356,15
Marília	291,23	350,51
Bauru	292,94	369,67
V. do Paraíba	306,57	382,07
MAMEPA	310,35	393,00
Araraquara	319,21	372,4
Piracicaba	320,16	396,04
Ribeirão Preto	325,06	380,71
Campinas	358,23	441,35
RMSP	452,96	505,34

Fonte: Elaboração própria

Tabela B.6- Índice de Gini das 15 mesorregiões paulistas, 1991 e 2000.

Mesorregiões	Índice de Gini	
	1991	2000
Piracicaba	0,494	0,532
Araraquara	0,498	0,536
MAMEPA	0,516	0,557
Campinas	0,524	0,560
Bauru	0,526	0,557
Ribeirão Preto	0,528	0,557
Assis	0,537	0,566
S. José do Rio Preto	0,538	0,557
Araçatuba	0,541	0,582
RMSP	0,544	0,607
V. do Paraíba	0,565	0,573
Itapetininga	0,571	0,589
Litoral Sul	0,571	0,602
P. Prudente	0,575	0,593
Marília	0,594	0,564

Fonte: Elaboração própria

Anexo C. Apêndice Estatístico: dados da PNAD

Tabela C.1.- Valor da renda média para as distribuições: da renda domiciliar per capita (RDPC), rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE) e empregados na indústria (PEI), São Paulo, 1990 a 2007.

Ano	RDPC	POC	POE	PEI
1990	497,07	1.306,22	1.109,87	1.174,49
1992	510,08	1073,49	978,84	1196,21
1993	535,47	1123,87	989,43	1225,02
1995	695,12	1407,83	1183,4	1424,11
1996	710,61	1453,25	1206,63	1335,26
1997	711,17	1463,34	1227,11	1397,75
1998	708,72	1434,08	1246,43	1394,5
1999	651,34	1298,94	1119,96	1234,96
2001	660,69	1284,43	1114,66	1160,94
2002	651,37	1227,11	1077,5	1172,13
2003	601,42	1131,19	972,85	1079,57
2004	589,82	1075,69	946,73	1026,11
2005	651,97	1142,34	1013,91	1094,77
2006	699,95	1194,35	1043,85	1159,57
2007	710,68	1212,25	1083,92	1186,52

Fonte: Elaboração própria.

Tabela C.2.- Índice de Gini para as distribuições: do rendimento domiciliar per capita(RDPC), do rendimento dos ocupados, do rendimento dos empregados e dos empregados na indústria, São Paulo, 1990 a 2007.

Ano	RDPC	POC	POE	PEI
1990	0,583	0,540	0,505	0,472
1992	0,514	0,519	0,503	0,485
1993	0,540	0,554	0,534	0,525
1995	0,534	0,535	0,502	0,478
1996	0,529	0,529	0,489	0,460
1997	0,533	0,526	0,489	0,470
1998	0,538	0,521	0,492	0,475
1999	0,538	0,514	0,477	0,457
2001	0,549	0,534	0,498	0,478
2002	0,551	0,529	0,492	0,482
2003	0,542	0,522	0,477	0,465
2004	0,524	0,506	0,464	0,440
2005	0,528	0,520	0,475	0,451
2006	0,520	0,513	0,464	0,446
2007	0,501	0,492	0,453	0,438

Fonte: Elaboração própria.

Tabela C.3.- Índice T de Theil para as distribuições: do rendimento domiciliar per capita(RDPC), do rendimento dos ocupados, do rendimento dos empregados e dos empregados na indústria, São Paulo, 1990-2007.

Ano	RDPC	POC	POE	PEI
1990	0,725	0,595	0,481	0,431
1992	0,513	0,522	0,487	0,449
1993	0,590	0,662	0,639	0,671
1995	0,567	0,571	0,505	0,448
1996	0,550	0,554	0,464	0,398
1997	0,558	0,549	0,465	0,436
1998	0,570	0,541	0,485	0,468
1999	0,562	0,516	0,443	0,418
2001	0,601	0,586	0,512	0,488
2002	0,629	0,572	0,490	0,473
2003	0,581	0,553	0,457	0,362
2004	0,547	0,530	0,436	0,326
2005	0,561	0,572	0,472	0,428
2006	0,532	0,543	0,436	0,408
2007	0,487	0,486	0,418	0,393

Fonte: Elaboração própria.

Tabela C.4.- Índice T de Theil para as distribuições do: rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE), rendimento de todos os trabalhos dos empregados na indústria (PEI), RMSP e região não metropolitana, 1990-2007.

Ano	RMSP			Região não-metropolitana		
	POC	POE	PEI	POC	POE	PEI
1990	0,538	0,443	0,412	0,544	0,502	0,448
1992	0,503	0,481	0,451	0,522	0,462	0,438
1993	0,612	0,556	0,484	0,695	0,717	0,926
1995	0,563	0,478	0,456	0,544	0,503	0,409
1996	0,555	0,463	0,408	0,521	0,423	0,359
1997	0,531	0,428	0,408	0,546	0,488	0,461
1998	0,553	0,498	0,501	0,487	0,421	0,384
1999	0,511	0,419	0,417	0,502	0,452	0,407
2001	0,593	0,512	0,544	0,559	0,484	0,394
2002	0,579	0,486	0,479	0,546	0,474	0,454
2003	0,542	0,463	0,446	0,555	0,429	0,395
2004	0,535	0,430	0,405	0,517	0,430	0,369
2005	0,602	0,518	0,469	0,527	0,397	0,375
2006	0,527	0,453	0,450	0,554	0,474	0,36
2007	0,504	0,444	0,472	0,455	0,372	0,281

Fonte: Elaboração própria.

Tabela C.5.- Valor da renda média para as distribuições: do rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC), rendimento de todos os trabalhos dos empregados (POE) e empregados na indústria (PEI), RMSP e Região não metropolitana, 1990 a 2007.

Ano	RMSP			Região não-metropolitana		
	POC	POE	PEI	POC	POE	PEI
1992	1228,66	1149,45	1289,58	928,67	815,83	1082,14
1993	1318,59	1165,62	1294,71	939,67	818,62	1140,05
1995	1666,78	1401,36	1618,66	1164,76	978,77	1207,29
1996	1708,04	1438,27	1520,54	1212,33	984,96	1139,56
1997	1696,35	1410,50	1536,44	1250,86	1054,47	1245,84
1998	1699,67	1498,20	1638,49	1188,58	1007,57	1149,06
1999	1486,95	1282,27	1368,98	1133,16	973,76	1113,36
2001	1465,90	1296,28	1357,36	1122,11	947,47	990,23
2002	1387,10	1235,43	1309,22	1080,89	933,83	1053,04
2003	1250,03	1112,39	1219,24	1026,20	847,31	965,80
2004	1179,49	1057,73	1117,09	985,56	849,82	956,82
2005	1270,43	1158,30	1210,90	1024,89	881,27	995,03
2006	1294,92	1161,48	1257,19	1105,41	938,52	1075,14
2007	1343,65	1223,75	1395,15	1094,10	957,23	1020,51

Fonte: Elaboração própria.

Tabela C.6.- Distribuição da renda de todos os trabalhos entre pessoas ocupadas com rendimento, em São Paulo: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referente à desigualdade entre a RMSP e região não metropolitana de São Paulo, 1990 a 2007.

Medidas de desigualdade	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1. T de Theil															
T entre	0,0113	0,0097	0,0142	0,0159	0,0146	0,0116	0,0159	0,0092	0,0089	0,0078	0,0049	0,0060	0,0058	0,0031	0,0053
T dentro	0,5841	0,5119	0,6476	0,5502	0,5400	0,5376	0,5247	0,5076	0,5773	0,5641	0,5480	0,4300	0,5665	0,5401	0,4807
T total	0,5954	0,5217	0,6618	0,5709	0,5546	0,5491	0,5406	0,5159	0,5862	0,5718	0,5528	0,4360	0,5723	0,5432	0,4860
% entre	1,90	1,87	2,15	2,79	2,62	2,10	2,93	1,79	1,52	1,36	0,88	1,37	1,01	0,58	1,08
% dentro	98,10	98,13	97,85	97,21	97,38	97,90	97,07	98,21	98,48	98,64	99,12	98,63	98,99	99,42	98,92
2. L de Theil															
L entre	0,00114	0,0098	0,0143	0,0160	0,0146	0,0116	0,0160	0,0092	0,0089	0,0078	0,0049	0,0060	0,0058	0,0031	0,0053
L dentro	0,5841	0,4719	0,5346	0,4894	0,4757	0,4745	0,4573	0,4498	0,4926	0,4832	0,4704	0,3615	0,4689	0,4566	0,4128
L total	0,5954	0,4816	0,5490	0,5055	0,4904	0,4861	0,4732	0,4590	0,5015	0,4910	0,4752	0,3675	0,4747	0,4597	0,4181
% entre	2,18	2,03	2,61	3,17	2,99	2,38	3,37	2,00	1,78	1,58	1,02	1,63	1,21	0,68	1,26
% dentro	97,82	97,97	97,39	96,83	97,01	97,62	96,63	98,00	98,22	98,42	98,98	98,37	98,79	99,32	98,74

Fonte: Elaboração própria.

Tabela C.7.- Distribuição da renda de todos os trabalhos entre empregados com rendimento, em São Paulo: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referente à desigualdade entre a RMSP e região não metropolitana de São Paulo, 1990 a 2007

Medidas de desigualdade	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1. T de Theil															
T entre	0,0153	0,0145	0,0154	0,0160	0,0177	0,0105	0,0194	0,0094	0,0122	0,0098	0,0049	0,0060	0,0058	0,0031	0,0075
T dentro	0,4658	0,4728	0,6236	0,4888	0,4465	0,4543	0,4658	0,4340	0,4998	0,4805	0,5480	0,4300	0,5665	0,4566	0,4103
T total	0,4811	0,4874	0,7166	0,5047	0,4642	0,4648	0,4852	0,4435	0,5121	0,4903	0,5528	0,4360	0,5723	0,4597	0,4179
% entre	3,18	2,98	2,41	3,16	3,81	2,26	4,00	2,13	2,39	1,99	0,88	1,37	1,01	0,58	1,80
% dentro	96,82	97,02	97,59	96,84	96,19	97,74	96,00	97,87	97,61	98,01	99,12	98,63	98,99	99,42	98,20
2. L de Theil															
L entre	0,0156	0,0147	0,0156	0,0161	0,0179	0,0106	0,0196	0,0095	0,0123	0,0098	0,0049	0,0060	0,0058	0,0031	0,0075
L dentro	0,4344	0,4303	0,4864	0,4201	0,3918	0,4012	0,3951	0,3782	0,4153	0,4042	0,4704	0,3615	0,4689	0,4566	0,3404
L total	0,4499	0,4450	0,5019	0,4361	0,4096	0,4117	0,4147	0,3876	0,4276	0,4140	0,4752	0,3675	0,4747	0,4597	0,3479
% entre	3,47	3,29	3,10	3,68	4,36	2,57	4,73	2,44	2,87	2,36	1,02	1,63	1,21	0,68	2,17
% dentro	96,53	96,71	96,90	96,32	95,64	97,43	95,27	97,56	97,13	97,64	98,98	98,37	98,79	99,32	97,83

Fonte: Elaboração própria.

Tabela C.8- . Distribuição da renda de todos os trabalhos entre empregados na indústria com rendimento, em São Paulo: decomposição das duas medidas de desigualdade de Theil (T e L) nas parcelas referente à desigualdade entre a RMSP e região não metropolitana de São Paulo, 1990 a 2007.

Medidas de desigualdade	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1. T de Theil															
T entre	0,0058	0,0037	0,0020	0,0105	0,0102	0,0054	0,0155	0,0053	0,0124	0,0059	0,0068	0,0030	0,0048	0,0031	0,0122
T dentro	0,4249	0,4454	0,6691	0,4376	0,3877	0,4304	0,4528	0,4123	0,4760	0,4669	0,4211	0,3859	0,4228	0,4051	0,3808
T total	0,4307	0,4491	0,6711	0,4481	0,3979	0,4358	0,4683	0,4176	0,4884	0,4728	0,4280	0,3888	0,4276	0,4081	0,3930
% entre	1,34	0,83	0,30	2,34	2,57	1,24	3,31	1,28	2,54	1,25	1,58	0,77	1,13	0,75	3,11
% dentro	98,66	99,17	99,70	97,66	97,43	98,76	96,69	98,72	97,46	98,75	98,42	99,23	98,87	99,25	96,89
2. L de Theil															
L entre	0,0059	0,0038	0,0020	0,0106	0,0103	0,0055	0,0156	0,0053	0,0124	0,0059	0,0068	0,0030	0,0048	0,0031	0,0122
L dentro	0,3764	0,3999	0,4756	0,3740	0,3458	0,3683	0,3640	0,3441	0,3727	0,3860	0,3550	0,3227	0,3372	0,3286	0,3087
L total	0,3823	0,4037	0,4776	0,3846	0,3562	0,3738	0,3796	0,3494	0,3851	0,3919	0,3618	0,3256	0,3420	0,3316	0,3209
% entre	1,54	0,94	0,42	2,76	2,90	1,46	4,12	1,53	3,22	1,51	1,87	0,91	1,41	0,92	3,78
% dentro	98,46	99,06	99,58	97,24	97,10	98,54	95,88	98,47	96,78	98,49	98,13	99,09	98,59	99,08	96,22

Fonte: Elaboração própria.